

Para uma história da Casa de Regalados (1385-1719)

Towards a history of the House of Regalados (1385-1719)

Nuno de Abreu e Lima^[*]

— *Resumo*

O presente artigo trata de reconstituir a história da Casa de Regalados, enquanto realidade complexa e conjunto de bens, direitos e privilégios mantidos por uma família da nobreza do Alto Minho. A análise centra-se no período compreendido entre o ano de 1385, de quando data a primeira carta de mercê do senhorio de Regalados, e 1719, ano da morte da última possuidora de bens desta Casa pertencente à mesma linha de sucessão.

[palavras-chave] poder senhorial; linhagem; administração fundiária

— *Abstract*

This article aims to reconstruct the history of the House of Regalados, as a complex reality and a set of assets, rights and privileges held by a noble family of the Upper Minho. The analysis is centered on the period between 1385, date of the first royal grant associated with the domains of Regalados, and 1719, the year of the death of the last possessor of the House's assets belonging to the same line of succession.

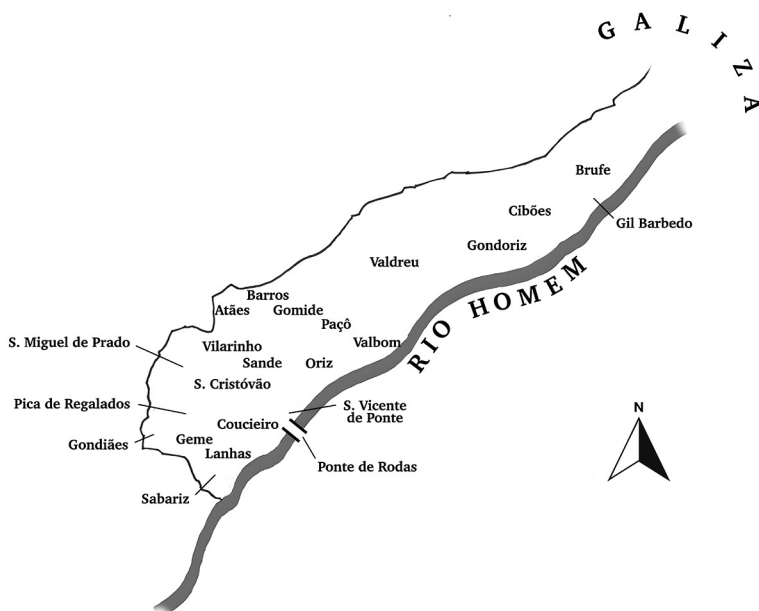
[keywords] seigneurial power, lineage, land administration

Introdução: as origens

A Casa de Regalados começa a formar-se em fins do século XIV. Nuno Viegas, o Moço, um cavaleiro que granjeara largas doações das mãos de D. João I pelos serviços e lealdade demonstrada no decurso da crise de 1383-1385, teve mercê em 1385 do senhorio de juro e herdade da terra de Regalados, que tinha sido do conde de Barcelos, D. João Afonso Telo. Dez anos depois, Nuno Viegas e sua mulher Inês Dias do Rego vinculam em morgadio as suas quintãs e paços de Coucieiro e de Curutelo, a primeira delas sita justamente em terra de Regalados, resultante de um velho couto do tempo de el-rei D. Sancho I e à volta da qual muita da trama familiar se iria desenvolver posteriormente. Aliás, o paço de Coucieiro viria a ser a derradeira sede e morada torresã da Casa de Regalados.

Neste património sucedeu sua filha, Leonor Viegas, que, casando com Diogo Gomes de Abreu, filho de Vasco Gomes de Abreu, senhor de Valadares, uniu a Casa de Regalados à de Valadares na pessoa de seu filho. Com efeito, Pedro Gomes de Abreu teve mercê dos senhorios das terras de Regalados e de Valadares em 1433, recuperando privilégios de seus dois avós. A sua descendência varonil consolidou estas mercês e património até que seu neto, Leonel de Abreu, decerto vendo-se a braços com a sua difícil gestão, trocou em 1529 os direitos da terra de Valadares e o castelo de Lapela por um padrão de juro real no almoxarifado de Ponte de Lima ao 3.º marquês de Vila Real. Note-se que anos antes el-rei D. Manuel I reconheceu as despesas da alcaidia de Lapela, concedendo a Leonel de Abreu uma tença de 15.000 réis, tal como seu pai tivera — algo que não deve ter mitigado o encargo. Ora, com isto, a linhagem de Abreu, “nascida” em terra de Valadares, passou a centrar-se e ficou iniludivelmente identificada pela Casa de Regalados, sediada em Coucieiro, a duas léguas de Braga. Sem prejuízo deste escambo, que foi efetivo, parece que seus descendentes o lamentaram, pois D. Leonel de Abreu e Lima, 2.º conde de Regalados, vivendo em Madrid na corte de Filipe IV, continuava a intitular-se “Alcayde mayor de el Castillo de Lapela, Señor de el Solar de Abreu, y Valadares y Coutos de Villa Garcia”^[1].

O que é certo é que a Casa de Regalados amalgamava duas ordens ou qualidades de bens: por um lado, o senhorio de Regalados (ou seja, um bem da



— **Mapa 1**

Mapa do senhorio de Regalados. Adaptação de desenho do autor.

Coroa); e, por outro, o morgadio instituído por Nuno Viegas em 1395 e outras pertenças fundiárias não vinculadas (ou seja, bens patrimoniais). Vejamos mais em pormenor.

O senhorio de Regalados propriamente dito traduzia-se no exercício do *merum et mixto imperium* (jurisdição civil e crime), excetuada a correição e alçada, e na arrecadação dos direitos reais constantes do respetivo foral sobre a área territorial que vai da vila da Pica de Regalados até à Galiza, da banda do norte do rio Homem. Compreendia “terra muyto fraguossa e de montanhas”, no encalço dos pendores da Portela do Homem e da serra do Gerês. Correspondendo grosso modo às atuais freguesias de São Paio do Pico de Regalados e São Cristóvão de Regalados (com o couto de Carves), Sabariz, Lanhas, Geme, Gondíães, Coucieiro, Ponte, Barros, Prado, Atães, Vilarinho, Sande, Mós, Gomide, Paço, Santa Marinha e São Miguel de Oriz, São Pedro e São Martinho de Valbom, Valdreu (couto, com seu mosteiro agostinho), Gondoriz, Cibões

e Brufe (onde jaziam os coutos de Vila Garcia com sede em Gil Barbedo) – cerca de 66 quilómetros quadrados ou 6.600 hectares^[2]. A sede do concelho era na vila de São Paio da Pica (topónimo entretanto masculinizado em *Pico de Regalados*), onde estava a casa da câmara, com juiz ordinário, vereadores, procurador do concelho, almotacés, escrivão da câmara e almotaçaria, quatro tabeliães do judicial e notas, inquiridor, distribuidor e contador, juiz dos órfãos e escrivão, juiz das sisas, alcaide, capitão-mor e sargento-mor e quatro companhias de Ordenanças.

Confrontava do norte com terra da Nóbrega (dos Magalhães, da Casa da Barca), do poente com as terras de Penela (do conde de Vimioso e de D. João de Castro) e de Vila Chã (do conde de Vimioso), do nascente com a Galiza e terra de Araújo, e do sul com terra de Entre-Homem-e-Cávado (dos Machados). Contava 780 moradores no ano de 1527 e cerca de 910 em 1706.

Por seu turno, o morgadio de Coucieiro estava encabeçado pelo paço de Coucieiro, com suas casas nobres e câmara do estrado, torre ameiada de três sobrados, cadeia, capela de Nossa Senhora do Rosário, quintã, pomar, laranjal e hortas anexas com água *in solidum* do poço de Fontelos, pertencendo-lhe os casais do Caseiro, Toural, Junqueira, Carvalhal, Coutada, Tomadas, e Carrelo (tudo em Coucieiro), as quintãs do Paço e do Lameiro e os casais de Germel, Gamardos, Gandra, Barco, Cão, Cabo e Fontelos (São Vicente da Ponte), a quintã do Paço Velho e a do Barreiro (Lanhas), a quintã de Vila Pouca, da Torre e a de Carves, os casais da Veiga e da Reguenga (São Cristóvão de Regalados), o casal de Lamas (São Paio da Pica), a quintã da Torre da Guardenha, no Outeiro, os casais do Souto, Bouças e Refonteira (Gondoriz), a quintã e Torre de Santo Amaro, o casal do Pinheiro (Atães), as quintãs de Quartas (Sande), do Prado (Prado), do Mouro (Barros), de Mós (Mós) e ainda as ilhas de Verdoejo e Conguedo, no rio Minho, à face da freguesia de Verdoejo (Valença). Esta enumeração abarca bens que ao longo da história foram sendo desanexados, sem considerar a quintã de Curutelo, pois depois se verá que foi vendida por um dos primeiros administradores, ficando o morgadio concentrado em Regalados.

Mas a estes bens mais representativos também teremos de acrescentar a capela de São Brás, instituída por Vasco Gomes de Abreu na década de 1380, contígua à igreja do mosteiro de Longos Vales (Monção) e à qual se achavam

vinculados vários casais em Monção e Valongo^[3]. Assim como variadas rendas espalhadas pelos atuais concelhos de Valença, Paredes de Coura, Monção, Melgaço e Castro Laboreiro — em que se incluíam os foros da velha honra e solar de Abreu (Merufe), do couto de São Vicente (Alvaredo), que fora assento solariego dos de Valadares, da quintã de Tangil, igualmente desta estirpe, entre outras, que consistiam afinal nas rendas mais antigas e mais próprias da família de Abreu. Com o decurso do tempo, estes bens viriam a ser objeto de divisão, cabendo a partir do século XVII um quinto das suas rendas à Casa de Regalados^[4]. Sem esquecer, também, o já aludido juro real de Ponte de Lima obtido a título de juro e herdade por Leonel de Abreu no contrato feito com o marquês de Vila Real.

Costuma-se associar a influência sobre igrejas e mosteiros aos poderes senhoriais. Também assim aconteceu na Casa de Regalados, que deteve os padroados *in solidum* de Abedim, com sua anexa das Taias, Parada, Portela (Monção), Rossas (Vieira do Minho), com a sua anexa de Aboim e a capela de Nossa Senhora das Neves da Lagoa (Fafe) e, a partir de dado momento, somente algumas vozes (direitos parciários) nos padroados de Lordelo, Pias e Trovis-



— *Fig. 1*

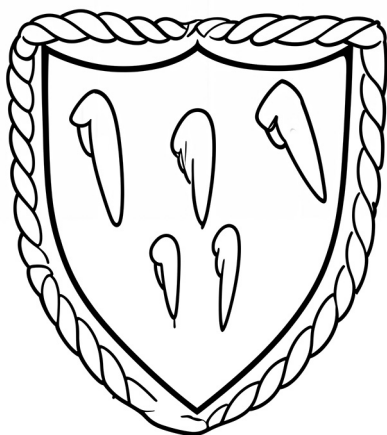
Imagem do Divino Salvador, século XV ou XVI, na fachada da igreja paroquial de Rossas, Vieira do Minho. Fotografia do autor.

coso (Monção). A abadia do Salvador de Rossas era, contudo, a mais importante, pelo farto rendimento decimal de que dispunha, estimado em 1.300.000 réis na década de 1730. Era um benefício com cura de alma (jurisdição), tendo constituído o destino habitual dos filhos segundos desta Casa que, as mais das vezes, assumiam o abadiado sem vocação, à guisa de comenda, delegando o múnus pastoral nos coadjutores, arrendando a dizimaria e fazendo vida marítável, o que deu origem a várias casas. Os Abreus também possuíram, a seu tempo, a igreja de São Pedro de Riba de Mouro (Melgaço), em terra de Valadares, paróquia onde se situava a quintã de Quintela e onde haviam sido criados vários antecessores dos Abreus, como se recordava nas Inquirições de 1258^[5]. Este padroado foi, contudo, absorvido pelo bispo de Tui após desentendimentos entre os padroeiros nos anos que se seguiram à morte de Pedro Gomes de Abreu, em 1453. Em diferentes circunstâncias, a igreja de São Martinho de Alvaredo (Melgaço), igualmente no antigo julgado de Valadares, também chegou a ser padroado dos Abreus, acabando por ser doada ao mosteiro de Sanfins de Friestas no século XVI pelo 6.º senhor de Regalados. Destaca-se, ainda, a influência detida nos mosteiros de São João de Longos Vales (Monção), no qual os Abreus tinham sepulturas e tinham doado terras, livros e ornamentos (antes do século XIV), e o de Santa Maria de Mosteiró (Valença), objeto de patrocínio por parte do aludido 6.º senhor desta Casa.

Será, pois, com base nesta variedade patrimonial que trataremos adiante dos senhores desta casa. Isto é, sem que a posse de um senhorio da Coroa (máxime, a obtenção de uma carta régia) seja único critério para o seu alinhamento ou ordenação numérica, por antes nos parecer que a consideração mais integrada destas realidades nos coloca mais próximos de uma mais fiel reconstituição histórica.

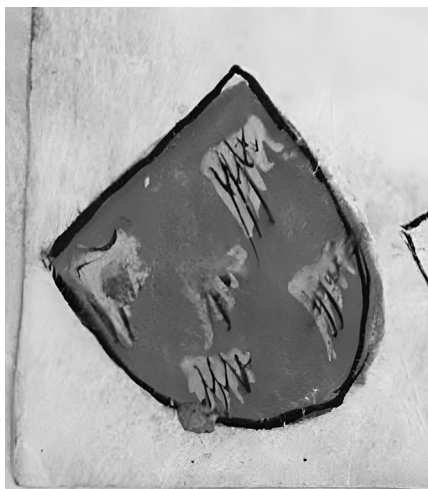
Armas usadas pelos senhores de Regalados

As armas primeiramente usadas pelos Abreus consistiam em três cotos de asa de águia de ouro em campo vermelho, tendo passado a usar, julga-se que a partir do século XV, cinco cotos de ouro em aspa, ou sautor, sempre com as pontas voltadas para baixo. Por timbre, um coto igual aos do escudo.



— *Fig. 2*

Armas plenas de Abreu em representação do século XVI proveniente do paço de Coucieiro, hoje na casa paroquial de Cervães, Vila Verde. Desenho do autor.



— *Fig. 3*

Armas de Abreu naquela que é a sua mais remota representação conhecida, no *Codex Bergshammar*, produzido entre 1430-1450. Arquivos Nacionais da Suécia (Riksarkivet).

Será que as pontas dos cotos devem mesmo estar viradas para baixo? Respondemos afirmativamente, posto que assim consta da representação do *Livro do armeiro-mor* (1509), obra executada com vista a conferir maior rigor à ciência heráldica, sendo os oficiais do cartório da nobreza enviados às terras para desenhar os brasões com base nas pedras e lápides constantes dos solares e casas dos chefes de linhagem, tal como aludiu Damião de Goes na crónica do Venturoso. Assinala-se, a este respeito, a singular semelhança entre o desenho de João do Cró e uma das pedras de armas que estavam no Paço de Coucieiro, hoje encontrando-se invertidas e embutidas na casa paroquial de Cervães (Vila Verde), servindo de decoração e sendo comumente interpretadas como as cinco Divinas Chagas^[6]. Além do mais, assim ficou exarado na carta de brasão concedida a Nicolau de Abreu, a 29 de dezembro de 1531: “escudo de campo vermelho com cinco cotos de azas de oiro em aspa com as pontas para baixo”^[7].

A mais recuada representação gráfica de nós conhecida é a do *Codex Bergshammar*, guardado nos Arquivos Nacionais da Suécia. Trata-se de um extenso armorial flamengo produzido entre 1430-1450, em Brabante — contemporâneo de Pedro Gomes de Abreu, 3.º senhor de Regalados. As armas dos Abreus constam do fólio 454.

Os senhores de Regalados (1385-1641)

Faremos agora um excursão pela galeria dos senhores da Casa de Regalados, assumindo como principal preocupação o entretencimento de uma descrição que tente demonstrar as grandes linhas de força ao longo desta saga familiar, sem deixar de transparecer, aqui e ali, os tipos, os caracteres, ou os contextos em que se movimentaram, bem como de colocar em evidência uma certa unidade que perpassa ao longo dos vários séculos de transmissão.

Nuno Viegas, 1.º senhor de Regalados (1385)

Nuno Viegas, dito o *Moço*, para o distinguir de seu pai, é o cavaleiro que deve abrir esta galeria. De facto, a sua figura é chave quer para identificar o início de uma linha de continuidade nesta Casa, quer para melhor se entender o modo como os que o sucederam se colocaram perante o seu tempo.

Sendo filho de Nuno Viegas, o *Velho*, senhor de Sampaio e de Aguiar de Neiva, combatente nas Guerras Fernandinas, e de sua mulher Inês de Curutelo, herdeira do paço de Curutelo, este cavaleiro integrava-se numa linha de nobreza regional de velhas e arreigadas tradições que aproveitou o momento de convulsões políticas aberto pela crise de 1383-1385 para se posicionar ao lado dos vencedores – e junto deles colher benefícios. Segundo a feliz expressão de Miguel Ayres de Campos Tovar e Gonçalo Vidal Palmeira, tratava-se de uma “aristocracia dinâmica e em rota ascendente, forjada no serviço político-militar à coroa”^[8].

Nuno Viegas, o *Moço*, que aparece igualmente citado como Nuno Viegas do Rego^[9] em registos oficiais, seguiu o exemplo de seu pai, e também o do

sogro, tendo tomado parte no momento inicial do conflito aberto pela morte do rei D. Fernando I, em 1383. As crônicas de Fernão Lopes referem-se-lhe por vezes várias, testemunhando que Nuno Viegas participou nos momentos-chave sempre ao lado do Mestre de Avis. Foi assim que acompanhou D. Gonçalo Teles de Meneses, irmão de D. Leonor Teles, do Porto a Coimbra com vista a render, com sucesso, esta cidade que se encontrava sitiada pelos castelhanos. E que, depois, capitaneou uma das naus que rumaram do Porto para defender Lisboa, que também se encontrava cercada, participando seguidamente no cerco de Torres Vedras. Esteve presente nas Cortes de Coimbra que aclamaram o Mestre como rei de Portugal, a 6 abril de 1385, tendo sido prontamente nomeado meirinho-mor da comarca de Trás-os-Montes, para além de já ter recebido as mercês das terras de Pena, de Cabeceiras de Basto e do Arco de Baúlhe — que posteriormente seriam dadas ao Santo Condestável, D. Nuno Álvares Pereira^[10]. Combateu na Batalha de Aljubarrota, a 14 de agosto de 1385, nas vésperas da qual foi armado cavaleiro por D. João I.

Dois meses após Aljubarrota, recebeu o senhorio da terra de Regalados, por carta de 3 de outubro de 1385^[11], sendo o primeiro desta linhagem a tê-lo. Anteriormente, esta terra tinha sido do 5.º conde de Barcelos, D. Afonso Telo de Meneses, que a obtivera por mercê de D. Fernando, a 20 de março de 1372, junto com outras terras que Nuno Viegas também viria a receber, como as terras e préstimos de Rossas e de Vila Boa, a 25 de junho de 1392^[12]. A D. Afonso haveria de suceder seu primo, o 6.º conde de Barcelos, D. João Afonso Telo, que foi morto em Aljubarrota, altura em que Regalados ficou vaga para a Coroa e foi concedida a Nuno Viegas. Também em 1385 teve confirmação da doação que D. Fernando fizera a seu pai de umas casas em Ponte de Lima que tinham sido de Lopo Gomes de Lira, por carta de 25 de novembro de 1385^[13].

Contudo, três anos depois veio a trocar o senhorio da terra de Regalados pelo de Aguiar de Neiva (que tinha sido de seu pai) com o já referido D. Gonçalo Teles de Meneses, 1.º conde de Neiva, tendo o escambo sido confirmado por D. João I a 19 de setembro de 1388^[14]. O conde de Neiva deve-o ter tido até à sua morte, ocorrida em 1403, ano em que o senhorio voltou a reverter para a Coroa. Não se acha, aliás, nas chancelarias régias outras mercês desta terra até ao ano em que reentrará na linhagem de Nuno Viegas, na pessoa de seu neto Pedro.

Casou com Inês Dias do Rego, filha e herdeira de Rui Dias do Rego, já falecido em 1384, senhor das terras de São Martinho de Mouros e de Samodães (1372), e da quintã de Santa Marta, em Rossas, por onde entrou o padroado da abadia do Salvador de Rossas na Casa de Regalados, considerado seu “padroado grande”. Esta quintã de Rossas foi-lhes confirmada, juntamente com outras herdades em Braga não identificadas, a 3 de outubro de 1384^[15].

Foi junto com sua mulher que instituiu o morgadio de Coucieiro e Curutelo, por escritura lavrada por João Gonçalves, tabelião do julgado de Rossas, e que foi confirmado por D. João I por carta de 14 de dezembro de 1395^[16]. Tratava-se de um morgadio irregular, com o instrumento de instituição a prever várias vocações e substituições, preconizando uma sucessão lineal mista e admitindo a vocação de mulheres quando a linha agnada se extinguisse. No tocante ao espiritual, o administrador ficaria obrigado a mandar rezar uma missa anual por dia de Todos os Santos, com vésperas e matinas de mortos. Este morgadio incidia, como já aludimos, sobre a quintã de Coucieiro, em terra de Regalados, e a quintã de Curutelo, em terra de Aguiar de Neiva, com “suas herdades e casaaes, honrras e tomadas e de todallas outras cousas”. A primeira abrangia grande parte da freguesia homónima de São João de Coucieiro, devendo corresponder grosso modo ao couto por marcos concedido por D. Sancho I, em 1191^[17], a D. Egas Pais e sua mulher Boa Joanes, presumíveis antecessores de Nuno Viegas. E devia estar também relacionada com os Fafes de Lanhoso, detentores de bens na região, tais como a quintã do Lameiro, que encontramos entre os bens desta Casa no século XV^[18]. Trata-se de terra sita no vale do rio Homem, de que beneficia, protegida a Noroeste pelo monte do Castro de São Julião. Por seu turno, a segunda quintã, sita na freguesia de São Julião de Freixo, hoje do concelho de Ponte de Lima, era o solar da geração do mesmo apelido, de que faz memória o nobiliário do conde D. Pedro, aparentada com os Velhos, grandes magnatas em terras de Neiva. Consubstanciava, inclusive, uma honra antiga, sendo como tal confirmada em 1288, durante as Inquirições Gerais promovidas pelo rei D. Dinis^[19].

Sem dúvida, este ato revela uma precoce estratégia de administração patrimonial no contexto minhoto, onde a prática vincular só se começaria a generalizar cerca de cem anos depois; tão precoce que séculos mais tarde seria quase um desafio para os administradores acharem o título de fundação. E,

de algum modo, parece poder supor-se que o conceito subjacente a esta instituição tenha sido inspirado por um vínculo mais antigo, pertencente à família paterna de Nuno Viegas — a capela instituída por seu tio-bisavô, D. Silvestre Godinho, arcebispo de Braga e mestre canonista, no seu testamento de 5 de julho de 1244^[20].

Do casamento de Nuno Viegas com Inês Dias nasceram, entre outros, Álvaro Viegas do Rego, que já estava casado com Branca Rodrigues de Castelo-Branco em 1395, aquando da instituição do morgadio, e Leonor Viegas, que veio a nele suceder por seu irmão não ter tido descendência e que seguirá neste alinhamento junto com seu marido. Nuno Viegas já não vivia em agosto de 1398^[21].

Diogo Gomes de Abreu, 2.º Senhor de Regalados

Diogo Gomes de Abreu foi senhor da Casa de Regalados *de jure uxoris*, sem, contudo, haver encarte no senhorio da Coroa. Como dissemos a princípio, a variedade patrimonial envolvida nesta Casa justifica que não se olhe somente ao senhorio régio. E, de facto, como nesta geração o senhorio de Regalados esteve atribuído ao conde de Neiva e vago para a Coroa, o foco será colocado na orientação das escolhas políticas e na transmissão dos bens de morgadio.

Para tanto, importará conhecer a circunstância pessoal de Diogo Gomes. Ora, este cavaleiro era filho e herdeiro de Vasco Gomes de Abreu, senhor de Valadares (1383), da honra e solar de Abreu (1377) e de vários bens na ribeira do Minho, alcaide-mor dos castelos de Melgaço, Castro Laboreiro e Lapela, infância natural de Grijó, que seguira o partido da infanta D. Brites após a morte do rei D. Fernando I em 1383, tendo, por isso, perdido todos os seus bens^[22]. Era sobrinho paterno de Diogo Gomes de Abreu (falecido antes de 1373), que seria o irmão mais velho de seu pai^[23] e que também prestara continuados serviços aos reis D. Pedro e D. Fernando, devendo, aliás, tratar-se do meirinho-mor de Trás-os-Montes referido por D. Luís Caetano de Lima^[24]. Este seu tio era casado com sua parente Violante Afonso, que o cronista Fernão Lopes refere ter sido, em viúva, aia de D. Brites, enquanto rainha consorte de

Castela, tendo os seus bens sido igualmente apreendidos. Além do mais, era irmão de Teresa Gomes de Abreu, casada com Lopo Gomes de Lira, senhor de Fraião, meirinho-mor de Entre-Douro-e-Minho, que participou no cerco do Porto contra o Mestre de Avis e que era alcaide de Ponte de Lima quando o Mestre o cercou e lhe propôs a rendição; não a aceitando, sofreu o confisco e a prisão, conforme também relatou Fernão Lopes.

Como se vê, Diogo Gomes de Abreu estava rodeado de um friso de nobres que seguiram D. Brites e D. Leonor Teles e acabaram por sofrer as represálias impostas aos vencidos pelos vencedores. Mas, certamente percebendo que o país demonstrava preferência por uma solução nacional com rosto no Mestre de Avis e que o partido castelhano lhe oferecia somente a derrota, o exílio e a penúria, Diogo Gomes terá invertido as opções paternas e prestado fidelidade ao novel rei D. João I, conseguindo desse modo recuperar parte dos bens que tinham sido confiscados.

Não restam dados concretos para apontar seguramente quando se terá processado essa inversão. Mas é, sem dúvida, à luz dessa lógica que se vai aliar em matrimónio, depois de dezembro de 1395, com Leonor Viegas, filha de Nuno Viegas. Este casamento representa, por conseguinte, a assunção de um compromisso com a nova dinastia, condição *sine qua non* para lhe ser aceite e poder prosperar – algo que será ainda mais consolidado na geração seguinte. Além do mais, na infrutuosidade do matrimónio de seu cunhado, Diogo Gomes terá sido administrador do opulento morgadio instituído por seu sogro, contribuindo para o seu desenvolvimento.

Não obstante, continuou a influência dos Abreus na ribeira do Minho. A 9 de abril de 1397 teve sentença favorável numa pendência com os cónegos agostinhos de Longos Vales quanto ao cumprimento por estes das obrigações de rezar missa na capela de São Brás, contígua ao seu mosteiro. Era o alcaide da vila de Monção quando o rei D. João I reuniu tropas para ir tomar a cidade de Tui, tendo-lhe sido pedido, dia 4 de maio de 1398, que mandasse um escudeiro seu ir mostrar o vau das estacas, ao pé de Lapela, para que o exército atravessasse ali o rio Minho, uma vez que Salvaterra estava cheia de gente para os deter^[25]. No seguimento de serviços continuados, teve mercê da terra galega de Entre Doma e Deva, a 3 de setembro de 1399, que décadas antes fora de Álvaro Rodrigues de Lima, senhor de Milmanda^[26]. Depois, ao partir para

a expedição de Ceuta, o mesmo rei fez expedir uma carta em 12 de junho de 1415 a Diogo Gomes de Abreu e a todos os que tivessem poderes dados pelo rei, bem como às justiças de Entre-Douro-e-Minho, comunicando que durante a sua ausência entregava o governo dessa comarca ao bispo do Porto, D. Fernando da Guerra, ordenando que a ele obedecessem^[27].

O P.^e Carvalho da Costa dizia que os Abreus foram “senhores das melhores quintas, que na ribeira do Minho havia”^[28]. Algumas delas entraram efetivamente na Casa de Regalados mediante a aliança com Leonor Viegas, tal como se obtém do teor de uma sentença dada em 1458, de que trataremos mais largamente adiante, e da qual se colhe a enumeração de bens deste casal, cujo rol aqui fica^[29]:

Item – No termo de Regalados: as quintãs de Coucieiro, de Lanhas [nas freguesias homónimas], do Barreiro [Lanhas], da Torre^[30] [São Cristóvão de Regalados], de Quartas [Sande] e do Prado [na freguesia homónima]

Item – No termo de Braga: as quintãs de Real Novo^[31] [Semelhe] e de Real Velho^[32] [Real] e os casais de Farpada e de Gualtar;

Item – No termo de Valdevez: a quintã de Jolda e o casal de Padreiro [nas freguesias homónimas];

Item – No termo de Valadares: as quintãs de Vila Boa^[33] [Badim], da Bemposta [Valadares], os coutos de São Vicente e de Vilar^[34] [Alvaredo], a quintã de Tangil^[35] [na freguesia homónima], uma adega e um térreo em Mouro Jusão [Ceivães] e o lugar de Copete^[36] [Segude];

Item – No termo de Monção: a quintã honrada de Abreu^[37] [Merufe], de Lara [na freguesia homónima], os casais de Chim [Portela], do Trouso [Lordelo], de João Fernandes, de Fontão [Pias], de Lamoso [Pias] e os lugares de Requião [Mazedo] e de Sago [na freguesia homónima];

Item — No termo de Fraião: a quintã e torre de Gondomil [na freguesia homónima] e os casais de Coura [Paredes de Coura];

Item – No termo de Barcelos: as quintãs de Curutelo [Freixo], de Vitorino [na freguesia homónima], de Cerveira e de Alvarães [na freguesia homónima].

Diogo Gomes de Abreu vivia em 10 de fevereiro de 1419, quando foi dada sentença sobre a água da quintã de Real Velho^[38], devendo ter morrido

cerca de 1422. Sua mulher sobreviveu-lhe até cerca de 1455, conforme referido na aludida sentença de partilhas.

Sucedeu-lhes Pedro Gomes de Abreu, de quem trataremos adiante. Foram igualmente pais de Vasco Gomes de Abreu, fidalgo do Conselho de D. Afonso V, alcaide-mor de Penela, senhor dos direitos reais do almoxarifado de Ponte de Lima, que casou em Santarém com Maior de Portocarrero^[39], filha de Gomes de Sá, cavaleiro do Conselho do infante D. Henrique, e de sua mulher Brites de Portocarrero, dotada com 1.500 coroas de ouro por contrato matrimonial feito a 13 de agosto de 1453^[40]. Ali viveu e morreu, sendo sepultado na igreja do Convento de São Francisco, numa capela do cruzeiro, chamada de Jesus, numa arca com epitáfio assente em quatro leões (que dizia: “Vasco Gomes de Abreu do Conselho de El-rei D. Afonso V”^[41]), tendo tido descendência nos senhores e condes de Pombeiro e noutras famílias.

Outro dos filhos de Diogo Gomes e Leonor Viegas foi Antão Gomes de Abreu, fidalgo da Casa Real, coudel de Monção, Valença e outras, que casou com Isabel de Melo, filha de Fernão Soares de Albergaria, senhor da vila de Prado, e de Isabel de Melo. Viveu em Viseu, tendo sido pai de dois cortesãos poetas do *Cancioneiro* e capitães de naus da Índia, com descendência nos morgados do paço da Torre da rua da Cadeia (Viseu), morgados de Alvelos e viscondes do Serrado, entre outros.

O quarto filho dos segundos senhores de Regalados foi D. João de Abreu, ou João Gomes de Abreu, que estudou oito anos Direito Canónico nas universidades de Lisboa e Salamanca^[42], tendo sido comendatário perpétuo do mosteiro de São João de Longos Vales, de Loivo, da metade sem cura de Portela, abade de Pias, notário apostólico, cubiculário pontifício, arcediogo do Couto na Sé de Braga, bispo de Viseu (nomeado a 3 de agosto de 1464), do Conselho do rei; representou ainda o rei D. Afonso V quando este depôs nas mãos do papa Pio II o mestrado da Ordem de Cristo, que, depois, o mesmo pontífice deu ao duque de Beja, D. Fernando, para continuar a luta contra os sarracenos em 1461^[43]. Foi benfeitor dos franciscanos capuchos de Orgens (Viseu), patrocinando a construção da torre do relógio^[44], e morreu em 16 de fevereiro de 1482. Entre as casas da sua descendência contam-se as quintas do Sol (Barbudo), da Portela de Sampriz (Ponte da Barca), da Nespereira (Vilar de Ordem), a casa de Lusinde (Penalva do Castelo), entre outras.

Diogo Gomes teve um filho natural, de mãe que se desconhece, chamado Diogo Gomes de Abreu, cuja filiação é dada por um pergaminho de 19 de fevereiro de 1460, feito em Torres Vedras, no qual este cede todo o direito que tinha na igreja de Barbeita a seu “sobrinho” Lopo Gomes de Abreu, apresentando ao mesmo tempo um clérigo criado do mesmo sobrinho^[45]. Ora, como este Diogo Gomes não consta da sentença de partilhas de 1458 ao lado dos filhos legítimos, supõe-se que seja natural. Foi corregedor da comarca da Estremadura e juiz da vila de Torres Vedras, onde viveu. Tomou o partido da rainha D. Leonor de Aragão contra o infante D. Pedro, tal como seu meio-irmão Pedro Gomes de Abreu. Já tinha morrido em 1474 e teve descendência^[46].

Pedro Gomes de Abreu, 3.º Senhor de Regalados (1433)

Pedro Gomes de Abreu, primeiro deste nome, quicá derivado do orago da paróquia de Merufe, que teria nascido depois de 1395, veio a ser o responsável pela reabilitação dos Abreus no seio da corte régia e pela consolidação patrimonial da Casa de Regalados.

Após um tempo perpassado pelas visões políticas de Vasco Gomes de Abreu, radicadas na influência de Leonor Teles e dos castelhanos, e a mobilização de seu pai para o lado dos vencedores, Pedro Gomes é já o fruto de um matrimónio em que a força vencedora do partido do Mestre de Avis, representada por seu avô Nuno Viegas, é definitiva. A questão teórica de preito e homenagem decerto já não se colocaria, importando agora ilustrá-la com obras. E, com efeito, Pedro Gomes de Abreu significa o inaugurar de uma nova fase para a sua linhagem, certamente inspirada no legado de serviço de seu avô materno e, de certa forma, também nas derradeiras opções de seu pai – a lealdade à dinastia de Avis será, pois, a pedra de toque para a progressiva consolidação da Casa de Regalados.

Ora, a conquista de Ceuta (1415) é, justamente, um dos momentos em que isso fica patente. Sendo escudeiro-fidalgo e, decerto, moço de pouca idade, Pedro Gomes de Abreu acompanhou o infante D. Duarte nessa expedição, levando como escudeiro Vasco de Rijocaldo, seu criado^[47]. A crónica escrita por Gomes Eanes de Zurara sobre o conde D. Pedro de Meneses refere que Pedro

Gomes contava-se entre os que ficaram largos anos na guarnição da praça de Ceuta. Aliás, ainda durante o comando daquele conde, o cronista refere que Pedro Gomes de Abreu tomou parte na expedição ao vale de Negrão (1419), capitaneada por Luís de Ataíde^[48].

De regresso ao reino, e já depois do decesso de seu pai, vem referido como “pero gomez daavreu escudeiro nosso criado” quando recebeu de D. Duarte, então rei, enquanto fosse sua mercê, o senhorio de Regalados, com a sua jurisdição cível e crime, exceto a correição e alçada, por carta dada em Santarém a 24 de novembro de 1433. Terra que, como dissemos, para além de ter sido de seu avô materno, tinha estado também ligada a parentes da Casa Real (condes de Barcelos e de Neiva), encontrando-se naquele tempo vaga para a Coroa.

E, poucos dias depois, parecia completar-se um ciclo de glória linhagística, ao ter também mercê do senhorio de Valadares, por carta de D. Duarte de 6 de dezembro de 1433 – reunindo, desta feita, dois senhorios que haviam sido de seus avós paternos e maternos coincidentes com as suas áreas de maior influência. Pelo de Regalados, continuava a influência dos Viegas e dos Fafes, somando os direitos reais e jurisdição aos bens ali já detidos no morgadio; pelo de Valadares, continuava o domínio dos de Abreu e dos de Valadares, igualmente somando os direitos reais e jurisdição ao distendido mosaico patrimonial.

Nota-se o quanto a terra de Valadares devia significar para os Abreus (seu primitivo oriente) pelo modo como foi habilmente reintegrada na sua esfera de poder por Pedro Gomes. De facto, foi mediante uma negociação com D. Afonso, conde de Barcelos e meio-irmão do rei, então seu senhor, que Pedro Gomes de Abreu a conseguiu reaver. Por acordo entre ambos, este deu em troca a D. Afonso pelo senhorio 227.500 libras da sua tença anual de 500.000 libras que tinha a receber das 2.000 coroas que o rei D. João I lhe concedera pelo seu casamento. Poucos anos volvidos, o novo rei, D. Afonso V, com acordo da rainha-mãe, como sua tutora, e de seu tio, D. Pedro, como defensor do reino, confirmou ambos os senhorios por cartas do dia 16 de abril de 1439^[49].

Também naquele ano de 1433, D. Duarte tinha-o nomeado guarda dos portos de Caminha até à ponte das Várzeas (ou seja, a fronteira dada pelo rio Minho), para impedir a entrada de coisas proibidas, com o privilégio de tomar a metade do que apreender e a obrigação de repartir com os homens que an-

darem com ele, sendo a outra metade para o rei, por carta de 6 de dezembro de 1433. O rei D. Afonso V confirmou-o neste cargo igualmente no dia 16 de abril de 1439^[50].

As crônicas de Rui de Pina e Duarte Nunes de Leão referem que Pedro Gomes de Abreu recusou estar nas Cortes de Lisboa de 1439 a pedido da rainha-mãe, D. Leonor de Aragão, tendo tomado parte na reunião convocada pelo conde de Barcelos em Guimarães em que se concertou a escusa de ir a Lisboa^[51].

Um seu criado, Vasco Fernandes, foi nomeado por D. Afonso V para o cargo de meirinho do bispado de Tui, assim para os leigos, como para os clérigos, dia 16 de julho de 1439^[52]. E um seu outro apaniguado, por nome Álvaro Gonçalves, morador em Guimarães, foi privilegiado pelo mesmo rei, a 8 de fevereiro de 1440, ressaltando-o de ser besteiro do conto, a pedido de Pedro Gomes de Abreu^[53].

O regente, infante D. Pedro, nomeou-o coudel da vila de Olivença por cinco anos a contar da data da carta, que foi dia 27 de novembro de 1444, cargo que tinha sido de um homem de Martim Afonso de Melo^[54].

Esteve na Batalha de Alfarrobeira, dia 20 de maio de 1449, tomando o partido de D. Afonso V e da rainha-mãe. Onze dias volvidos, o rei confirma de novo a Pedro Gomes de Abreu o senhorio da terra de Regalados, sendo já identificado nesta carta como fidalgo do seu Conselho^[55].

Recebeu, também em recompensa, mercê da quintã de Oriz e de outros bens sitos na sua terra de Regalados, que tinham sido confiscados a Rui da Cunha, filho de Vasco Martins da Cunha, por terem tomado o partido do duque de Coimbra. A carta data de 14 de junho de 1449^[56].

Referindo-nos agora às demais circunstâncias da Casa de Regalados, é preciso dizer que, quando seu pai morreu, por volta de 1422, Pedro Gomes de Abreu ficou por seu testamenteiro e herdeiro da terça e, “como grande e poderoso (...) se meteu logo de posse sem partir com seus irmãos” os bens que ficaram dele, gozando exclusivamente as suas muitas rendas^[57]. Esta situação levou a que, anos depois, seus irmãos demandassem no tribunal da Corte o seu filho, Lopo, provocando graves e demoradas contendas familiares, como se verá.

Sucedeu como 3.º administrador do morgadio de Coucieiro e Curutelo, instituído em 1395 por seus avós maternos. Todavia, também no exercício da

testamentaria de seu pai, vendeu a quintã e paço de Curutelo e a de Vitorino, por volta do ano de 1440, ao já aludido D. Afonso, conde de Barcelos, de Neiva e 1.º duque de Bragança, avaliadas em 1.000 dobras de ouro (aproximadamente 100.000 réis de metal sonante da moeda daquele tempo). Refira-se, a este respeito, que o facto de consistir num bem de morgadio implicava que, em princípio, a quintã de Curutelo não pudesse ser alienada, salvo licença régia para o fazer (o que, a ter acontecido, não chegou até nós). Mas como naquele tempo não existia meio de controlo eficaz, entendia-se que bastava o sucessor do vendedor não reivindicar a sua posse durante certo prazo para o direito do comprador se consolidar^[58]. Em todo o caso, o morgadio continuou a existir, embora concentrado na quintã e paço de Coucieiro e suas pertenças, em Regalados. Daqui parece ter, pois, derivado a nomeada mais corrente de *Casa de Regalados*.

Enquanto cabeça da linhagem de Abreu, apresentou abades na igreja de Riba de Mouro, em terra de Valadares, nos anos de 1439, 1450 e 1452^[59].

Morreu entre outubro e dezembro 1453, porquanto em outubro de 1453 testemunha uma escritura de emprazamento em Longos Vales^[60]. E vem referido como “fidalgua de nossa casa e do nosso conselho que se ora finou” quando D. Afonso V lhe quitou o preito e homenagem que rendera pelo castelo de Lapela “per guarda sua e da sua linhagem”, a 4 de dezembro de 1453^[61].

Casou cerca de 1430 com D. Aldonça de Sousa, filha de D. Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo, principal herdeiro da Casa de Sousa, senhor de Maфра e Ericeira, de Miranda do Corvo, mordomo-mor da rainha D. Filipa de Lancastre, que combateu em Ceuta e morreu em 1417, jazendo atualmente no Convento de Cristo, em Tomar. D. João I lhe deu 2.000 coroas por este casamento. D. Aldonça já não vivia em 1449 quando sua filha Beatriz é dotada.

Deste matrimónio nasceu primogénito Lopo Gomes de Abreu, de que trataremos seguidamente, e mais cinco filhos. De entre os varões assinalamos João Gomes de Abreu, que recebeu ordens menores na Sé de Braga, no dia 26 de maio de 1453, ministradas por D. Frei António, bispo titular de Cróia, então chamando-se “João Gomes de Sousa”, registado como natural “da frreiguesia de Santa Maria de Monçom da administração de Tuy, que per tanto tempo quanto de direito abasta he morador em esta diocese (de Braga)”^[62]. Dele se encontram vários assentos de tença como fidalgo da Casa Real. Casou em 1487 com Joana de Melo, filha de D. Rodrigo de Melo e Lima, abade comendatário

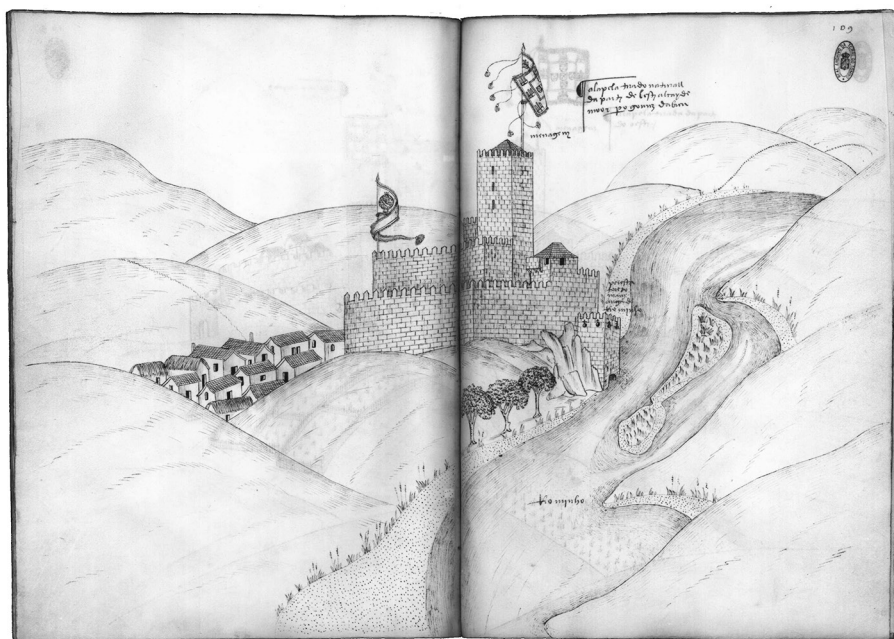
do mosteiro de Refoios, padroeiro da capela de Nossa Senhora da Humildade (depois de São Sebastião e de Nossa Senhora do Rosário) no convento de Santo António de Ponte de Lima, neta do visconde D. Leonel de Lima. Deste casal há larga descendência, nomeadamente na quinta do Anquião, no Paço de Refoios, nas casas do Outeiro, da Carcaveira, de Além da Ponte, do Sabadão (todas em Ponte de Lima), no Paço Vedro de Magalhães (Ponte da Barca), na Torre de Vilar (Amares), no solar dos Abreu Lima Morais (Tentúgal) e na casa da Portagem (Coimbra), entre outras.

Outro dos varões foi Rui Gomes de Abreu, que parece ser o fidalgo da casa do marquês de Valença que casou em 1455 com Isabel de Goes, donzela de D. Joana, rainha de Castela, tendo o rei D. Afonso V prometido 2.500 coroas de ouro, convertidas em tença anual de 25.000 reais brancos^[63], de que não parece ter havido fruto algum. Também documentados, achamos mais três filhos, de seus nomes Diogo Gomes de Abreu, Nuno Gomes de Abreu e Luís Gomes de Sousa, sem que se tenha podido alcançar mais alusões aos mesmos^[64].

Filha de Pedro Gomes e D. Aldonça foi Beatriz de Sousa, que casou com Martim de Melo, fidalgo da casa do infante D. Henrique, senhor da honra de Melo, chefe desta linhagem, filho de Estêvão Soares de Melo e sua mulher Teresa de Andrade, que tiveram geração nos senhores e condes de Melo e noutras casas. O contrato matrimonial foi celebrado dia 18 de agosto de 1449, em Lamego, nos paços de seus tios, D. Vasco Fernandes Coutinho e D. Maria de Sousa, condes de Marialva, tendo o dote dado pelos mesmos constado de 2.000 dobras de ouro em bens, ouro, prata e dinheiro, com promessa da terra de Tavares e a quintã de Bouça em prenda. O infante D. Henrique também tinha prometido os lugares de Aldeia e Pinhanços, tal como os tinha João Rodrigues Coutinho. E nas 2.000 dobras se teria de descontar a herança que ficara de sua mãe, D. Aldonça. Logo foram recebidos por palavras de presente pelo bispo de Lamego, D. João da Costa, que também estava presente^[65].

Pedro Gomes de Abreu parece ter tido um filho natural, de mãe que se ignora, chamado Mendo de Abreu, que casou com Isabel de Abreu, filha de Rui de Abreu, alcaide de Elvas, e deu origem à família Mendes de Abreu, de que se destaca Antão Mendes de Abreu, desembargador da Casa da Suplicação, apoiante de Filipe II, e seu filho Rui Mendes de Abreu, chanceler-mor do Brasil e cavaleiro da Ordem de Cristo^[66]. De Mendo de Abreu escreveu Rui Correa

Lucas a propósito da sua filiação: “segundo se ve por papeis e o provou seu quinto neto Ruy Mendes de Abreu pera lhe darem o foro e moradia da Casa de Regalados”^[67]. Acrescenta P.^e Marcelino Pereira que Freire Montarroio vira “certidão de Leonel de Abreu e Lima, que jura o parentesco, e toda esta linha em 3 de Março de 1636”^[68]. Como o seu nome não consta da sentença de 1458, nem herdou nenhum património de seus pais, entende-se que só podia ser filho natural e que Leonel de Abreu e Lima jurou por cortesia esta linha, cerca de 200 anos depois e, portanto, sem grandes certezas. Não há, contudo, dúvida de que os senhores de Regalados conheciam alguns destes parentes: de facto, Juliana Mendes de Abreu, filha de Lourenço Mendes de Abreu e de sua mulher Inês de Figueiredo, do Pombal, assistiam na Casa de Regalados quando se casou na igreja de Lanhas, dia 4 de janeiro de 1598, com Francisco Barreiros.



— *Fig. 4*

Castelo de Lapela, cenário de variados episódios familiares, tal como o representa Duarte de Armas a fls. 109 do seu *Livro das fortalezas*. ANTT.

Lopo Gomes de Abreu, 4.º Senhor de Regalados (1458)

Lopo Gomes de Abreu, que teria nascido cerca de 1430 e levou o nome próprio de seu avô materno, iniciando uma longa tradição familiar, foi o 4.º senhor de Regalados e de Valadares. A sua vida foi atravessada por imensos conflitos e violências familiares motivadas pelo desejo de seus tios paternos, D. João, Vasco e Antão, quererem partilhar os bens de seus avós, Diogo Gomes de Abreu e Leonor Viegas.

Destes agravos conseguimos ter nítida ideia através de uma carta régia de 1 de junho de 1456, pela qual o rei D. Afonso V perdoou a Lopo Gomes de Abreu ter fugido da prisão por uma janela com ferros, na Casa da Moeda, em que andava a livrar-se de várias malfeitorias e tentativas de homicídio contra seu tio João Gomes de Abreu, então cônego regrante de Santo Agostinho no mosteiro de Longos Vales, em Monção. Um dia, estando seu tio na casa que os Abreus tinham em Monção, Lopo Gomes mandara fechar as portas da vila para o desonrar, mandando “certos homeens seus que o fossem matar os quais per seu mandado lhe tiraram per açima do telhado da cassa com huua palheta enlevada e lhe derom hua sectada pellos peitos que o pasarom com ella da qual jouvera a mestre e fora della em ponto de morte”. Estas afrontas envolveram também o roubo de “duzentas e cinquenta dobras douro e sete ou oyto marcos de prata e hum calez e outras muitas coussas, a saber, direitos e roupas e armas e alfayas” do dito mosteiro de Longos Vales, bem como o homicídio e roubo de bens de vários escudeiros e homens de João Gomes de Abreu, incluindo enfrentamentos em Gondomil e sequestros no castelo de Lapela^[69].

Dois anos volvidos o mesmo rei lhe passou segunda via da carta de confirmação do senhorio de Valadares, com todas as suas rendas, direitos, foros, tributos, pertenças e jurisdições, tal como seu pai tivera, por carta de 24 de janeiro de 1458, aparentemente por a primeira se ter perdido^[70]. Do senhorio de Regalados não consta o registo na chancelaria, eventualmente por lapso, mas é certo que teve carta de confirmação, conforme é dito na de seu filho.

A 15 de março de 1458 saiu a sentença de partilha dos bens que ficaram por morte de seus avós paternos, no âmbito de processo movido por seus tios paternos^[71]. A sentença, dada pelo doutor Álvaro Pires Vieira, corregedor da corte de D. Afonso V, seguiu claramente a jurisprudência romana, dividindo os

bens por cabeça em partes iguais e assinando-lhes cada quota sem quaisquer considerações de primogenitura, de representação ou de linhagem. Aparentemente, Lopo Gomes foi citado para informar se algum dos bens em crise eram de morgadio, apresentando escritura que o provasse, bem como se tinha havido alguma repartição de bens entre seu pai e os irmãos (autores da causa). Mas não tendo oferecido resposta, ou pelo menos resposta satisfatória, as justiças deram a causa conclusa, procedendo de imediato à avaliação dos bens e ao cálculo das quatro quotas. Aí, Lopo Gomes e seus irmãos (por esta ordem: Diogo Gomes de Abreu, Rui Gomes de Abreu, Nuno Gomes de Abreu, João Gomes de Sousa, Luís Gomes de Sousa e Beatriz de Sousa) receberam a quintã de Coucieiro mais os bens de Regalados e o couto de São Vicente “com a torre que a elle pertence e com as couzas que a ella pertencem”. Facto intrigante é o de, nesta lógica de partilha total, os bens da capela de São Brás não terem sido incluídos. De qualquer modo, os bens de Regalados estavam vinculados e foram considerados nesta partilha completamente à revelia do instrumento de instituição. Refira-se, também, que Lopo Gomes de Abreu e seus irmãos ficaram obrigados a prestar contas a seus tios das rendas que seu pai gozara durante os vinte anos que possuía todo o conjunto de bens, mais o valor pelo qual foram estimadas as quintãs de Curutelo e de Vitorino que seu pai tinha vendido ao duque de Bragança – montando tudo em 283.429 réis e 9 ceitis.

No ano seguinte, pelo grave esbulho que esta sentença lhe trouxe, bem como pelo facto de muitos bens sitos nas terras que Lopo Gomes senhoreava terem sido assinados a seu tio Vasco, e também “recordandosse elles dos grandes trabalhos e homezios que por esta cousa antre elles passaram e por mays vinerem a melhor concordia e mays a seus proveytos”, Lopo Gomes de Abreu concertou-se com seu tio para fazer uma troca de bens.

E, de facto, por público instrumento do dia 3 de janeiro de 1459, exarado pelo escrivão João Dias no paço dos tabeliães, em Évora, acordaram que Vasco Gomes de Abreu lhe entregaria os bens sitos em Monção e Valadares que lhe tinham sido adjudicados nas partilhas – a saber: a honra e quintã de Abreu, as casas, adegas e cavaliças da vila de Monção, os lugares de Requião e de Sago, o casal de Chim, o foro de Lordelo (que chamavam o casal do Trouso), o casal de João Fernandes, o casal de Fontão, a quintã de Abedim com o casal de Lamoso (estes todos no termo de Monção), e ainda as quintãs de Lara, de

Vilar, da Bemposta, de Vila Boa, o lugar de Copete, a adega e térreo de Mouro Jusão e a quintã de Tangil (em Valadares). E em troca, Lopo Gomes de Abreu lhe concedia e trespassava as 2.300 coroas de ouro que el-rei lhe prometera por carta de 15 de dezembro de 1458 para o seu futuro casamento, através de 23.000 reais de tença anual até perfazer aquele valor, a vencer a partir de janeiro de 1459. Testemunhou este ato o doutor Lopo Vaz de Serpa, desembargador do Paço e Petições. Poucos dias volvidos, a 6 de janeiro de 1459, D. Afonso V outorgou e confirmou este contrato de escambo^[72]. Mas mesmo assim só na geração seguinte é que se conseguiria encerrar mais definitivamente este custoso e atribulado capítulo familiar.

Agora, uma apreciação jurídica. Os bens que Lopo Gomes recuperou não estavam constituídos formalmente em morgadio (tanto quanto é possível saber), mas deviam seguir quer os antigos costumes godos da Lei de Família, ou da Avoenga, segundo os quais o filho maior herdaria o feudo da linhagem e os filhos mais novos um pecúlio dado pelos pais^[73], quer o preceito das *Siete partidas* que permitia beneficiar o primogénito em testamento^[74]. Mas, quiçá por não lhes ter sido feita doação em vida dos pais, ou por quererem desbaratar o património do sobrinho, os tios de Lopo Gomes de Abreu demandaram-lhe meios com que se sustentar – causa a que não devia ser alheia a formação jurídica de D. João de Abreu.

No que se refere aos padroados familiares, documenta-se que seu tio Diogo Gomes de Abreu, morador em Torres Vedras, lhe cedeu todo o direito de padroado que possuía na igreja de Barbeita, por instrumento do dia 19 de fevereiro 1460^[75]. Já a igreja de Riba de Mouro acabou por reverter para o prelado tudense em outubro de 1454 certamente por ninguém se entender quanto às apresentações nem conseguir provar o seu direito após o decesso de Pedro Gomes de Abreu em 1453^[76].

Morreu em 1464, com cerca de 30 anos, altura em que D. Afonso V confirma os senhorios a seu filho varão.

Casou depois de janeiro de 1459 com D. Inês de Lima, filha de D. Leonel de Lima, 1.º visconde de Vila Nova de Cerveira, alcaide-mor de Ponte de Lima, senhor do paço de Giela, coudel de Fraião, Coura, Geraz e Valdevez, fidalgo do Conselho, etc., e de sua mulher Filipa da Cunha^[77]. Como dissemos acima, o rei D. Afonso V prometeu-lhe 2.300 coroas de ouro por este casamento. Enviu-

vando, D. Inês casou segunda vez com Fernão de Sousa, senhor de Rossas, em Vieira do Minho, e fidalgo do duque de Bragança.

Sucedeu na Casa de Regalados o segundo Pedro Gomes de Abreu, de que daremos nota adiante, tendo também havido deste casamento Brites de Lima, que casou com João de Brito, morgado de Santo Estêvão de Beja e São Lourenço de Lisboa, filho de Mem de Brito e de sua mulher Grimanesa de Melo, em cuja descendência se contam os condes da Atalaia, os senhores da honra de Barbosa, entre outras famílias^[78]; houve ainda Filipa de Lima, que casou com Baltazar de Sequeira, senhor do Prado, de quem parece não ter existido descendência.

Pedro Gomes de Abreu, 5.º Senhor de Regalados (1464)

Pedro Gomes de Abreu, segundo do nome, recordado como “o dos fantasmas” pelos seus descendentes^[79], que deve ter nascido cerca de 1460, foi o 5.º senhor de Regalados e de Valadares, confirmado por cartas de D. Afonso V do dia 12 de novembro de 1464^[80], em atenção aos continuados serviços de seu pai e avós, posteriormente confirmadas por D. Manuel I no dia 14 de julho de 1497^[81].

D. Afonso V privilegiou por carta de 13 de novembro de 1468 os seus caseiros, lavradores, mordomos e apaniguados por ter gente pronta para servir na guerra^[82].

Durante as primícias da sua vida, tiveram continuidade os desentendimentos entre seu pai e seus tios-avós, já enunciadas anteriormente, nas quais foi defendido por seu tutor e avô – o visconde D. Leonel de Lima. Em concreto, subsistiam “preitos e demandas” que motivavam “discordias homezios e desavemças” a propósito da quintã de Gondomil, dos bens da terra de Coura e da dívida de 240.000 réis que o seu ramo ficara devendo a seus tios, D. João de Abreu, então já bispo de Viseu e do Conselho Régio, Antão Gomes de Abreu e aos filhos de seu outro tio Vasco Gomes de Abreu, entretanto falecido.

O rei D. Afonso V não desconhecia estas questões. Aliás, as duas partes apresentaram-se perante ele em 1468 para se acordarem definitivamente sobre este assunto. De um lado, D. João de Abreu intervinha em nome próprio e com

procurações dos filhos de Vasco Gomes de Abreu. Junto com ele, seu irmão Antão Gomes de Abreu defendia os seus direitos também em nome próprio. Do outro, D. Leonel de Lima agia em nome de sua filha D. Inês de Lima, viúva de Lopo Gomes, e no interesse dos seus netos.

Acordaram, enfim, que D. João quitava e desistia — a rogo do rei — de 80.000 réis que lhe pertenciam da dívida de 240.000 réis. E para pagar o valor restante de 160.000 réis, mais 18.000 réis que acresciam de penas e custas, D. Leonel de Lima concederia em nome de seus netos a renda da terra de Regalados, com sua jurisdição e direitos, tal como fora de Lopo Gomes de Abreu, a Antão Gomes de Abreu até que por ela fossem pagos os 178.000 réis remanescentes, voltando logo ao seu legítimo senhor mal fossem satisfeitos. A isto deu D. João de Abreu o seu expresso consentimento, comprometendo-se a prestar contas aos filhos de seu irmão Vasco, que representava.

No tocante à quintã de Gondomil e bens de Coura, sobre os quais Antão Gomes litigava, acordaram que D. Leonel de Lima lhe daria tantas quintas e bens em Regalados que valessem tanto como os outros, à vista de homens bons que os estimariam. E o mesmo D. Leonel compraria a D. João as quintãs de Jolda e de Padreiro, que jaziam nas suas terras, para “escusarem comtemdas e debates dantre elles”.

Ajustaram, ainda, que nem D. Leonel, nem D. Inês de Lima, nem seus filhos, entrariam ou morariam em Regalados, enquanto a terra estivesse empenhada para satisfazer a dívida. Nenhuma das partes envolvidas estaria a 4 léguas do lugar onde se haveria de fazer a execução, até se acabar, e caso alguma das partes incumprisse, seria punido pelo rei — que assinou o alvará de concórdia no dia 1 de dezembro de 1468, em Avis^[83]. E para maior segurança das partes, por uma outra carta dada no mesmo lugar, dia 5 de dezembro de 1468^[84], o rei escreveu à justiça de Regalados e ordenou a Vasco Martins de Resende, regedor da Justiça na comarca de Entre-Douro-e-Minho, para que desse inteira execução a este acordo no tocante às rendas e jurisdição cível e crime de Regalados, mandando que obedecessem a Antão Gomes tal como Lopo Gomes de Abreu a tivera.

No ano seguinte, para continuar a dar execução a este acordo, foi enviado à terra de Regalados Brás Afonso, solicitador e escrivão da corte, para que, com três cidadãos do Porto, homens bons e de boas consciências, avaliassem os bens que An-

tão Gomes receberia em troca da quintã de Gondomil e dos bens de Coura. Tendo-lhe sido apontados pelos juizes portuenses Fernão Vasques, Álvaro Gil, mercador, e Diogo Correa, inquiridor e contador no Porto, logo foram jurados e avaliaram os seguintes bens: a quintã de Quartas em 4.600 réis; o casal da Ramada em 100.000 réis; a quintã do Cortiro em 36.000 réis; a quintã de Lanhas em 20.000 réis; o lugar do Barreiro em 9.000 réis; o casal da Pedreira em 2.000 réis; a quintã da Torre, em São Cristóvão de Regalados, em 26.120 réis; a quintã ou lugar do Prado em 26.000 réis; o lugar ou quintã do paço de Fontaíscos (São Vicente da Ponte) em 7.280 réis; a quintã do Lameiro em 15.000 réis; a quintã de Oriz em 54.320 réis; o lugar de Barroso (Paço) em 50.000 réis; a quintã da Torre do Outeiro (Gondoriz) em 33.600 réis; a quintã de Gil Barbedo (Cibões) em 10.800 réis; o casal de Leiras, em 1.500 réis; e o casal ou quintã do paço de Vilela (Prado) em 6.000 réis.

Estimaram, de seguida, que o senhorio da terra de Regalados renderia anualmente, descontados o pão, vinho e bragais, cerca de 4.761, 5 réis. Dirigindo-se para a terra de Valdevez, avaliaram a quintã de Jolda em 58.000 réis e o casal de Padreiro em 2.800 réis. Por fim, foram mais para norte e avaliaram a quintã de Gondomil – mas aqui não acharam consenso sobre o seu valor. Um pô-la em 127.420 réis. Outro, reportando-se aos autos, remeteu a sua avaliação para a corte. E o outro estimou-a em 89.340 réis. Mas após algumas consultas, acabou por ser avaliada em 116.000 réis, que afinal vinha a ser o valor em que os louvados a tinham posto inicialmente.

Posteriormente, D. Leonel de Lima apresentou procuração de sua filha D. Inês e de seus netos, feita no julgado de Fraião, a 14 de março de 1469, e Antão Gomes apresentou uma de sua mulher, feita no couto de São João de Areias a 10 de abril de 1469. Decidiu-se, enfim, que os bens que Antão Gomes de Abreu receberia em troca de Gondomil seriam as quintãs do Lameiro, de Oriz, da Torre do Outeiro, de Gil Barbedo e metade do casal de Barroso^[85] – que montaram em 116.300 réis, de que Antão Gomes ficou obrigado a dar 300 réis de tornas aos filhos de D. Inês. Sendo que os restantes bens antes avaliados ficariam obrigados, junto com a renda do senhorio, a pagar a dívida de 178.000 réis e outras custas. Tudo isto foi aprovado em Salvaterra, por carta feita dia 2 de maio de 1469 pelo mesmo Brás Afonso^[86].

Ainda no ano de 1469, seu avô e tutor, D. Leonel, recebeu licença de D. Afonso V para empenhar a renda da terra de Regalados para dela se pagar

200.000 réis a sua mãe de dote e arras a que ela tinha direito a receber por morte do seu marido, por carta de 23 de agosto de 1469^[87].

Mais de uma década volvida, em que a situação familiar parece ter acalmado e em que, decerto, a terra de Regalados se manteve onerada com os pagamentos já descritos, a 7 de novembro de 1482, D. João II ainda concedeu a seu avô uma carta para que Álvaro Fernandes, procurador da câmara, entregasse a si (Pedro Gomes de Abreu) o castelo de Lapela, do qual tinha recebido mercê^[88]. Três anos depois, em que a tutoria de seu avô deverá ter cessado decerto por ter alcançado a maioridade, D. João II concede a Pedro Gomes de Abreu o foro de fidalgo da Casa Real com 25.000 réis de moradia por mês, por carta do dia 23 de fevereiro de 1485^[89]. Este padrão foi posteriormente confirmado por D. Manuel I a 25 de maio de 1497^[90].



— Fig. 5

Frontaria da igreja matriz de Monção, colocada sob a invocação de Santa Maria dos Anjos. Portal *Galicia máxica*.

Em 19 de abril 1488, D. João II também lhe confirmou o privilégio de fidalgo, porquanto tinha gente e bestas de armas prontas para o servir na guerra assim que lhe ordenasse, privilégio que incluía todos os seus caseiros, mordomos e lavradores^[91]. E, de facto, em 1490, o mesmo D. João II ordenou-lhe que entrasse com a sua hoste militar na cidade de Braga e tomasse o seu castelo que, contudo, foi defendido pelo alcaide-mor, Afonso da Costa^[92].

Fernão Rodrigues, seu criado, foi nomeado escrivão das sisas de Regalados em 1496^[93]. Seu outro apaniguado, por nome Dinis da Lomba, teve a 25 de abril de 1521 confirmação de um alvará de D. António de Noronha, escrivão da puridade do rei D. Manuel I, pelo qual foi feito cavaleiro, em conformidade com um instrumento exarado nas notas do tabelião de Regalados^[94].

Continuou a tradição familiar, que remontava a pelo menos seu bisavô Vasco, de exercer o cargo de alcaide-mor do castelo de Lapela, em cuja posse estava desde 1482. Com efeito, nessa função terá sido visitado entre 1509 e 1510 por Duarte de Armas, encarregado por D. Manuel I para desenhar as fortalezas das fronteiras com Castela^[95].

Este serviço representava um certo encargo, daí que o rei D. Manuel I, considerando que “a fortaleza de Lapella he no estremo deste Regno sem povo-ram nem renda alguma dalcaydarya della”, bem como atendendo ao “gasto e despesa que pero gomez dabreu fidalguo de nossa casa faz pera guarda della”, lhe concedeu 15.000 réis de tença com a alcaidaria para ajuda de despesas a partir de janeiro de 1503 em diante, por carta de 12 de dezembro de 1502^[96]. Para esse efeito, mais tarde, passou procuração a seu filho Leonel para que lha cobrasse junto da fazenda real, dia 26 de novembro de 1511^[97], havendo também uma provisão régia de 15 de abril de 1516 para que lhe fosse pago no almoxarifado de Ponte de Lima um valor em atraso^[98].

Diga-se, ainda, que a fortaleza de Lapela recebera a 26 de julho de 1498 carta de couto para 30 homiziados, nos termos do couto de Marvão, ficando Pedro Gomes, como alcaide-mor, encarregado de passar os alvarás de concessão de espaço para os criminosos fazerem as suas casas, dentro do muro do castelo^[99].

Sucedeu igualmente na administração da capela de São Brás, contígua ao mosteiro de Longos Vales, da qual fez tombo em 1498, confirmando-se igualmente a obrigação de três missas semanárias por alma do fundador seu

trisavô e dos finados^[100]. Documenta-se, também, que andou em demanda com um seu caseiro da freguesia de Ferreira, em Coura, por causa de pensões atrasadas, vencendo-lhe 18 alqueires de pão meado em cada ano e alguns ceitis^[101].

Morreu antes de janeiro de 1518, altura em que o rei D. Manuel I confirma as terras a seu filho herdeiro, sendo enterrado em Santa Maria de Monção, numa sepultura rasa à porta desta igreja da parte de dentro, descendo o degrau para o corpo da igreja, junto de seus criados, porque sempre lhe foram leais^[102].

Casou “por amores” com Genebra de Magalhães, filha de Fernão de Magalhães, o *Velho*, que viveu em Guimarães e foi senhor do couto de Briteiros e de Outeiro de Poldros^[103], e de sua mulher Brites da Mesquita, prima por ambas as vias do navegador Fernão de Magalhães^[104]. Sua mulher sobreviveu-lhe, ficando de posse das rendas das quintãs de Lanhas e da Torre, em Regalados^[105].

Deste casamento nasceu Leonel de Abreu, sucessor na Casa, a quem aludiremos seguidamente, sem que pareça poder apontar-se-lhe com segurança irmão ou irmãos. De facto, segundo as memórias que apurámos, a restante descendência de Pedro Gomes provém toda de relações extramatrimoniais. Assim, de uma relação com D. Catarina de Eça, 17.^a abadessa perpétua do mosteiro de Lorvão (1471-1521), filha de D. Fernando de Eça e bisneta do rei D. Pedro I de Portugal^[106], nasceu Catarina de Abreu, que casou com Pedro Marinho, comendatário de Longos Vales (1515-1539), filho bastardo de D. Vasco Marinho, abade comendatário de Longos Vales, Filipa e Brites de Abreu, que foram freiras^[107].

De outras relações, desconhecendo-se o nome das mães, teve António de Abreu e Lima, que levou a quinta do paço de Atães (ou Torre de Santo Amaro), na freguesia de Atães, a quinta de Mós, na freguesia de Mós, e a quinta do Mouro, na freguesia de Barros (Regalados), desanexadas do morgadio paterno^[108], o qual casou com Maria Quaresma, sem geração, e depois casou com Brites Velho, filha de Fernão Velho e Genebra Barbosa, de Viana, deles havendo descendência no Paço de Atães (Vila Verde) e nas casas do Ameal (Viana), das Hortas (Braga), de Infias (Braga), na quinta do Mouro (Vila Verde), nos viscondes e condes de Azevedo, entre outras famílias. Jorge de Abreu foi outro dos varões gerados por Pedro Gomes. Casou com Brites da Silva, filha de Gonçalo Rodrigues de Magalhães e Isabel de Sousa, da quintã de Briteiros (Guimarães), onde viveram e tiveram descendência na casa da Torre de Pousada, em Calvelo

(Ponte de Lima), nos morgados de Souto Mandinho (Guimarães), na casa das Taipas (ou palacete dos Leite Pereira) e na casa de Ramalde (Porto), entre outras. Ainda outro rebento foi Rui Gomes de Abreu, que casou em 1542 com Inês Brandão, filha herdeira de Fernão Brandão e Catarina Fagundes, com geração na casa da Carreira, em Viana do Castelo, de que floresceu Luís António de Abreu e Lima (1785-1871), militar e ilustre diplomata, que descreveu longa carreira ao serviço do governo português, tendo sido agraciado com os títulos de visconde e de conde da Carreira^[109]. Alguns autores apontam ainda como filhos de Pedro Gomes, Duarte de Abreu, que teria combatido com seu meio-irmão Leonel na Conquista de Azamor (1512-1513)^[110], mas cuja filiação não é isenta de dúvidas; e Francisco de Abreu, que foi para a Índia, onde morreu^[111].

Leonel de Abreu, 6.º Senhor de Regalados (1518)

Leonel de Abreu, dito o Velho para o distinguir de seu neto, nasceu cerca de 1490 e levou o nome de seu bisavô D. Leonel de Lima (falecido em 1495), tutor e protetor de seu pai. Foi confirmado 6.º senhor de Regalados, com privilégio para poder assistir às eleições dos juizes e oficiais da câmara, por carta de 27 de janeiro de 1518^[112], bem como dos direitos reais de Valadares (apenas dos direitos, pois a jurisdição então já era do marquês de Vila Real), por carta do mesmo ano^[113]. Teve privilégio para ter ouvidor nas terras de Regalados por carta de 20 de julho de 1530^[114].

Durante a sua mocidade serviu nas guerras da costa de África, tendo combatido em Safim (1508-1509) e em Azamor (1512-1513)^[115]. Encontrando-se na praça de Safim, pediu ao rei para lhe adiantar algum dinheiro da sua tença, o que foi desembargado pelo barão de Alvito, em 3 de agosto de 1509^[116], recebendo do feitor de Safim o empréstimo de 14.000 réis em 17 de outubro de 1509^[117].

Foi assentado como fidalgo cavaleiro do Conselho do rei D. Manuel I com 2.500 réis de moradia por mês, segundo matrícula de 1518^[118].

Nesse ano, por escritura feita a 28 de dezembro de 1518, em Vila Real, doou a seu irmão António de Abreu, fidalgo da Casa Real, 15.000 reais brancos da sua tença anual, mais 5.000 reais, enquanto fosse vivo^[119].

Teve mercê do hábito de cavaleiro da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo (1521), tendo-lhe sido lançado o hábito no Convento de Tomar, depois de julho de 1521, onde permaneceu por certos dias contínuos assistindo aos ofícios^[120]. Nesta ordem parece ter tido a comenda de São Pedro de Merufe, por provisão de 1548^[121].

Sucedeu na alcaidaria-mor do castelo de Lapela, bem como na tença de 15.000 réis pelas suas despesas^[122], por carta de 28 de agosto de 1517^[123]. Seria, todavia, o último desta linhagem a exercer o cargo.

De facto, por contrato feito no dia 5 de outubro de 1529, por Brás Afonso, tabelião público em Lisboa, Leonel de Abreu contratou-se com D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, conde de Valença e “muito amado e prezado primo” do rei D. João III, com vista a entregar-lhe e trespassar-lhe todos os direitos que possuía na fortaleza de Lapela, da maneira como a tinha (pois não encontrara o título de doação), bem como os direitos reais da terra de Valadares, recebendo dele em troca o padrão de juro real de 141.400 réis de tença que o marquês tinha assentados na alfândega de Viana e Caminha, com condição de que, se Leonel de Abreu viesse a encontrar a doação de Lapela e nela se mostrasse que a recebera de juro e herdade, ou de qualquer outra maneira, assim deveria ficar confirmada ao marquês. Pela complexidade da transação, prece-deram alvarás de licença régia e tudo foi confirmado na chancelaria por cartas de 9 de outubro de 1529 (relativa à fortaleza de Lapela), de 16 de outubro de 1529 (relativa aos direitos de Valadares) e de 8 de novembro de 1529 (relativa ao padrão de juro)^[124].

Como explica Joaquim Romero Magalhães, os padrões de juro eram instrumentos financeiros que consistiam no pagamento de tenças assentadas nas rendas públicas, que ficavam consignadas ao seu pagamento como hipoteca especial^[125]. Neste caso concreto, o padrão de 141.400 réis ficou assentado nos primeiros rendimentos do almoxarifado de Ponte de Lima, onde seria pago: “em cada hum anno dado e paguo ao dito lionel dabreu por esta carta geral como dito he os ditos Cto Ri~ iiii reis do primeiro rendimento do dito allmo-xarifado sem fazer outra nenhua despesa nem paga a pesoa allgua por especial que os aja elle dito lionel dabreu”. Ficando o almoxarife obrigado a cumprir, sob pena de vinte cruzados para o credor, ou mesmo dos rendimentos dos seus próprios bens. Este valor inseria-se na verba de 157.354 réis que o marquês de

Vila Real tinha na folha dos rendimentos da alfândega de Viana e Caminha, em virtude de uma carta de padrão de 30 de janeiro de 1528, ficando doravante o marquês apenas com o sobejante de 15.954 réis, de que também teve carta.

Nesta transação, é importante notar que Leonel de Abreu desconhecia a que título possuía o castelo de Lapela, dizendo que seu pai e avós o tinham por seu, de juro e herdade, e que nele sucedera a seu pai *de jure* (de direito) como filho mais velho. Daí a precisão de que deveria mostrar a carta de doação do castelo caso a viesse a encontrar e, qualquer que fosse o seu conteúdo, ficaria confirmado em termos de doação ao marquês. Em todo o caso, ressalta que o objeto do contrato não foi o cargo de alcaide-mor em si, mas antes a posse, os direitos e privilégios sobre a fortaleza – o que não deixa de ser curioso, pela fluidez entre bens régios e familiares. E, por outro lado, este contrato veio a colocá-lo de posse de um precioso instrumento financeiro transmissível ao seus herdeiros, que foi, de facto, herdado pelos filhos morgados e permitia o acesso a liquidez imediata com regularidade anual.

Em 1524, participou na contenda que seu primo Diogo Lopes de Lima, alcaide-mor de Guimarães, teve com D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal, a respeito de uma conezia em Guimarães. Este bispo não aceitara a nomeação que o cabido fizera de D. Manuel de Lima, filho segundo de Diogo Lopes, para o benefício. Aliás, moveu-lhe demandas tais que, escalando, levaram a um “tamanho rompimento, que o bispo se fez forte em a villa de Barcellos com Henrique Pinheiro seu sobrinho, alcaide mór da dita villa, e outros parentes e amigos”. Mas Diogo Lopes não se deixou intimidar e recorreu de imediato a seus primos mais chegados e vizinhos de Barcelos para que juntassem gente e fossem para esta vila. Entre eles, Leonel de Abreu, o visconde D. Francisco de Lima, Pero da Cunha, senhor de Celorico de Basto, António Pereira, senhor de Cabeceiras de Basto, e outros.

Foi das maiores “assuadas” e ajuntamentos de fidalgos e gente de guerra que aconteceu em Portugal durante muitos anos. E tomou uma proporção tal, que nem o poder das justiças e corregedores era capaz de os compor. Quem salvou, de facto, a situação foi o arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, que com todo o seu poder os conseguiu concertar. O rei D. João III, “usando da sua virtude e mansidão”, lhes perdoou livremente o desacato pela afeição que tinha por D. Fernando de Lima, pai de Diogo Lopes^[126].

A hoste senhorial devia ser algo praticamente permanente. Com efeito, anos mais tarde, uma vez que Leonel de Abreu tinha gente e bestas prontas para servir o rei na guerra quando assim o mandasse, teve privilégio para “todos seus caseiros, amos e mordomos e lavradores que estiverem e lavrarem em suas terras e quintãas e casaes”, a 4 de junho de 1540^[127].

No que concerne à administração do património, saliente-se o tombo que mandou fazer dos casais que possuía em terra de Coura, na freguesia de Ferreira. Diligência difícil, que durou entre 16 de fevereiro de 1537 e 8 de maio de 1537, sendo tabelião Fernão Rodrigues, João Rodrigues da Rocada, juiz ordinário, e estando presente António Rodrigues de Caldas, morador em Monção, procurador do senhor Leonel de Abreu. Revelou-se, aliás, ser necessário tirar inquirição para saber que terras eram suas em Ferreira, pois andavam “enlheadas, e damnificadas, perdidas com as dos lavradores, e lhas misturavam com as suas delles em modo que elle nom podia cobrar todas suas rendas, e foros tam compridamente como lhe pertencia”. Dez anos depois, a 2 de fevereiro de 1547, faria tombo da outrora controversa quintã de Gondomil, encabeçada pela sua torre^[128], tendo igualmente provido à administração dos bens da capela de São Brás, nomeadamente feito novos prazos dos casais de Sobrado, em Valongo.

No tocante à administração das outras realidades patrimoniais da Casa de Regalados, nota-se que durante esta geração a Casa deteve o maior número de padroados que alguma vez viria a ter, com uma tendência para consolidar este tipo de direitos no termo de Monção. Salienta-se, a este respeito, o facto de Leonel de Abreu ter recebido doação, a 10 de outubro de 1521, do arcebispo D. Diogo de Sousa do padroado de Santa Maria de Lordelo^[129], com sua anexa perpétua de São Martinho de Parada, sendo-lhe confirmada a apresentação *in solidum* em 1532. E no tempo deste prelado, o mesmo senhor teve ainda confirmação da apresentação *in solidum* de Santa Maria de Abedim, com sua anexa de Santo André das Taias, e das igrejas de São João de Portela e de São Mamede de Troviscoso^[130]. Também em Monção, detinha a igreja de São Tiago de Pias, que, todavia, era padroado antigo dos da “linhagem de Abreu”, como se refere numa confirmação de 1457^[131]. Na abadia de Rossas deve ter apresentado seu sobrinho António de Lima de Abreu, que foi abade por volta de 1528^[132].



— Fig. 6

Assinatura autógrafa de Leonel de Abreu, datada do ano de 1523, extraída de ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 112, doc. 3. ANTT.

O caso da igreja de São Martinho de Alvaredo, em terra de Valadares (hoje Melgaço), é um pouco mais complexo, mas bem documentado. De facto, Leonel de Abreu recebeu doação do seu padroado das mãos de uma multidão de padroeiros, por “receberem delle muitas merces e boas obras em conhecimento e agradecimento dellas” e por a igreja “estar en meo de sua fazenda e lhe pertencer”. Os doadores eram seus caseiros e mordomos nas quintãs de São Vicente e de Vilar, que eram as propriedades mais antigas e “que tem a melhor parte da dita freguesia de que lhe pagão muito pão de renda, vinho e lampreias”^[133].

Mas, a 1 de maio de 1520, doou o padroado de Alvaredo ao mosteiro de Sanfins de Friestas em troca de um prazo fateusim (perpétuo) da ínsua de Verdoejo, à face da freguesia do mesmo nome, no rio Minho, e parte integrante do seu couto, feito pelo Dom Abade Fr. João d’Espindo. No contrato de emprazamento, Leonel de Abreu referiu que já tinha a ínsua emprazada em duas vidas, dela pagando 1.000 réis anuais, e do mesmo modo a tinham seu pai, avô, bisavô e antecessores. Contudo, desejava plantar vinha, pois que conforme se lavrava, o mosteiro só colhia dízimo de 6 em 6 anos, visto que não era terra lavradia, mas sim “para dar vinho e muito”, beneficiando o mosteiro por poder colher dízimos todos os anos e não só naqueles intervalos, mais o quinto do seu pescado^[134].

Malgrado as variações provocadas pelo caudal fluvial, esta ínsua ficaria doravante inclusa no morgadio da Casa de Regalados e, diga-se de passagem, viria a estar na base de uma série de controvérsias entre Portugal e Espanha a respeito da definição da fronteira na raia minhota, a que não seriam alheias a futura ida dos Abreus para Madrid e a “castelhanização” das pretensões sobre ela. Teve, aliás, reflexo direto no Tratado de Utreque (1715), que estatuiu a restituição a Portugal da ínsua de Verdoejo (ainda única) no seu artigo V, bem

como no Tratado de Limites (1864), altura em que já se encontrava dividida por ação natural na Ínsua Grande e nas de Conguedo e Ranha Galega, prevendo o seu artigo I que a primeira ficasse para Espanha e as duas outras para Portugal.

O envolvimento de Leonel de Abreu com a Igreja teria, depois, o seu auge com o patrocínio de obras no convento de Santa Maria de Mosteiró, situado num ermo da freguesia de Cerdal (Valença), vizinho do seu casal de Gondelim. Neste pequeno e antigo cenóbio se honrava desde tempos recuados a Virgem Santíssima, cuja imagem moveu a devoção e piedade de muitos fiéis do Entre-Douro-e-Minho e de toda a Galiza, que ali vinham em romagem cumprir os seus votos e novenas, sobretudo nas festas da Assunção e da Natividade. Estava entregue à Ordem dos Frades Menores como oratório desde o século XIV, tendo sido a primeira casa de franciscanos observantes, ou reformados (capuchos), em Portugal e recebido privilégios da Casa Real^[135].

A casa foi elevada na graduação para convento em 1523, sofrendo uma reforma geral do edificado ao longo desse século na qual Leonel de Abreu financiou, pelo menos, a capela-mor e o respetivo retábulo, nele se fazendo retratar com sua segunda mulher, D. Maria de Noronha – figurando um de cada lado^[136]. Sabe-se que este retábulo, maneirista e atribuível a Frei Jorge dos Reis, representava o *Milagre da Porciúncula*, central na vida de São Francisco, bem como a Anunciação, cujas tábuas subsistem parcialmente. Do retrato dos senhores de Regalados desconhece-se, contudo, o paradeiro.

As crónicas franciscanas são unânimes nas loas tecidas à caridade de Leonel de Abreu, “grande e particular devoto”, que deixou no seu testamento o legado perpétuo de um quarto de vinho branco para as missas conventuais de Mosteiró, onde foi sepultado na sua capela-mor^[137].

Pela sua dignidade senhorial, tinha assento em cortes, no braço da nobreza, junto dos Grandes do reino (duques, marqueses, condes, oficiais da Casa Real, fidalgos do Conselho, senhores de terras e alcaides-mores). E, de facto, foi convocado para jurar o príncipe D. Manuel, filho de D. João III, como herdeiro do trono nas cortes de Évora, reunidas no dia 13 de junho de 1535, Domingo de Santo António. Para tanto foi representado por seu parente, Lourenço Soares de Melo, mordomo-mor do cardeal-infante e vedor da sua casa, a quem deu procuração no dia 3 de maio de 1535, feita em Monção^[138]. O príncipe viria, todavia, a morrer na infância, em 1537.

Pode-se, enfim, considerar que, à semelhança de seu bisavô Pedro, a Casa de Regalados adquiriu consigo uma extensão máxima (porventura no momento anterior à troca da terra de Valadares) que viria a desembocar num período subsequente de crise, controvérsia e divisão – entrando como que em contraciclo, primordialmente suscitado, de novo, por desentendimentos familiares.

Morreu na sua casa de Monção, dia 8 de maio de 1548, tendo feito testamento no tabelião Rodrigo Rebelo e indo a sepultar à sua capela-mor dos capuchos de Mosteiró, deixando-lhes a esmola perpétua de um quarto de vinho branco para as missas conventuais, como dito acima. Dois dias após o seu decesso, o visconde de Vila Nova de Cerveira, seu sogro, escrevia desde Ponte de Lima uma carta para a corte narrando que Leonel de Abreu falecera sobretudo pelo “grande nojo que teve polla morte de Pero Gomez seu filho em Mazagão”. O visconde dizia ainda que tivera grande perda por causa do desamparo em que ficava sua filha e netos, porque “bom e virtuoso era” o seu genro. Por isso, recorria à mercê real para pedir a confirmação das terras de Regalados e de uma comenda, vagas por morte de Leonel de Abreu, para seu filho mais velho, Francisco de Abreu^[139].

Sua primeira mulher tinha morrido em 1532, fazendo-se inventário em 4 de outubro de 1532, em Monção, perante o juiz de fora Martim Velho^[140]. D. Maria de Noronha morreu em 1576, em Monção, sendo sepultada junto de seu marido em Mosteiró.

Casou primeira vez com Maria da Silva, filha de Pedro de Sousa Ribeiro, alcaide de Pombal, e Joana de Melo. Era sobrinha de D. Diogo de Sousa (1460-1532), o grande arcebispo de Braga e bispo do Porto, e prima do cardeal D. Miguel da Silva (1480-1556), bispo de Viseu e embaixador de D. Manuel I à Cúria Romana. De facto, o arcebispo D. Diogo de Sousa refere-se a Leonel de Abreu como “meu sobrinho e cunhado” quando escreve, a 26 de março de 1520, à Câmara de Viana pedindo que uma irmã dele fosse para Santa Ana de Viana para ali estar algum tempo antes de casar^[141].

Casou segunda vez, em fins de 1533, com sua parente D. Maria de Noronha, filha de D. Francisco de Lima, 3.º visconde de Vila Nova de Cerveira, alcaide-mor de Ponte de Lima, capitão de naus da carreira da Índia, e de sua mulher D. Isabel de Noronha, da casa dos condes de Abrantes. Por escritura feita pelo tabelião Clemente Afonso, dia 28 de dezembro de 1533, na câmara do senhor

seu pai, no castelo da vila de Ponte de Lima, foi dotada com 6.000 dobras de ouro, em que entravam 440.000 réis de legítima de sua mãe, então já defunta, tendo ficado obrigado seu irmão, D. João de Lima, e seu tio, D. Cristóvão de Almeida, e como fiadores: Francisco de Caldas, escudeiro, Paio Roiz, cavaleiro, dos Arcos, Martim Fernandes, cavaleiro, da vila, Gregório Pais e João Fernandes, cavaleiros, moradores em Santo Estêvão, em Viana, Gonçalo de Barros, cavaleiro fidalgo, e Garcia Lopes, escudeiro, ambos de Ponte de Lima, todos com consentimento de suas mulheres^[142]. D. Maria de Noronha foi madrinha de Ana, filha de D. Pedro de Soutomaior, senhor da Casa de Soutomaior, de Crecente e do castelo de Fornelos, e de sua mulher Urraca de Moscoso, moradores na vila de Monção, dia 1 de agosto de 1541, na matriz da mesma.

Entre os filhos do primeiro matrimónio contam-se Pedro Gomes de Abreu, herdeiro presuntivo da Casa, nascido em 1525 (data deduzida do inventário feito por morte de sua mãe) e morto numa batalha em Mazagão, onde foi sepultado. Margarida da Silva, nasceu em 1524, foi dotada por seu pai a 4 de abril de 1540, em Coucieiro, com 18.000 dobras para casar com Manuel de Magalhães e Meneses, 4.º senhor da vila de Ponte da Barca. Juntos instituíram um morgadio na igreja desta vila em 6 de dezembro de 1560. Dela se conta ter matado seu filho Francisco com uma tranca, no paço de Magalhães, após este ter assassinado o seu primo João, herdeiro da Casa de Regalados^[143]. Ainda vivia, embora acamada, a 10 de julho de 1597, quando Filipe I lhe perdoou uma sentença da Relação do Porto que a condenara a dois anos de degredo fora da sua vila e termo por ter mandado espancar e injuriar os criados de sua nora, Isabel de Meneses, com a qual teve variadas demandas^[144]. Dela há larga descendência nos senhores da Barca, nos senhores de Entre-Homem-e-Cávado, nos viscondes de Vila Nova de Souto d'El-rei, na casa da Freiria (Ponte de Lima), entre outras famílias. E, em terceiro lugar, Guiomar da Silva, que nasceu em 1527 e professou em Santa Ana de Viana.

Na constância do segundo matrimónio nasceram sete filhos. Desde logo, Francisco de Abreu e Lima, sucessor na Casa de Regalados, de que trataremos adiante. Catarina de Noronha, nascida em 1534, que morreu solteira em 1588 no paço de Giela. João Gomes de Abreu, nascido em 1538, que morreu na Índia, sendo sepultado em Goa.

Depois nasceu Lopo Gomes de Abreu e Lima, em Monção, onde foi batizado dia 25 de abril de 1541. Esteve com muita gente no socorro de Baiona

(1587) e de Redondela (1589) contra as frotas inglesas, tendo sido capitão-mor de uma armada da Índia e comendador de Seixas e Lanhelas na Ordem de Cristo. Foi este fidalgo que, quiçá inspirando-se na velha sentença de partilhas de 1458, promoveu um idêntico processo de divisão dos bens paternos, conseguindo arrebatrar 4/5 de todos os bens patrimoniais que os Abreus possuíam entre o rio Minho e Regalados. Levou igualmente metade dos padroados, ficando com os de Lordelo, Pias e Troviscoso^[145], bem como o compadreado alternativo da Abadia de Rossas e ainda a capela-mor de Nossa Senhora de Mosteiró. Casou cerca de 1580 com Teresa de Soutomaior e Montenegro, filha de Paio Sorred de Montenegro e Maria de Moscoso y Oca, senhores de Maurente (Pontevedra). A 27 de outubro de 1603, em Monção, na nota de Gregório de Lançós, fez morgadio de todos seus bens móveis e de raiz e padroados de igrejas a favor de sua filha única, Maria de Abreu de Noronha, para se unir à Casa de Soutomaior após o seu matrimónio com D. Fernando Eanes de Soutomaior, com obrigação de misturar os apelidos e as armas e de dar perpetuamente uma pipa de vinho branco e três fanegas de trigo ao convento de Mosteiró, com o padroado da sua capela-mor, e uma pipa de vinho branco ao convento da Ínsua de Caminha. Dele há descendência em Espanha, nos senhores da Casa de Soutomaior, viscondes e condes de Crecente, marqueses de Tenorio, de Los Arcos (de Valdevez), de Villalba de los Llanos, de Isla Roja, de Casa Irujo, duques de Soutomaior, duques de Alba, Grandes de Espanha, entre outros.

Também filho de Leonel de Abreu foi Pedro Gomes de Abreu, nascido em 1544, que vem referido como “Pero Gomez d’Abreu e Llyma dom abade do Mosteyro de Roças, morador ora nesta villa de Momçaom” num aforamento de 1585^[146], nela tendo sido apresentado por seus irmãos em 1576. Levou muitos bens desta Casa nas aludidas partilhas, que tudo deixou a seu irmão Lopo no testamento que fez dia 12 de janeiro de 1590 na quinta da Agra, morrendo pouco depois^[147], tendo tido descendência na quinta da Lavandeira (Monção). Foi sua filha ainda Isabel de Noronha, que nasceu em Monção, onde foi batizada dia 13 de outubro de 1542, sendo padrinho D. Pedro de Soutomaior, senhor da Casa de Soutomaior; professou no convento da Madre Deus de Monchique, no Porto, então recém-fundado. Foi-o finalmente Filipa de Noronha, que também professou em Monchique e, com sua irmã, deu procuração a seu irmão Lopo para uma apresentação da abadia de Pias^[148].

Francisco de Abreu e Lima, 7.º senhor de Regalados (1549)

Francisco de Abreu e Lima, que nasceu cerca de 1536, foi o 7.º senhor de Regalados, por carta de confirmação do rei D. João III de 6 de julho de 1549^[149], que igualmente lhe confirmou o padrão de juro real de Ponte de Lima por apostila de 5 de abril de 1555. Nesse mesmo ano teve, ainda, um alvará para poder cobrar 848.400 réis do juro que se lhe estava devendo do período de seis anos (1549-1554)^[150].

Da sua curta vida sobressai a contenda judicial que seu irmão mais novo, Lopo, lhe moveu, ajudado por sua mãe, com vista a proceder a extensas e abusivas partilhas dos bens deixados por seus pais e irmãos entretanto defuntos. Como enunciado na nota de rodapé n.º 4, acima, a Casa de Regalados sofreu pela segunda vez uma grande usurpação no seio familiar, porventura ainda mais radical do que a ocorrida no século XV. Desta feita, a partição dos bens ignorou a existência de um morgadio, esquartejando todo o seu património – incluindo os padroados de igrejas. Até o juro real esteve a ponto de ser partilhado, mas acabou por ser determinado judicialmente como sendo pertença do filho mais velho de Leonel de Abreu. De facto, na apostila de confirmação de sucessão no padrão de juro é dito que o mesmo pertencia a Francisco de Abreu como filho mais velho, sem sujeição a partilhas com seus irmãos, segundo lhe fora julgado por sentenças da Relação e de justificação do Juízo da Fazenda, dada pelo licenciado Bernardim Esteves de Alte. Destaca-se, também, que seu irmão ficou com a maioria dos bens sitos no Alto Minho, a quintã da Agra e o casal de Gondelim, que eram bens de nomeação, bem como a casa de dentro do corpo da vila de Monção, onde esta linhagem habitara por muitas gerações. Na prática, o filho morgado foi expulso do Alto Minho, tendo, em consequência, tomado assento permanente no paço de Coucieiro, em Regalados.

No tocante aos padroados, acha-se notícia de Francisco de Abreu ter apresentado, a 16 de junho de 1567, João de Santiago para abade de Lordelo, através de seu procurador, Paio Gomes Pereira, morador em Monção, na sequência da renúncia de seu primo, o “muito magnífico senhor João Gomes de Abreu fidalgo da Casa Real”^[151]. Não obstante, seu irmão Lopo reclamava para si metade dos padroados, tendo a discórdia abrangido todo o seu tempo de vida. E só veio a ter solução mediante um acordo assinado em 2 de maio de 1576 por sua mu-

lher, então já viúva, com o dito seu cunhado e Catarina de Noronha, em que se estabeleceu que os padroados das igrejas de Abedim, Portela e Parada ficariam *in solidum* unidos ao morgadio de Regalados, na descendência de Francisco de Abreu; que os padroados de Pias, Lordelo e Troviscoso ficariam para seu irmão Lopo; e que a abadia de Rossas seria dividida num sistema turnário e alternativo de apresentação dos abades, entre a sua descendência e a de seu irmão, pertencendo o primeiro voto à sua. Nesta escritura, a ínsua de Verdoejo também foi formalmente incorporada no morgadio, para se arredar quaisquer dúvidas. A 11 de agosto de 1576, seu genro Aires Gonçalves Coelho e sua filha Maria de Noronha deram autorização a este compromisso^[152].

Das suas funções militares temos testemunho através da seguinte carta que recebeu do rei D. Sebastião, datada de 6 de julho de 1572:

Francisco de Abreu, Eu El Rey vos envio muito saudar. Posto que ainda agora tenha o mesmo avizo, que vos escrevi da Armada de França haver de partir no fim do mes de Junho passado, ou na entrada deste de Julho hei per meu serviço, que não envieis ainda agora embarcar os homens, que por vossa conta hão de hir nesta Armada per não fazeres despeza que se possa escuzar, até teres pera isso outro recado meu, que vos mandarei tanto que chegares o que espero, porem estarão os ditos homens de todo prestes até aos 15 de Julho que vos escreverei pera em qualquer tempo e horas, em que vos for meu recado poderem partir na deligencia que cumprir, como de vos confio. Escrita em Lisboa a 6 de Julho de M. D. LXXII. Rey^[153].

Esta carta revela que o senhor de Regalados enviou homens da sua terra e decerto teria ele ido também como comandante da força na “armada de 30 velas” que D. Sebastião ordenou se organizasse para resistir à de França^[154]. Esta armada, que foi comandada por D. Duarte, duque de Guimarães, filho do Infante D. Duarte e neto do rei D. Manuel I, iria, afinal, em auxílio dos católicos de França. Teve trágico desfecho, uma vez que “estando prestes a partir do porto de Lisboa, se perdeu a maior parte, desmantelando-se toda por effeito de uma temivel tormenta”^[155].

Morreu, como se disse, antes de maio de 1576, com cerca de 40 anos e foi a sepultar aos capuchos de Mosteiró, junto de seu pai. Fez-se inventário

por sua morte a 14 de abril de 1603, em Monção, sendo juiz de Fora o licenciado Manuel Jácome Bravo e tabelião Afonso Pereira, em que se procedeu a partilhas dos seus bens e dos de sua mãe e irmã, Catarina. Sua mulher sobreviveu-lhe mais de 30 anos, em que esteve à frente da Casa de Regalados até à maioridade do filho herdeiro, partindo no dia 17 de maio de 1612, no paço de Coucieiro, e sendo sepultada na cripta privativa da Casa de Regalados, sob o chão da capela-mor da igreja de Coucieiro, cuja área ocupa toda. A pedra que selava a cripta encontra-se hoje colocada à porta principal da igreja.

Casou com Francisca da Silva, natural da casa e torre de Castro, em Carrazedo, Amares, filha de Manuel Machado de Azevedo, 3.º senhor de Entre-Ho-mem-e-Cávado, comendador de Sousel na Ordem de Avis, e de sua mulher Joana da Silva, dama da rainha D. Leonor de Áustria. Por ter realizado este casamento contra a vontade de sua mãe, D. Maria de Noronha, viu-se atormentado por ela, que “o perseguio e fez muito mal”, procurando beneficiar o seu irmão Lopo^[156].

Deste casamento nasceram Leonel de Abreu e Lima, adiante tratado, e mais sete filhos. A saber, João Gomes de Abreu, o filho primogénito, que teve carta de sucessão no padrão de juro real a 20 de outubro de 1576^[157], encontrava-se na corte de Lisboa quando o rei Filipe I entrou em Portugal para ser aclamado rei de Portugal nas cortes de Tomar, concluídas a 20 de abril de 1581. Não sucedeu na Casa de Regalados por ter sido assassinado à traição, no Rossio de Lisboa, na sequência de um fútil desentendimento com um seu primo co-irmão. Seu corpo foi sepultado na igreja de São Domingos. Chamava-se esse primo Francisco de Sousa e era filho de Manuel de Magalhães e Meneses e de sua tia Margarida da Silva^[158]. Sabendo o rei do sucedido, logo tratou de enviar carta de pêsames a sua mãe, fazendo através dela mercê da sucessão da Casa para o filho imediato, Leonel. Esta carta foi dada em Lisboa, dia 15 de dezembro de 1581, nela dizendo:

D. Francisca da Silva, Eu El Rey vos envio muito saudar. Muito me deseprouve do desastre de vosso filho João Gomes de Abreu, que Deus perdoe, e da desconsolação que teneis da sua morte; porem considerando vos a mizericordia de Deus podeis ter por certo, que pois permittio tal acontecimento seria para lhe salvar a alma, e deveis consolarvos, e conformarvos com sua Divina vontade, e assim vos encomendo muito que o façais. No cazo se fará justiça inteiramente

e eu houve por bem de fazer merce a vosso filho Leonel de Abreu e Lima das terras de Regalados em sua vida, assim como seu Pai as tinha [casando ele] com a pessoa lhe eu mandar, e de hua carta para servir comenda em Africa, e de o tomar por meu moço fidalgo, que hé a merce que tinha feito a João Gomes, e no mais que houver lugar, folgarei de ter conta com as couzas que tocarem a vossa consolação. Escrita em Lisboa a 15 de Dezembro de M. D. LXXXI. Eu Nuno Alvarez Pereira a fiz escrever. Rey^[159].

Tendo usado o nome de sua avó, outro dos frutos deste matrimónio foi Maria de Noronha, que casou com Aires Gonçalves Coelho, 7.º senhor de Felgueiras e Vieira, administrador da capela de Nossa Senhora da Anunciação no mosteiro de Vieira do Minho, que morreu em Alcácer Quibir (1578), filho de Gonçalo Coelho da Silva, 6.º senhor das mesmas terras, e Maria de Melo. Já era falecida em 12 de janeiro de 1591, quando sua filha Francisca da Silva Coelho casou em Coucieiro com Francisco Pinto da Cunha, alcaide de Celorico de Basto; foi sepultada em Coucieiro. Dela descendem os senhores de Felgueiras e Vieira, as casas de Simões (Moure), de Cepões (Lamego), entre outras.

Depois, nasceu Manuel de Lima de Abreu, moço-fidalgo da Casa Real, que foi para a Índia na nau São Pantaleão com seu irmão António. Foi apresentado abade de Rossas por seus irmãos em 1590, onde morreu dia 28 de maio de 1647. Teve descendência nas casas das Bouças (Basto), de Juste (Monção), das Hortas, de Infias (Braga), entre outras. De seguida, António de Abreu e Lima, que foi para a Índia com seu irmão Manuel e morreu solteiro, sem que se conheçam filhos. Tiveram, ainda, Leonor, freira em Santa Clara de Vila do Conde, e Guiomar, freira em Santa Ana de Viana. A última filha do 7.º senhor de Regalados foi Joana de Noronha, que morreu solteira e sem geração no dia 31 de maio de 1603 na quinta do Outeiro, no couto de Refojos de Basto, nas casas de Francisco Pinto da Cunha e Francisca da Silva Coelho, sua sobrinha^[160].

Francisco de Abreu parece ter tido fora do matrimónio, desconhecendo-se o nome da mãe, uma filha chamada Filipa de Abreu, que foi mulher de Álvaro de Abreu Soares, juiz dos órfãos de Monção, filho natural de Afonso de Abreu, deles havendo descendentes.

Leonel de Abreu e Lima, 8.º senhor de Regalados

Leonel de Abreu e Lima, nascido cerca de 1560, sucedeu e foi confirmado como senhor de Regalados por carta do rei Filipe I de 2 de maio de 1582^[161], na sequência do assassinato de seu irmão João, como dissemos acima. Ficou, ainda, confirmado o poder para assistir às eleições dos juízes e demais oficiais da vila de Regalados e de os confirmar em nome do rei. A única condição imposta seria a de se casar com a pessoa que o rei mandasse. Foi, igualmente, filhado no foro de moço-fidalgo da Casa Real.

O quadro geral da sua vida mais parece uma réplica ampliada da de seu trisavô Lopo Gomes de Abreu, pelos esforços que empreendeu com vista a recuperar as terras que seu tio conseguira arrebatado da herança do 5.º senhor de Regalados. De facto, considerando que “os fins das demandas são incertos e duvidosos” e para “conservarem o parentesco, paz e amissade que antre elles sempre ouve e por outros justos e onrados respeitos”, reuniu-se com seu tio Lopo, na casa da vila de Monção, dia 13 de julho de 1605, para chegar a uma concórdia com ele e com Gregório de Lançós de Andrade, como procurador de sua prima direita, Maria de Abreu de Noronha e marido. Ficou pactuado que estes lhe largariam todas as propriedades sitas nas terras de Regalados de que estavam de posse a fim de as (re) anexar perpetuamente ao morgadio de Regalados. A saber, as quintãs da Torre, de Vila Pouca, do Barreiro, e do Paço (de S. Vicente), bem como os casais de Fontelos, do Cabo, de Carrelo e da Junqueira, de que tudo tomou posse poucos dias andados. Reservou-se, contudo, o usufruto das quintãs do Paço e de Vila Pouca, os casais do Cabo e de Fontelos para seu tio enquanto vivesse. E acordaram, também, que, se os bens em litígio fossem julgados pertencentes da Casa de Regalados, então seriam sem dúvida vinculados ao morgadio e que seu tio lhe entregaria para sempre o casal da Coutada com a condição de Leonel de Abreu lhe dar “corenta e oito botões de ouro com tres perolas cada hum”. O que teve efeito e quitação, por paga de 32.000 réis em patacas de oito reais, dadas no dia 8 de julho de 1607. Só depois desta data é que Leonel de Abreu tomou posse do casal da Coutada, situado a norte e noroeste do paço de Coucieiro, terminando cerca de 20 anos de indefinição sobre terras indubitavelmente vinculadas^[162].

Destacam-se, também, atos de gestão e aquisição, tais como a compra das quintãs da Torre da Guardenha ou do Outeiro (Gondoriz) e do Lameiro

(São Vicente da Ponte)^[163], aos 17 de janeiro de 1591, na nota de Belchior da Fonseca, a sua sobrinha Francisca da Silva Coelho, então já casada com Francisco Pinto da Cunha, por preço de 800.000 réis que os vendedores já tinham recebido da mão do doutor António Pinto, desembargador do Paço e do Conselho de Sua Majestade, por estar obrigado a essa quantia a Leonel de Abreu. Ou o arrendamento que fez, em 1597, da ínsua de Conguedo, com os seus portos de pescaria e de erval, a Paulo Correa de Caldas e seu irmão João de Caldas, por tempo de cinco anos, a começar em 1599 e a acabar em 1605 e renda de 12.000 réis anuais^[164].

Mas também em génio devia assemelhar-se a seu trisavô Lopo. Seu neto, o 3.º conde de Regalados, e o marquês de Montebelo diziam, polidamente, que ele era “mui entendido”^[165]. E, do que se documenta, não devia andar muito longe daquela célebre quintilha de Sá de Miranda: “Homem de um só parecer / de um só rosto, e d’ũa fé, / d’antes quebrar que torcer, / elle tudo pode ser / homem de côrte não é”.

Com efeito, o exercício da sua autoridade senhorial esteve longe de se isentar de tensões com os poderes emergentes. Ficou memória das “muitas duvidas e brigas” que teve com os servidores dos cargos públicos de Regalados, especialmente com os Rebelos, que amiúde eram eleitos juízes ordinários e tinham os ofícios de tabelião do público. Por exemplo, Manuel Rebelo, de São Miguel de Prado^[166], com quem teve “demandas crimes”, bem como o tabelião Cristóvão Rebelo^[167], com quem “andou as pancadas na romagem de San Bertolameu de Sam Paio” e — mais ostensivamente — Francisco Rebelo da Silva, do Tojal^[168], juiz e recebedor das sisas, que denunciou à justiça, foi pronunciado e acabou preso na cadeia do Porto. Mas do rol das inimizades também não escapava o tabelião Miguel Barbosa, filho do tabelião Manuel da Lomba, com os quais teve “muitas duvidas”, e até o tabelião Sebastião Vilela de Murça^[169], com quem teve quezílias por o querer excluir do cargo de capitão das Ordenanças.

Além do mais, seus filhos Lopo e António, sendo moços, feriram o tabelião Miguel Barbosa e Pedro de Abreu, que era filho de Manuel Rebelo, de Prado, e genro do tabelião Salvador da Rocha. E este, por sua vez, era filho do tabelião António Preto e de Luzia da Rocha, caseira e criada de servir do paço de Coucieiro de longa data – o que ainda agravava mais os ódios^[170].

Estes desmandos face ao oficialato dos tabeliães, corregedores e de outros burocratas conheceriam o seu auge quando Leonel de Abreu foi preso e condenado à pena de 500 cruzados e dois anos de degredo em África pelo delito de ter participado, em cumplicidade, no debuxo de certas pinturas diante da casa do corregedor da comarca de Viana, imagina-se, de cariz atentatório. Decerto arrependido, o senhor de Regalados entregou-se de livre vontade “perante o corregedor do crime da Casa do Porto para se livrar da culpa que se lhe punha” na devassa que o rei mandara tirar sobre o tal caso das pinturas. Foi assim que o corregedor o prendeu em menagem na sua própria casa, em Coucieiro, a fim de se livrar da culpa.

Neste entrecho, contudo, um vizinho de perto, por nome Fradique Lopes de Sousa, “pessoa poderosa”, aproveitara a prisão do senhor de Regalados para logo tomar ensejo de desatar a tapar “os caminhos e estradas publicas nas terras de Regalados”. Assomadiço, Leonel de Abreu saiu de casa para acudir pessoalmente ao caso e se desforçar, na medida em que o caso lhe suscitava necessidade de restaurar o seu *imperium* e o sossego em suas terras. Mas, ao fazê-lo, incorreu na chamada “quebra de menagem”, ou seja, e para todos os efeitos, a fuga da prisão – de que logo sofreu as reprimendas da Justiça. Suplicou por perdão ao rei Filipe I, pedindo que lhe desculpasse a quebra de menagem por ter sido necessário repor a ordem em suas terras, sem embargo de pretender continuar preso a livrar-se da culpa do caso das pinturas. E assim lho foi concedido no dia 7 de agosto de 1595, pagando 1.000 réis para a casa do despacho do Desembargo do Paço^[171].

Neste mesmo caso, a Justiça condenara-o a dois anos de degredo em África por ter derrubado as paredes de Fradique Lopes de Sousa, o que considerou injusto, pois fizera o derrube para reparar a afronta que aquele lhe infligira no estado dos caminhos de suas terras e não para o atentar. Embora tivesse defendido o seu direito, apenas conseguiu reduzir a pena em três meses contra pagamento da fiança de 40 cruzados e outros dois meses por dispensa régia. Curiosamente, anos mais tarde, Leonel de Abreu viria a ser padrinho de Manuel, filho de Fradique Lopes, batizado no dia 10 de dezembro de 1604, daqui inferindo-se que com ele deve ter chegado a reconciliar-se.

Tal como seu pai e avós, desempenhou as funções militares incumbentes aos senhores de “pendão e caldeira”. De facto, andava finalmente Leonel de

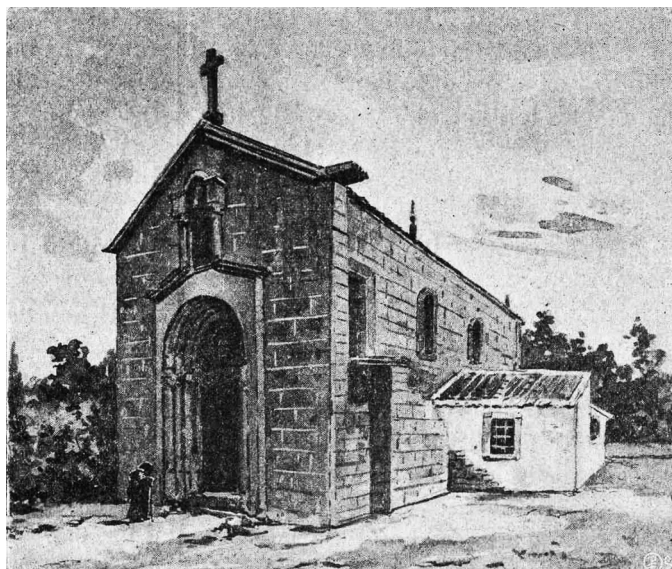
Abreu a preparar-se para ir cumprir o degredo africano quando, em 1597, lhe vieram às mãos cartas do visconde de Vila Nova de Cerveira pelas quais o rei lhe ordenava que “fizesse gente nas suas terras e no concelho de Villa Garcia” e que quando tivesse as tropas prontas as conduzisse para Viseu e depois rumo a Lisboa.

Nestas diligências se ocupou, assim como num outro assunto secreto que o governador da Casa do Porto lhe encarregara em nome do rei. Tais diligências resultaram, todavia, na impossibilidade de cumprir o degredo, levando a que tivesse de recorrer novamente à misericórdia régia. Neste sentido, teve perdão do incumprimento do degredo no tempo ordenado, com reforma de mais três meses, e a ressalva de que o fosse cumprir no prazo de dois meses contados a partir de 18 de julho de 1597, data da carta de perdão^[172], não sendo, todavia, certo se efetivamente o cumpriu.

Mas a rebeldia não ficou por aqui. Certo dia, alguns meses volvidos, Leonel de Abreu entrou nas terras de Martim Teixeira de Azevedo, senhor de Teixeira, “com muita gente armada com animo de o afrontar” e sequestrou-lhe um negro à revelia, a modo de ajuste de contas e fidalga vindicta. Mas como eram “muito parentes” e “amigos”, e a querela entre os dois correra no juízo do corregedor do crime, Filipe I perdoou-lhe o procedimento no dia 6 de maio de 1598^[173].

Depois, no ano seguinte envolveu-se noutra peripécia familiar. Em julho de 1599, morrera de uma apoplexia repentina, sem fazer testamento, seu tio materno Francisco Machado da Silva, senhor de Entre-Homem-e-Cávado, dando início a uma grande contenda pela sucessão da sua Casa. Por um lado, Francisco Machado deixara do primeiro casamento uma filha chamada Margarida Machado, que tencionava deserdar por se encontrar casada por amores contra a sua vontade com Manuel de Araújo e Sousa, senhor da Torre de Tora. Por outro lado, deixava viúva sua segunda mulher, Mécia de Melo, filha dos senhores de Felgueiras, que vivia na torre de Castro, e defendia os seus direitos.

Leonel de Abreu, e sua família, tomaram partido por Mécia de Melo, com quem seu irmão mais novo, Manuel de Lima, viveu em Castro e fazia “sus partes” para com ela se casar e arrecadar a Casa de Entre-Homem-e-Cávado. Depois, Leonel de Abreu tomou posse do morgadio dos Machados, com base numa procuração dada por sua mãe, Francisca da Silva, que, todavia, viria a



— *Fig. 7*

Igreja de São João Batista de Coucieiro numa aguarela produzida por Roque Gameiro para a *História de Portugal popular e ilustrada* de Manuel Pinheiro Chagas (1895-1905). Reprodução do autor.

ser anulada. As hostilidades subiram de tom, levando, mesmo, a que houvesse enfrentamento entre as tropas dos Abreus, que defendiam a torre, e a gente formada por Manuel de Araújo e Sousa, que cercava a casa. A assuada só seria dispersa, dias volvidos, por ordem do corregedor de Viana, que também restituiria a posse da casa de Castro a Margarida Machado e seu marido^[174].

Porventura o assunto mais importante da sua vida ter-se-á passado nesse mesmo ano de 1599. Por escritura outorgada no dia 8 de maio de 1599 na câmara do estrado do paço de Coucieiro, Leonel de Abreu e sua mulher vincularam perpetuamente ao morgadio de Regalados três itens dos seus terços de alma (o casal do Caseiro e os campos do pomar de fora, que era chão de olival, e do nabal – tudo sito nas imediações do paço e da igreja de Coucieiro), ficando os sucessores doravante obrigados por conta daquelas terras a dar o azeite necessário para alumiar, dia e noite, *ad perpetuam*, a lâmpada do Santíssimo Sacramento, a mandar rezar uma missa a cada mês por suas almas e a dar duas

galinhas ao visitador do arcebispado pelo encargo de supervisionar o seu cumprimento. Obrigação que, se não fosse cumprida, implicaria a transmissão dos bens adicionalmente vinculados ao parente mais próximo^[175].

Contudo, uma vez que a igreja de Coucieiro não dispunha, à época, de tabernáculo permanente para custodiar o Santíssimo Sacramento, Leonel de Abreu e Inês de Lima pediram e obtiveram provisão do então arcebispo de Braga, D. Frei Agostinho de Jesus, datada do dia 13 de novembro de 1599, autorizando a colocação do Santíssimo Sacramento no altar-mor de Coucieiro, nascendo, depois, a respetiva confraria. O morgadio da Casa de Regalados ficou, deste modo, encapelado e consagrado ao altar do Santíssimo Sacramento da igreja de Coucieiro^[176].

Quando, em 1619, o rei Filipe II veio a Portugal, Leonel de Abreu foi chamado às cortes então reunidas em Lisboa para assistir ao juramento real e participar no juramento de obediência e fidelidade que os três estados fizeram ao príncipe Filipe, futuro monarca. Todavia, quicá pelo avançado da idade, ou por outra grave razão, fez-se representar nesse ato tão solene por Francisco de Lucena, fidalgo do Conselho e Secretário de Estado, a quem tinha passado procuração, e que em seu nome fez o juramento, preito e homenagem e beijou a mão ao rei e ao Príncipe, no dia 14 de julho de 1619, na sala grande do Paço da Ribeira^[177].

O 8.º senhor de Regalados morreu no paço de Coucieiro, dia 6 de fevereiro de 1625. Sua mulher havia partido no dia 16 de julho de 1611. Foram ambos sepultados na cripta privativa da Casa de Regalados, sob o chão da capela-mor da igreja de Coucieiro, cuja área ocupa toda. A pedra que selava a cripta, sem qualquer inscrição, ainda hoje é conhecida como “pedra de D. Sapo” e encontra-se, atualmente, colocada à porta principal da igreja.

Casou cerca de 1587 com sua parente Inês de Lima, filha de Francisco Pereira, 1.º administrador do 1.º morgadio de Bertandos, em Ponte de Lima, comendador na Ordem de Cristo, e de sua mulher Ana de Lima, que a dotou com 5.000 cruzados para aquisição de terras a anexar ao morgadio.

Deste casamento nasceram^[178], no paço de Coucieiro, Pedro Gomes de Abreu, a cujo percurso aludiremos adiante. Ana, batizada dia 13 de junho de 1589, freira no mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, onde sua tia Catarina de Lima fora ou era abadessa. Luísa, batizada dia 8 de julho de 1590,

também freira em Vila do Conde. O segundo varão foi Leonel de Abreu e Lima, batizado dia 15 de novembro de 1591, que casou primeiro com Inês Pita, filha de Brás Rodrigues Pita e Isabel Dantas, instituidores do morgadio de Sobreira, com geração nas casas da Sobreira (Troviscoso), do Campo de São Sebastião (Braga), entre outras; casou segunda vez com Inês Pereira, filha de Geraldo de Brito de Vasconcelos e Francisca Pereira do Lago, da Rua Nova do Souto, em Braga, de que não parece ter havido frutos^[179]; casou terceira vez, também à sua vontade, com sua parente Maria de Abreu, filha natural de Pedro Gomes de Abreu, neto de Jorge de Abreu, de Briteiros, e de Isabel André, a Veluda, da freguesia de Sande, em Guimarães^[180], de que apenas nasceram duas filhas que foram freiras nos Remédios, em Braga^[181]. Este Leonel morreu no dia 21 de setembro de 1640 na casa da Sobreira, em Troviscoso.

De seguida nasceu Catarina de Lima, batizada dia 20 de dezembro de 1597, que casou entre março e abril de 1625 com Baltazar Pereira Pinto, senhor do 2.º morgadio de Bertiaundos, filho de Francisco Pereira Pinto, cavaleiro da Ordem de Cristo, cativo em Alcácer Quibir, e de sua mulher Maria Fagundes, não havendo descendência^[182]. Depois, veio ao mundo Maria de Noronha, batizada dia 3 de julho de 1599, que não tomou estado por ser “diminuta no juízo”. Viveu no paço de Coucieiro mesmo depois da ausência de seu irmão mais velho para Castela. D. João IV lhe fez assegurar uma pensão de 72.000 réis anuais impostos nos rendimentos da Casa de Regalados, então confiscada^[183]. Morreu solteira, no paço, dia 15 de julho de 1656.

O terceiro varão, batizado no dia 10 de novembro de 1601, chamou-se Lopo Gomes de Abreu, que também usaria “Lopo Pereira de Lima” durante a juventude, possivelmente por influência de seu primo Fr. Lopo Pereira de Lima, de Bertiaundos — cavaleiro maltês que chegou a ser grão-prior do Crato, balio de Leça e lugar-tenente do grão-mestre da Ordem de Malta em Portugal. Juntamente com seu irmão António, Lopo Gomes teve licença para entrar na Ordem de Malta e lá servir, o que não parece ter acontecido. Foi abade de Rossas a partir de 1647, no que sucedeu a seu tio Manuel, e parece que teve um benefício de tesoureiro do Algarve arranjado em Roma^[184]. Morreu em Lisboa no dia 5 de fevereiro de 1655, estando a tratar de reaver os bens patrimoniais da Casa de Regalados então confiscados na sequência da ausência de seu irmão morgado para Castela. Deixou descendência nas quintas da Touroa (Abedim),

do Cabo-Mor (Gaia), nos morgados de Freamunde (Paços de Ferreira), entre outras famílias.

A seguir nasceu Isabel da Silva, batizada dia 12 de março de 1603, que casou com Belchior Pinto Pereira, morgado do Bonjardim, na freguesia de Santo Ildefonso (Porto), filho de Diogo Pinto Pereira e Isabel Pimentel. Esta senhora morreu no Bonjardim com 84 anos de idade, no dia 28 de abril de 1687, e foi sepultada na capela de São Pedro, na Sé do Porto, privativa da dita casa. Além do Bonjardim, teve descendência nos senhores da honra de Teixeira (Sergude), nos senhores de Fermedo (Arouca), quinta das Conchas (Lumiar), morgados de Curca (Goa), entre outras famílias.

O último filho varão do 8.º senhor de Regalados foi António de Abreu e Lima, nascido entre 1603-1604, moço-fidalgo da Casa Real, que “foi hum dos mais vantejados e apessoados homens que houve em seu tempo, acompanhando tal presença de bom entendimento, e grande engenho”. A morte de seu pai quando tinha apenas 20 anos faria, contudo, com que deixasse os estudos no princípio do Latim^[185]. Por escritura de 22 de novembro de 1627 (tinha 24 anos), seu irmão Pedro lhe prometeu a si e a seu irmão Lopo 140.000 réis anuais para entrarem na Ordem de Malta e lá servirem 14 anos, com condição de lhe darem as suas legítimas para se anexar ao morgadio, o que não parece ter-se verificado. Foi abade de Moreira do Lima, termo de Ponte de Lima, por apresentação de seu cunhado Baltazar Pereira, onde morreu em 1654, encontrando-se a apoiar o seu irmão Lopo no desígnio de reaver a Casa de Regalados, tendo ido a sepultar à cripta de Coucieiro. Deste varão descendem as casas do Tanque (Braga), de Dentro (Ruivães), da Cuqueira (Mosteiro), da Abobreira (Arca), da Anta (Correlhã), da Granja (Arcozelo), da Fonte da Bouça, o Paço de Vitorino (Ponte de Lima), a quinta da Fonte de Cedofeita (Porto), entre outras.

Pedro Gomes de Abreu, 9.º Senhor de Regalados (1626)

Pedro Gomes de Abreu, terceiro do nome, também referido com o nome completo de Pedro Gomes de Abreu e Lima, nasceu no Paço de Coucieiro, sendo batizado na igreja de Coucieiro a 3 de julho de 1588. Assistiram como padrinhos o licenciado Pedro Vieira, da cidade de Braga, e Ana de Castro, mulher

de Fradique Lopes de Sousa, moradores na Casa de Linhares, em Coucieiro.

Foi criado em Monção, em casa de seu tio-avô Lopo Gomes de Abreu e Lima, que o pretendia casar com sua filha, Maria de Abreu de Noronha, para restituir o seu a seu dono. Mas como esta se casou, em 1603, com D. Fernando Yañez de Soutomaior, Pedro Gomes acabou por regressar à casa paterna.

Com o decesso de seu pai, teve confirmação do senhorio de Regalados por carta de 26 de junho de 1626, do rei Filipe III de Portugal, com a condição de servir em três armadas efetivas antes de se lhe dar posse das terras^[186]. Contudo, foi dela dispensado pelo mesmo rei, a 24 de novembro de 1626, desde que um ou dois seus filhos servissem em quatro armadas efetivas. Mas, por serem ainda de pouca idade, teve, a 14 de setembro de 1634, alvará de administrador das terras de Regalados enquanto seus filhos não fizessem 18 anos, ficando a partir daí obrigados a dar cumprimento àquela obrigação. Nos considerandos deste alvará se exarou que Pedro Gomes de Abreu tinha servido continuamente o rei “acodindo com a gente das terras de Regallados aos rebates que se offercerão nos portos do Mar, e de Entre-Douro-e-Minho, e mais partes a que se lhe ordenou”^[187].

Teve igualmente confirmação da sucessão no juro real de 141.400 réis de tença anual, no almoxarifado de Ponte de Lima, por apostila de 21 de fevereiro de 1625^[188], o qual costumava arrecadar por procuração passada a quatro ou cinco seus criados. E sucedeu como 9.º morgado de Coucieiro e 9.º administrador da capela de São Brás, da qual tomou posse a 8 de setembro de 1626, por seu procurador, o padre João de Puga^[189].

Parece ter sido muito consciencioso das opções de seus avoengos, desde logo de Vasco Gomes de Abreu. Como se referiu anteriormente, tal cavaleiro colocara-se do lado do partido castelhano no quadro da Crise de 1383. Ora, Pedro Gomes de Abreu posicionou-se do mesmo lado no âmbito de uma outra crise nacional: o levantamento de 1 de dezembro de 1640 e a Guerra da Restauração. Segundo alguns autores e memórias, terá sido, mesmo, o primeiro fidalgo português que se passou para a corte de Madrid, num claro gesto de apoio à situação política de união real e dinástica da coroa portuguesa ao império dos Áustrias.

Neste contexto, deu conta da rebelião sucedida ao rei Filipe “pela posta em carta”, jurando-lhe solenemente a sua fidelidade e disposição para o ser-

vir. O monarca fez-lhe enviar resposta, do dia 10 de janeiro de 1641, na qual escrevia que “ficava com muita satisfação de sua fidelidade e animo que tinha de se empregar em seu serviço e isto mesmo o obrigava a dizer-lhe se deixasse estar onde estava, sem vir a Castella, passando em prudente dissimulação e fingimento com o tirano e seus parciaes, conservando em seu peito inteira sua lealdade” e que “podia estar certo que a sua pessoa, Caza e filhos havia de fazer muitas honras e merces, porque nessa occazião as havia de merecer em seu serviço, com toda a fineza”^[190].

Deixou-se estar em Regalados. Contudo, sendo o clima geral de grande exaltação, foi, então, que, no dia 27 de janeiro de 1641, abandonou os seus bens e iniciou viagem para Madrid, com sua mulher e filhos. Ao que parece, saiu pela Galiza^[191], relatando-se que comandava tropas em retirada em direção à Galiza quando se tocou a rebate em Guimarães para acudir à Ponte do Porto (Amares), onde “se dizia estavam cinco mil Castelhanos”. Desfeito o alarme por se perceber que afinal era o senhor de Regalados e a sua hoste, este foi, todavia, resistido por um capitão, que, fingindo ir visitar umas fazendas, sustentava a estrada por onde Pedro Gomes de Abreu passava com a sua mesnada^[192].

Nesse mesmo dia de janeiro, estacionado em Braga, o governador das Armas do Minho, Gastão Coutinho, dava ordem à Justiça de Regalados para imediatamente sequestrar e inventariar os bens de Pedro Gomes de Abreu^[193]. O portador desta sua carta de ordem levaria pólvora e munições a dois capitães locais – Bartolomeu Fernandes da Lomba e Fernão de Araújo^[194]. Tais mantimentos teriam sido utilizados para bombardear o paço de Coucieiro, infringindo-lhe a primeira leva de destruição, depois continuada pelo tempo. De facto, já em Madrid, o senhor de Regalados teve mercê de 2.000 ducados de ajuda de custo a 25 de abril de 1641 — “porque lhe queimaram e derribaram sus casas”^[195].

Chegando, pois, às portas de Madrid, com seus filhos, armados “de capas e espadas”, o rei Filipe IV mandou Francisco de Castro, conde de Lemos, ir recebê-lo a Caramanchel. E ao chegarem a Nossa Senhora de Atocha, onde o esperavam os restantes senhores da corte “con gran multitud de cortesanos, que acudieron à ser testigos de accion tan gloriosa”, o conde de Lemos e o valido, Luis Méndez de Haro y Guzman^[196], entre outros Grandes, acompanha-

ram Pedro Gomes de Abreu e cada um dos seus filhos até à presença do rei e do Príncipe, para lhes beijar as mãos em público^[197].

Nesse ato, Pedro Gomes de Abreu recebeu de Filipe IV, *motu proprio*, sem remissão a qualquer conselho, o título de conde de Regalados, bem como as mercês de hábitos em ordens militares, comendas, benefícios e lugares de Letras para os seus filhos^[198]. Teve ainda o hábito de cavaleiro da Ordem de Alcântara^[199].

A entrada do dia 21 de maio de 1641 dos avisos de José Pellicer y Tovar dá conta da sua chegada a Madrid, acrescentando que viera “con todos sus hijos, agasajandole S. M. como á los demás”^[200]. De facto, outros portugueses também se trasladaram para Madrid neste contexto político, ou já ali se achavam, entre eles se contando: Félix Machado da Silva, marquês de Montebelo (aliás seu parente), D. Duarte Luís de Meneses, 3.º conde de Tarouca (feito marquês de Penalva), João Soares de Alarcão, alcaide-mor de Torres Vedras (feito conde de Torres Vedras), Lopo da Cunha, 5.º senhor de Assentar (feito conde de Assentar), Luís da Silva, 10.º senhor de Vagos (feito conde de Vagos) e Pedro de Mascarenhas, filho do marquês de Montalvão (feito conde de Castelo Novo).

Pouco tempo gozou das mercês, pois viria a morrer em Madrid, das dez para as onze horas do dia 1 de novembro de 1642 — justamente no dia de Todos os Santos, que os fundadores do morgadio tinham escolhido para os amentar *ad perpetuam*. Os seus restos mortais foram depositados na igreja de Santo António dos Portugueses (hoje *de los Alemanes*) na expectativa de que um dia, acalmada a situação, pudessem ser trasladados para um dos enterros da sua Casa. “Debaixo de sua bênção e maldição” rogou a seus filhos que jamais regressassem a Portugal nem servissem a outro que não o rei Católico^[201]. Sua mulher partiu no dia 14 de dezembro 1652, na paróquia madrilena de San Martín. Tinha testado perante o escrivão Gregório de Hermosilla e deixado por testamenteiro o senhor conde de Regalados, seu filho, Francisco Gomes de Abreu. Foi igualmente depositada em Santo António dos Portugueses.

Tudo parece indicar que, desta feita, a escolha política de Pedro Gomes, ainda que mimética face ao precedente familiar medieval, adquiriu traços de indelebilidade.

O 9.º senhor de Regalados casara em 1607, em Pesqueiras, pertencente ao concelho raiano de Salvaterra do Minho, na Galiza, com Ana de Brito e Castro, filha única e herdeira de Gaspar de Araújo e Castro e de sua mulher Maria de Puga e Quiñones, senhores da quinta de Pesqueiras, da quinta de Santo Amaro de Beja (Longos Vales), etc., dotada com 25.000 cruzados em dinheiro castelhano, censos, propriedades e vários foros^[202].

Deste casamento nasceram os filhos elencados de seguida^[203]. O primogénito chamou-se D. Leonel de Abreu e Lima^[204], 2.º conde de Regalados, nascido em Pesqueiras, na Galiza. Encontrava-se na corte de Madrid quando sucedeu o levantamento de Portugal, tal como refere a *Historia imperial y cesarea...*^[205], tendo sido chamado por cartas de 29 de agosto e 15 de setembro de 1640 para ir com Filipe IV às jornadas das cortes de Aragão. Posteriormente, acompanhou seus pais e irmãos quando se apresentaram aos pés do mesmo rei Católico, em 1641. Teve mercê do hábito de cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis, com promessa de comenda, onde professou depois de provanças em 17 de março de 1642^[206]. No contexto do confisco da sua Casa, embargou a mercê feita da vila da Pica de Regalados a Gastão Coutinho, em 5 de novembro de 1644, sendo representado nos embargos por seus tios Lopo, António e Isabel^[207]. O genealogista Álvaro Ferreira de Vera dedicou-lhe um tratado de nobreza intitulado *Elogios de la Casa de los condes de Regalados, de el apellido de Abreu. Ascendencias y lineas reales que entraron en ella por diversas ramas, y casamentos*, escrito em Madrid no ano de 1647^[208]. Morreu, solteiro e sem descendência, dia 20 de outubro de 1650, na sua casa da *calle de la Fuente del Cura* (hoje *calle del Pez*, na esquina com a *calle de las Pozas*), paróquia de San Martín, Madrid. Recebeu os santos sacramentos e fez extensa disposição testamentária oral, depois reduzida a escrito pelo escrivão Luis Nuñez, na qual vinculou a sua terça ao morgadio para que se retomasse a missa diária na capela de São Brás e a mesma fosse reedificada. Foi sepultado em depósito no já desaparecido Real Convento de los Angeles de Madrid, igualmente na expectativa de que um dia fosse trasladado para Coucieiro, para a capela de São Brás ou para os capuchos de Mosteiró.

Em segundo lugar, D. Francisco de Abreu e Lima, 3.º conde de Regalados, também nomeado Francisco Gomes de Abreu, nasceu em Longos Vales, onde foi batizado a 12 de março de 1613. Preparava-se, junto com seu irmão

Gaspar, para professar na Ordem de Malta, quando vincularam ao morgadio de Regalados e capela de São Brás a terça que sua avó Maria de Puga lhes deixara em testamento, por escritura feita na câmara do estrado dos paços de Coucieiro, a 24 de abril de 1634, pelo tabelião Sebastião Vilela de Murça^[209]. Não parece terem concretizado o seu intento, pois estudou com o mesmo seu irmão em Coimbra, que interrompeu para ir para Madrid. Foi cavaleiro da Ordem de Avis, aprovado depois de provanças em 21 de maio de 1642^[210] e capelão dos Reyes Nuevos da Catedral de Toledo^[211]. Cultivou a genealogia, deixando escrito um trabalho citado como o “Nobiliario de los condes de Regallados” na *Descripcion genealogica y historial de la ilustre casa de Sousa*^[212]. Casou com Maria Gomez de Sandoval y Córdoba, viúva do 5.º conde de Orgaz, filha de Diego Gomez de Sandoval y Rojas, conde de Saldaña, comendador-mor da Ordem de Calatrava, gentil-homem da câmara de Filipe IV (filho do célebre duque de Lerma), e de sua segunda mulher, Mariana Fernández de Córdoba y Castilla^[213], dama de Isabel de Bourbon; desta união nasceu apenas uma filha, Mariana, que esteve ajustada para casar com seu tio Gaspar, mas morreu menina e sem descendência.

Em terceiro lugar, D. Gaspar Gomes de Abreu, 4.º conde de Regalados, também nomeado Gaspar de Abreu de Noronha ou Gaspar de Araújo de Abreu, foi bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra (com formatura a 24 de maio de 1640), desembargador da Casa da Suplicação, fiscal do Conselho da Fazenda, juiz dos cavaleiros das três Ordens Militares do reino de Portugal, cavaleiro da Ordem de Avis (aprovado a 21 de maio de 1642) e nela comendador de Monção, Pias, Troviscoso e Merufe^[214], conselheiro letrado do Conselho de Portugal^[215], tudo em Madrid. Participou, a 21 de dezembro de 1658, no espinhoso processo de indagação conducente à atribuição do título de cavaleiro da Ordem de Santiago ao famoso pintor Diego Velázquez (1599-1660), em que depuseram cerca de 148 testemunhas e no qual disse conhecer muito bem o habilitante^[216]. Morreu solteiro e sem descendência^[217].

De seguida nasceu um par de gémeos, de nomes Pedro Gomes de Abreu e António de Abreu e Lima. Destes, o primeiro foi cavaleiro da Ordem de Santiago, onde professou depois de provanças em 4 de fevereiro de 1642^[218]; serviu como capitão de cavalos couraças nas guerras da Catalunha e da Flan-

dres onde morreu de ferimentos, sendo sepultado por seu irmão João na igreja de São Tiago de Antuérpia, na Bélgica. O segundo, sobre quem consta ter sido “mui bom estudante e versado em todas as arte liberaes”^[219], foi cavaleiro professo na Ordem de Calatrava^[220]. Também acompanhou Filipe IV na jornada de Aragão e, em 1642, passou com seus irmãos Pedro, João e Manuel a servir na Guerra da Catalunha. Esteve na Batalha de Lérida, contra o exército francês, no dia 7 de outubro de 1642, sendo general o marquês de Leganés^[221], tendo ali sofrido ferimentos de que veio a morrer, solteiro e sem descendência^[222], na *calle de San Pablo*, em Saragoça, a 8 de dezembro de 1642. Foi sepultado, de licença do vigário-geral, na igreja de São Paulo de Saragoça^[223].

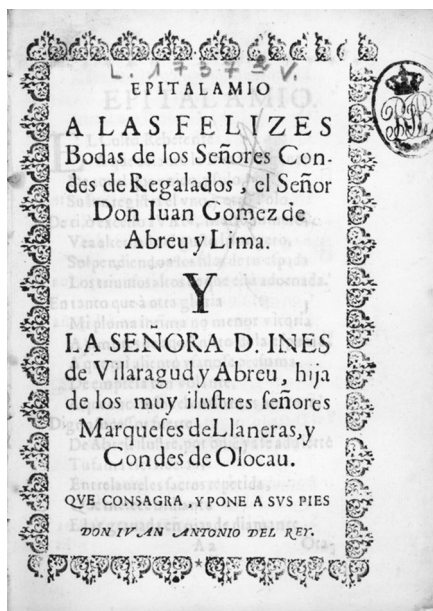
Seguiu-se na ordem do nascimento João Gomes de Abreu e Lima, 5.º conde de Regalados, também chamado João Gomes de Abreu e Noronha. Veio ao mundo em em Longos Vales, onde foi batizado no dia 19 de fevereiro de 1621. Teve o hábito da Ordem de Santiago (aprovado a 4 de fevereiro de 1642^[224]) e serviu como capitão de cavalos couraças nas guerras da Catalunha e da Flandres, onde sofreu ferimentos que o tolheram para o resto da vida. Mesmo no exílio, estava (ao menos virtualmente) à frente da Casa de Regalados em 1672, quando deu consentimento na qualidade de verdadeiro padroeiro da abadia de Rossas para que seu primo Matias da Silva de Abreu pudesse renunciar o abadiado em seu sobrinho Pedro, o que de feito aconteceu e colocou este importante benefício na esfera da casa do Tanque durante várias gerações. Casou com sua sobrinha, Inês Maria de Vilaragut y Abreu, enlace de que não ficou qualquer geração. Por ocasião deste matrimônio foi escrito um poema panegírico, intitulado *Epitalamio a las felizes bodas de los señores condes de Regalados, el señor Don Juan Gomez de Abreu y Lima y la señora D. Ines de Vilaragut y Abreu*, hija de los muy ilustres señores marqueses de Llaneras, y condes de Olocau, que consagra, y pone a sus pies, *Juan Antonio del Rey*, saído sem indicação do nome do editor, local de publicação ou data, de que reproduzimos o frontispício.

A seguir, nasceu Manuel de Abreu e Lima, também em Longos Vales, onde foi batizado dia 11 de novembro de 1626. Foi cavaleiro da Ordem de Calatrava, aprovado a 21 de outubro de 1643^[225]. Deste consta que se achou “em todos os sucessos, sitios, batalhas e encontros de seu tempo, e de todos sahiu

com muyta honra; foy muyto amado e quisto de todos, por ser muy entendido, galam, e de suave e aprazível conversação”. Morreu “na dianteyra na Batalha de Lens, que perdeo o Archiduque Leopoldo a 20 de Agosto do anno de 1648, solteyro e sem geração”^[226].

O mais novo dos varões chamou-se Lopo Gomes de Abreu; foi menino do príncipe das Astúrias, o infante Baltazar Carlos de Áustria^[227], e entrou como cavaleiro na Ordem de Calatrava, de que lhe foi passado título a 3 de novembro de 1648^[228]. Exercitou a carreira das armas ao serviço dos Áustria, morrendo a pelejar contra os portugueses com o posto de mestre de campo na Batalha do Canal, que teve lugar no dia 8 de junho de 1663, na freguesia do Ameixial, em Estremoz. Depois de Lopo nasceram Maria, Ana e Inês, que morreram ambas meninas. Remata-se esta prole com a senhora Inês Maria Gomes de Abreu e Lima, 6.^a condessa de Regalados, que nasceu em Longos Vales, onde foi batizada a 11 de novembro de 1626, no mesmo dia de seu irmão Manuel. Com 15 anos viajou com sua família para Madrid e, ao morrer seu pai, deu entrada no Palácio Real no dia seguinte, 2 de Dezembro de 1642, como dama da imperatriz Maria de Áustria, irmã de Filipe IV e mulher do imperador Fernando III, passando a viver na corte imperial de Viena^[229]. Pelos seus serviços, o imperador concedeu-lhe uma renda vitalícia de 2.500 reais anuais. Tendo morrido a Imperatriz em 1646, passou a ser dama de sua filha, a arquiduquesa Mariana de Áustria até que, quando esta ficou noiva de Filipe IV em 1647, veio integrada no seu séquito na faustosa viagem empreendida desde Viena até Madrid. Da sua participação nesta jornada faz menção a crónica redigida por D. Jerónimo de Mascarenhas, intitulada *Viage de la serenissima reyna Doña Maria Ana de Austria, segunda muger de Don Philipe quarto deste nombre, rey catholico de Hespaña, hasta la real corte de Madrid, desde la imperial de Viena*, saída dos prelos madrilenhos de Diego Diaz de la Carrera em 1650.

Casou na capela do Palácio do Buen Retiro, no dia 28 de fevereiro 1650^[230], com Jorge Luís de Vilaragut Sanz y Castellví, 2.º conde de Olocau e seu morgado, no reino de Valencia, cavaleiro da Ordem da Montesa, filho de Afonso Sanz de Vilaragut, 1.º conde de Olocau, e de sua mulher Jerónima de Castellví, filha dos condes de Carlete. Este matrimónio foi apadrinhado pelo valido, Luis Méndez de Haro, e pelos reis Filipe IV e Mariana de Áustria, que a dotaram com o título de marquês de Llanera para seu marido e sucessores,



— Fig. 8

Folha de rosto da edição impressa do poema *Epitalamio a las felizes bodas...* de Juan Antonio del Rey, composto por altura do casamento do 5.º conde de Regalados. BNP.

com permissão para passar o título de conde de Olocau ao filho primogénito, a comenda de Burriana na Ordem da Montesa, a faculdade para dispor da vila de Villafamés por mais uma vida, bem como várias somas de dinheiro, joias e pratas. Deste matrimónio nasceram filhos e filhas, netos e netas, que todos viu morrer e enterrar^[231].

No início de 1681, substituiu Leonor Fajardo de Roda no alto cargo de guarda-mor das damas do Palácio Real^[232], tendo sido nomeada por decreto de 22 de janeiro de 1681 rubricado pela rainha-mãe, Mariana de Áustria, que também lhe conferiu o grau de sua dama de honra^[233]. Serviu no cargo durante 15 anos, até à morte de Mariana de Áustria, ocorrida no dia 16 de maio de 1696, tendo sido, por conseguinte, a última guarda-mor desta rainha — que, lembremos, começara a servir 50 anos antes, em Viena.

Terminou os seus dias viúva, na mais completa solidão e exílio, depois das glórias da corte dos Áustrias, já substituídos pelos Bourbon, na agrura de se achar sem quaisquer descendentes ou ascendentes sobreviventes, e decerto desconhecendo os parentes portugueses. Reputa-se como a última possuidora da Casa de Regalados da mesma linhagem, visto ter praticado atos de administração de bens per-



— *Fig. 9*

Aspeto atual das ruínas do paço de Coucieiro, localmente conhecido como *paço de D. Sapo*. Apesar do avançado estado de destruição, conserva, ainda, uma dimensão ilustrativa. Fotografia do autor.

tencentos ao morgadio de Coucieiro, tais como a gestão das ínsuas de Verdoejo e Conguedo, no Rio Minho, muito embora se encontrasse em Madrid^[234].

Partiu aos 91 anos de idade, com todos os sacramentos, na *calle de la Greda* (hoje *de los Madrazo*), paróquia de São Sebastião, em Madrid, a 1 de Dezembro de 1719. Foi enterrada secretamente em hábito carmelita na igreja do convento do Espírito Santo, tendo deixado mil missas por sua alma, 20 reais de velo para os lugares santos de Jerusalém e outras esmolos no seu testamento^[235]. E assim deu glória a Deus, encerrando solitariamente um ciclo da Casa de Regalados.

Fora do matrimónio, ou antes do mesmo, Pedro Gomes de Abreu, 9.º senhor de Regalados, teve com Isabel Pereira, recolhida no mosteiro do Salvador, em Braga, “que era sua prima” — natural do Paço do Sopegal Velho, em Cambeses, Monção, e supomos que filha de Bartolomeu Pereira de Moscoso e de sua mulher Inês Godinho — uma filha chamada Catarina de Abreu e Lima, de quem houve descendência na casa do Tanque, em Braga, entre outras^[236].

Conclusão

A título de breve epílogo, e sem pretender expandir o assunto, note-se que após a ausência de Pedro Gomes de Abreu o senhorio de Regalados foi sequestrado pelos governadores de D. João IV, no seguimento do decreto de 17 de dezembro de 1640. E depois de expirado o prazo de graça para a nobreza regressar ao reino, o senhorio viria a ser concedido, por carta de 5 de novembro de 1644, a Gastão Coutinho, governador das Armas do Minho e “comandante de toda a tropa que resistira às investidas galegas”, o mesmo que ordenara o apresamento da Casa de Regalados^[237]. Esta mercê foi prontamente embargada pelo filho mais velho e pelos irmãos sobreviventes do 9.º senhor, obtendo um efeito de algum modo suspensivo e conseguindo, entretanto, que uma parte do valor das rendas da Casa confiscada fosse aplicado aos dotes e pensões das irmãs do ausente, pois o resto concorreria para as despesas da guerra da Restauração.

Contudo, quando se empreendeu o sequestro, os procuradores não distinguiram as espécies de bens, antes parecendo promover a confusão entre o senhorio e o morgadio — levando a que os Câmara Coutinho passassem a reivindicar, por abuso de Direito, a posse do morgadio sediado em Coucieiro a partir de 1674^[238]. Todavia sem razão, pois os bens de vínculo sujeitavam-se a regras civis de sucessão patrimonial, ao passo que os senhorios dependiam exclusivamente da vontade e mercê régia, por serem Bens da Coroa. Mas a morosidade e corruptibilidade da Justiça, aliadas a outras vicissitudes, acabariam por não permitir que fosse restituído o seu a seu dono. Por outro lado, o tratado de paz com Castela de 1668 estipulou no seu artigo n.º 8 a nulidade de todas as privações e confiscos impostos no contexto da guerra. Mas decerto por força da ordem paterna, grave e solene, de nunca mais voltarem a Portugal, o então conde Gaspar Gomes de Abreu manteve-se em Madrid, sem tratar de requerer a restituição dos estados deixados na sua pátria^[239].

Foi o fim da Casa de Regalados, outrora bem conhecida por suas confrontações e antiguidade. Nesta derradeira fase, o complexo corpo orgânico patrimonial a que, por atalho, designamos de “Casa”, subsistiria num contínuo esboroar, sob o estigma da lesa-majestade — e sofrendo, no fundo, as consequências que as opções políticas, o tempo e a inveja de muitos se encarregariam de lhe provocar.

[*] Investigador independente.

[1] British Library, Manuscripts, Eg. 481, fl. 2. Trata-se de um manuscrito da autoria de Álvaro Ferreira de Vera, datado de 1647, em Madrid, e intitulado *Elogios de la Casa de los condes de Regalados de el apellido de Abreu: ascendencias y lineas reales que entraron en ella por diversas ramas, y casamentos*. A passagem excertada consta da dedicatória.

[2] Utilizam-se e convertem-se os valores dados por uma medição do tempo do rei D. Manuel I feita em 1527 – 2,5 de comprido por 1,5 léguas de largo — publicada por Anselmo Braamcamp Freire, “Povoação de entre Doiro e Minho no XVI século”, in *Archivo historico portuguez*, vol. 3, n.ºs 7-8, 1905, pp. 241-273: 252; também em Bernardino José de Sena Freitas, *Memorias de Braga*, Braga, Imprensa Catholica, 1890, vol. 1, p. 94.

[3] A este respeito, remetemos o leitor para o nosso artigo “A capela de São Brás, em Longos Vales (Monção): panteão da Casa de Abreu”, in *Revista de Estudos Regionais*, 2.ª série, n.º 17, 2023, pp. 43-63.

[4] Cumpre esclarecer um pouco o porquê deste “quinto”. Embora não seja este o lugar para tratar com a devida extensão este assunto, sempre se dirá que por óbito de Leonel de Abreu, 5.º senhor de Regalados, em 1548, a casa dos Abreus de Regalados sofreu uma grande usurpação. Com efeito, o filho mais novo deste fidalgo, chamado Lopo Gomes de Abreu e Lima, conseguiu sair leoninamente beneficiado das partilhas, só concluídas em 1588. Nelas, todos os bens “excluídos” do morgadio foram divididos por 5 cabeças: pela sua, pela de seu sobrinho, Leonel de Abreu e Lima (8.º senhor de Regalados) como substituto de seu pai, e pelas de seus outros irmãos Pedro Gomes de Abreu, abade de Rossas, João Gomes de Abreu e Catarina de Noronha. Sendo que estes irmãos, solteiros ou eclesiásticos, deixaram as suas quotas ao referido Lopo, de sorte que este levou em herança a grande quinta da Agra (várias freguesias de Monção) e o casal de Gondelim (Cerdal), que eram bens de nomeação, para além de 4/5 de todos os bens “não inclusos” no morgadio e ainda metade dos padroados. Claro que, para

tanto, este engenhoso fidalgo se empenhou em demonstrar que o morgadio se confinava tão-somente à quintã de Coucieiro e a algumas terras dispersas. Nisto foi ajudado por sua mãe, D. Maria de Noronha, que queimou muitos papéis e pergaminhos por forma a não se poder provar, nem distinguir, aquilo que era de morgadio daquilo que era alodial. Foi assim que, por exemplo, e mais uma vez na história, a velha honra de Abreu, solar desta linhagem, voltou a ser transmitida a um filho segundo (ficando a linhagem varonil com apenas o direito a receber um quinto dos seus foros de cevada); ou que os casais do Caseiro, ou da Junqueira, pegados à quintã de Coucieiro, ou as quintãs do Prado e de Quartas foram desmembrados e alocados a Lopo Gomes de Abreu e a seu irmão, o abade de Rossas. Como se entenderá, estas disrupções implicaram uma oneração e prejuízo assinaláveis para a geração do 8.º senhor de Regalados, que se empenhou em compor a situação. Do tio Lopo Gomes de Abreu e Lima foram descendentes e herdeiros os senhores da Casa de Soutomaior, que em pouco tempo venderam quase tudo o que ele tinha juntado à custa da Casa de Regalados (*sic transit...*).

[5] *PMH-Inq.* 1258, p. 375. João Garcia de Abreu tinha criado filhos seus em Riba de Mouro, onde o rei não era padroeiro.

[6] Assim, por exemplo, na monografia de António de Sousa Araújo, *Cervães e o Bom Despacho*, Braga, Casa do Povo de Cervães, 1977, pp. 61, 68, etc. Na referida casa paroquial encontram-se três pedras de armas plenas de Abreus que saíram do paço de Coucieiro e da sua torre quando o conjunto foi derrubado na década de 1870. A que está na parede que encara a parede da igreja é a que apresenta maior semelhança ao desenho do *Armeiro-mor* (tirante a inversão em espelho). A que está junto da porta da casa, no patim, apresenta um cordão que denuncia feitura quinhentista. A terceira está junto à esquina Sudoeste. Todas estão invertidas, o que pode implicar o fim do poderio da linhagem, ou não passar de uma ironia do tempo.

[7] ANTT, Chancelaria de D. João III, liv. 18, fl. 133; não obstante, generalizou-se, so-

bretudo a partir do século XVIII, o desenho e talhe dos cotos com as pontas voltadas para cima, tal como se vê, por exemplo, no *Tesouro da nobreza* de Fr. Manuel de Santo António (ANTT, Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 16, fl. 15).

[8] Remetemos para a excelente análise dos nossos bons amigos Gonçalo Vidal Palmeira e Miguel Ayres de Campos Tovar, “Gerações medievais do paço de Curutelo: dos Curuteiros aos Viegas (séculos XII a XIV)”, in *Atas do 6.º Congresso Internacional Casa Nobre – um património para o futuro*, Arcos de Valdevez, Município dos Arcos de Valdevez, 2024, pp. 304-322.

[9] A utilização do apelido Rego poderá ter que ver com o facto de sua mãe se ter consorciado em segundas núpcias com Rui Dias do Rego, futuro sogro de Nuno Viegas, o *Moço*.

[10] Nuno Viegas recebeu Pena a 8 de maio de 1384 e Cabeceiras e Arco de Baúlhe a 21 de setembro de 1384. O Santo Condestável receberia a “terra de pena e terra de basto com arco de beilhy” incluídas na extensa doação de 20 de agosto de 1385, após Aljubarrota (ANTT, Chancelaria de D. João I, liv. 1, fls. 10, 19, 59 e 82^v).

[11] *Ibid.*, liv. 1, fl. 80^v.

[12] ANTT, Chancelaria de D. Fernando, liv. 2, fls. 28^v-29; Chancelaria de D. João I, liv. 2, fl. 68.

[13] ANTT, Chancelaria de D. João I, liv. 1, fl. 149^v.

[14] *Ibid.*, fl. 191^v. Mais tarde, o mesmo ei lhe volta a conceder a terra de Aguiar de Neiva em escambo pela quintã de Aldeia Nova, no termo da Covilhã, por carta de 2 de fevereiro de 1389 (liv. 2, fl. 11).

[15] ANTT, Chancelaria de D. João I, liv. 1, fl. 56.

[16] ANTT, Chancelaria de D. João I, liv. 2, fls. 137^v-138.

[17] Rui de Azevedo, *Documentos de D. Sancho I*, vol. 1, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 1979, pp. 90-91.

[18] Nuno Viegas era, com efeito, descendente de D. Egas Fafes, bispo de Coimbra (f. 1268), que teve Mor Viegas (cc. Vicente Martins de Curutelo) de uma relação com Mor Viegas de Regalados – eventualmente relacionada com D. Egas Pais e Boa Joanes. A

quintã do Lameiro documenta-se como honra antiga de D. Egas Fafes (tio-avô do bispo) nas Inquirições de 1258 (*PMH-Inq. 1258*: “Item, dixerunt que a quintana do lameyro cum iij. casaes, que fora de don Egas Fifiaz; et que ouvirom dizer que fora Onra des tempo d’el Rey don Alfonso 1.^o”).

[19] ANTT, Leitura Nova, liv. 48, fl. 101^v “a quintãa que chamam o paaço e a casa de Corutello”.

[20] ADB, Coleção Cronológica, pasta 30, doc. 1076 – trata-se de uma sentença de 1392 pela qual a capela de D. Silvestre foi julgada pertença do arcebispado de Braga, por Nuno Viegas e seu filho Álvaro não serem clérigos e assim o prever e determinar a instituição constante do testamento de D. Silvestre.

[21] ANTT, Chancelaria de D. João I, liv. 2, fl. 179.

[22] No nosso artigo “A capela de São Brás...” discorremos mais largamente sobre Vasco Gomes de Abreu.

[23] De facto, vem em primeiro lugar o seu nome no rol dos infanções de Grijó, em 1365, onde se diz que já tinha um filho.

[24] D. Luís Caetano de Lima, *Geografia historica de todos os estados soberanos da Europa...*, Lisboa, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734, pp. 465, 469. O autor refere que um “Diogo Gonçalves de Abreu” teve esse cargo reinando D. Fernando, mas pelo nome deve ser o Diogo Gomes de Abreu, que de facto recebeu várias mercês desse monarca — tais como a aldeia de Vilas Boas, no termo de Vila Flor.

[25] Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, cap. 167.

[26] ANTT, Chancelaria de D. João I, liv. 2, fl. 158. Corresponde *grosso modo* ao território entre a ponte e rio das Várzeas, à face do lugar de Doma, na freguesia de Cristoval (Melgaço), e a ponte e rio Deva, em Pontedeva (Ourense); Álvaro Rodrigues de Lima teve-a a 3 de julho de 1370 (Chancelaria de D. Fernando, liv. 1, fl. 64^v).

[27] Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado e António Joaquim Dias Dinis, coord., *Monumenta henricina*, vol. 15, Coimbra, Oficinas Gráficas da “Atlântida”, 1974, pp. 202-204.

[28] P.^o António Carvalho da Costa, *Corografia portuguesa, e descripçam topografica*

do famoso reyno de Portugal..., vol. 1, Lisboa, Valentim da Costa Deslandes, 1706, p. 285.

[29] ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-E-14, fls. 231-235. Desconhece-se o paradeiro do pergaminho original desta sentença, que estava no cartório da Casa de Regalados, subsistindo, contudo, alguns traslados.

[30] Provavelmente a “quintana de Regalados” ou uma das três honras referidas nas inquirições gerais de 1258.

[31] Tendo sido herdada por D. João de Abreu, passou a seu filho Diogo Gomes de Abreu, que casou com Teresa de Azevedo, e, por não terem tido filhos, veio a entrar na Casa de Azevedo (vd. Jerónimo Contador de Argote, *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga*, t. 3, Lisboa, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1744, pp. 351-352). Pelos variados achados arqueológicos feitos em Semelhe, não há grandes dúvidas de ali ter existido uma vila romana (eventual *villa Samuella*).

[32] Esta quinta devia ser herança de sua mulher por via dos Curutelos, sabendo-se que em 1288 era pertença de D. Soeiro Fafes, de Lanhoso, e que em 1325 uma bula papal solicitava auxílio ao chantre de Zamora contra os abusos de Lourenço Martins, Sancho Martins, netos de D. Soeiro Fafes, e ainda Egas Martins Curutelo e outros na quinta de Real, onde o cabido bracarense tinha interesses. Chamava-se a esta quinta de *Real Velho* para a distinguir da de Real Novo (depois chamada *do Paço*), na contígua freguesia de São João de Semelhe.

[33] Provavelmente o lugar onde em 1317 via Gomes Lourenço de Abreu, bisavô de Diogo Gomes, dito como morador em São Julião de Badim (ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 112).

[34] O couto de São Vicente consistia num feudo da linhagem dos de Valadares. De facto, nas inquirições de 1258 ficou escrito que D. Afonso Henriques coutara essa terra a D. Soeiro Aires, tido como o fundador da estirpe dos de Valadares. Inserida neste couto, as inquirições referem a “vila de Vilar” (*PMH-Inq. 1258*, p. 377). O couto de São Vicente deve ter sido dividido entre os herdeiros de D. Lourenço Soares de Valadares, pois quando

D. Afonso IV confirma a 6 de fevereiro de 1341 várias honras a D. Maria Afonso Chichorro (sua neta) e seu marido, estes dizem que “avyam a onrra de Sam Vicensço que eram [*sic*] nos julgados de Melgaço, e de Valadares, com outros filhos dalgo” (ANTT, Chancelaria de D. Afonso IV, liv. 1, fls. 91-92). Posteriormente, D. Pedro confirmou os privilégios deste couto a D. Aldonça Lourenço (filha de D. Lourenço de Valadares), a 1 de dezembro de 1357. Desta senhora foi filha D. Inês de Castro, rainha de Portugal, e D. Álvaro Pires de Castro, 1.º condestável do reino, que teve igual confirmação a 1 de dezembro 1361 (Chancelaria de D. Pedro I, liv. 1, fls. 17, 67). Uma vez que a documentação alusiva a este couto e quintã de São Vicente na posse dos Abreus refere que tinha torre, entende-se que eles o possuiriam eventualmente *in solidum*, inferindo-se daí que o devem ter adquirido ou recebido por mercê régia.

[35] Tinha torre, sendo enumerada como uma das fortalezas da ribeira minhota por João Salgado de Araújo em 1623, junto com as torres de Abreu e Palhares, entre outras (BNP, Reservados, cod. 13176, fl. 90). As memórias registam que esta quintã vinha dos de Valadares (*Descripcion genealogica y historial de la Ilustre casa de Sousa...*, Madrid, en la imprenta de Francisco Xavier García, 1770, p. 359).

[36] Trata-se de um lugar da antiquíssima e já inexistente freguesia de Vila Martins, pois na procuração dos fidalgos da terra de Valadares e Riba de Mouro, de 1317, regista-se um “João Eanes do Copete” nela morador (ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fls. 112^v). Vila Martins é, hoje, um lugar de Segude muito vizinho do da Pica de Abreu, em Merufe, tudo no termo de Monção.

[37] O solar dos Abreus jaz no lugar da Pica de Abreu (Merufe), perto da capela de Santa Eulália. Era encabeçado pela torre e paços, refeitos no tempo de D. Fernando (1377) e caídos em ruína a partir das guerras da Restauração, altura em que as torres de Vilar, Badim e Tangil foram demolidas. A torre tinha quatro côvados de altura em 1748 e a sua honra, anterior a 1288, com juradia, compreendia vários lugares que correspondem sensivelmente à inteireza do segmento Norte

da freguesia de Merufe. Foi devassada no século XVIII pela câmara de Monção — parece que à revelia dos moradores, que se viram descoutados.

[38] ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-E-14, fl. 169.

[39] As genealogias setecentistas viram neste Vasco Gomes de Abreu o mesmo que seu avô, daí que tenham dado a este por mulher uma outra e indocumentada Maior (Anes) de Portocarrero que, por causa do problema cronológico, foram enxertar num Fernão Anes de Portocarrero, corregedor de D. Fernando. Desta confusão, o único elemento que pode ter verosimilhança é a noção de que a mulher do Vasco Gomes de Abreu, senhor de Valadares, tenha eventualmente ter sido filha de Geraldo Anes, de facto corregedor de D. Fernando — conforme se pode entender da doação da sua quintã de Sanguinhal, no termo de Óbidos, “que sta Junto com outra de girald eannes seu sogro” (ANTT, Chancelaria de D. João I, liv. 1, fl. 165^v) que D. João I faz a Pedro Vasques de Pedra Alçada a 3 de novembro de 1385. Mas mesmo este dado pode ser ilusório, pois este Pedro Vasques era genro de Geraldo Anes, e não fica explícito se a menção ao sogro é referente a ele ou a Vasco Gomes.

[40] ANTT, Leitura Nova, liv. 3 de Místicos, fl. 149^v.

[41] Fr. Manuel da Esperança, *Historia serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na provincia de Portugal*, t. 1, Lisboa, Officina Craesbekiana, 1656, pp. 470-471.

[42] *Chartularium universitatis portugalensis (1288-1537)*, vol. 5, dir. Artur Moreira de Sá, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1978, pp. 37, 475.

[43] Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado e António Joaquim Dias Dinis, coord., *Monumenta henricina*, vol. 14, Coimbra, Oficinas Gráficas da “Atlântida”, 1974, p. 158; Domingos de Sousa Costa, “Bispos de Lamego e de Viseu no século XV. 13 — João Gomes de Abreu...”, in *Itinerarium*, ano 36, n.º 136/137, pp. 169-296.

[44] Fr. Manuel da Esperança, *Historia serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na provincia de Portugal*, t. 2, Lisboa, Officina de Antonio Crasbeek de Melo, 1666, p. 532.

[45] ADB, Coleção Cronológica, pasta 41, doc. 1307.

[46] Humberto Baquero Moreno, *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*, vol. 1, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1979, pp. 676-677.

[47] Abel dos Santos Cruz, *A nobreza portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)*, Porto, s.n. [ed. do autor], 1995, pp. 57, 90 e 96.

[48] Gomes Eanes de Zurara, *Chronica do conde Dom Pedro de Menezes*, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1792, liv. 1, cap. 38, e liv. 2, cap. 4.

[49] ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 19, fl. 2^o, e liv. 18, fl. 46, respetivamente, encontrando-se as cartas de D. Duarte transcritas nas confirmações.

[50] *Ibid.*, liv. 19, fl. 58.

[51] Rui de Pina, *Crónica do rei D. Afonso V*, caps. 40 e 44; Duarte Nunes de Leão, *Crónica de D. Afonso V*, cap. 7. Outros dos fidalgos que seguiam a rainha eram: D. Leonel de Lima, D. Duarte de Meneses, D. Sancho de Noronha, Gonçalo Pereira de Riba-Vizela, Fernão Coutinho, Diogo Soares de Albergaria, Martim Afonso de Melo, entre outros, bem como o arcebispo de Braga e o prior do Crato.

[52] ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 18, fl. 78.

[53] ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 2, fl. 37^v.

[54] ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 71.

[55] ANTT, Leitura Nova, Livro 4 de Além-Douro, fl. 188.

[56] *Ibid.*, fl. 186.

[57] ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-E-14, fl. 231.

[58] Tomás António de Vilanova Portugal, “Memoria ao programma. Qual foi a origem, e quaes os progressos, e as variações da jurisprudencia dos morgados em Portugal”, in *Memorias de litteratura portugueza*, vol. 3, Academia Real das Sciencias de Lisboa, Officina da Academia, 1792, pp. 374-470: 423-424; Manuel António Coelho da Rocha, *Instituições de direito civil portuguez* [8.^a ed.] Lisboa, 1917, vol. 2, p. 359.

[59] *Livro das confirmações de Tui* para 1353-1442, em ADB, Registo Geral, liv. 313, fls. 105^v, 116.

[60] AUC, Pergaminhos, gav. 10, maço 1, doc. 33.

[61] ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 4, fl. 64^v.

[62] Maurício Antonino Fernandes, *Matrículas dos ordinandos da Mitra de Braga (1430-1588)*, tomo 1, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, 2002, pp. 207-208.

[63] ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 15, fl. 50.

[64] Estes três filhos vêm referidos na sentença de 1458, não havendo mais notícia deles. Poderão ter seguido o estado eclesiástico ou ter falecido solteiros.

[65] Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado e António Joaquim Dias Dinis, coord., *Monumenta henricina*, vol. 10, Coimbra, Oficinas Gráficas da “Atlântida”, 1969, p. 116; no volume 13, Coimbra, Oficinas Gráficas da “Atlântida”, 1972, p. 386, consta ainda uma sentença que obtiveram contra D. Gonçalo Coutinho, conde de Marialva, a 12 de fevereiro de 1457.

[66] Stuart B. Schwartz, *Sovereignty and society in colonial Brazil: the high court of Bahia and its judges, 1609-1751*, Oakland, CA, University of California Press, 2024, p. 88.

[67] BNP, Reservados, Cod. 13147, fl. 101^v.

[68] P.^o Marcelino Pereira, *Colecção de memorias genealogicas...*, t. 2, in ADB, Manuscritos, ms. 876, fl. 300^v.

[69] ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 13, fl. 116. Tudo leva, pois, a crer que a ideia difundida nas genealogias setecentistas de que seu pai, ou seu filho (ambos de nome Pedro Gomes de Abreu), tinham cometido “muitos crimes” colha em relação a Lopo Gomes de Abreu, pois dos outros não se encontra nem um perdão nas chancelarias.

[70] ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 1, fl. 62.

[71] ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-E-14, fl. 231 *et seq.*

[72] ANTT, Leitura Nova, liv. 4 de Além-Douro, fl. 114^v *et seq.*

[73] Portugal, “Memoria ao programma...”, pp. 423-424.

[74] Henrique da Gama Barros, *História da administração pública em Portugal* [2.^a ed.], vol. 8, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1949, pp. 238-239.

[75] ADB, Colecção Cronológica, pasta 41, doc. 1307.

[76] *Livro das confirmações de Tui* para 1353-1442, em ADB, Registo Geral da Mitra, liv. 313, fls. 126v-127; a 31 de outubro de 1454 foi confirmada a apresentação do abade Gomes Lourenço feita pelo administrador (em nome do bispo de Tui) “ex jure de volutta” porque os “litigantes e padroeiros que se della diziam nom provarom seu padroado no termo que o direito quer o que ja era pasado”, bem como “por outras muitas razoes contheudas na confirmaçom e em o proçeso e sentença sobre esto [...] perante Fernão Martinz Vigairo do dito Senhor”. Note-se que ainda a 5 de julho de 1452 fora confirmada a apresentação dos Abreus em Gonçalo Lourenço, cônego regente do mosteiro de São João de Longos Vales (*ibid.*, fl. 116). E parece não haver dúvida de que as desavenças familiares se estenderam aos padroados, pois aquele Gomes Lourenço, apresentado para Riba de Mouro, tinha sido antes abade de Cambeses, abadia na qual no mesmo dia 31 de outubro de 1454 fora posto João Gomes de Abreu, anexando-a aos outros benefícios que já possuía, para seu melhor sustento (*ibid.*, fl. 127).

[77] Como se lê num documento sobre as origens da família viscondal transcrito por Luís de Figueiredo da Guerra, “[o] dito Leonel de Lima foi muito virtuoso e muito bem posto, e grande homem de corpo e de pessoa; e trazia muita grande casa de muita grande gente de escudeiros, que fazia em sua casa, e assim doutros muitos desta terra de nobres gerações, que acompanhavam, e foi muito bem regido em seu comer e beber; e fez a casa de Santo Antonio de Ponte de Lima, onde elle com sua mulher e filhos jazem sepultados; foi o primeiro Visconde e morreu de muita idade”; *vd.* Luís de Figueiredo da Guerra, “Fernão Anres de Lima”, in *Arquivo historico portuguez*, vol. 5, n.^{os} 1-2, 1905, pp. 266-271: 271.

[78] D. António Caetano de Sousa, *História genealógica da Casa Real portuguesa, desde a sua origem até o presente...*, t. 12, Lisboa, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1747, p. 429 *et seq.*

[79] *Vd.* nota 106 sobre o porquê deste apodo.

[80] ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 8, fl. 41.

[81] ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 19, fl. 37^v, e liv. 13, fl. 24^v.

[82] ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 28, fl. 122.

[83] ANTT, Leitura Nova, liv. 4 de Além-Douro, fls. 47^v-48^r.

[84] ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 28, fl. 122; Leitura Nova, liv. 2 de Além-Douro, fl. 49^{r-v}.

[85] Estes bens voltariam a estar na mão dos senhores de Regalados, pelo que se infere que terá havido ainda outras composições *a posteriori*. Vejam-se, ainda, as notas n.º 18 e 164.

[86] ANTT, Leitura Nova, liv. 4 de Além-Douro, fls. 49-50.

[87] ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 31, fl. 95^v.

[88] ANTT, Chancelaria de D. João II, liv. 3, fl. 79^v.

[89] ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 30, fl. 58^v. Parece ter tido antes o foro de moço-fidalgo com 1.000 réis de moradia por mês, conforme um tombo de D. João II de 1482, o que poderá conferir com a sua menor idade (ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-E-14, fl. 185).

[90] ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 30, fl. 58^v.

[91] ANTT, Chancelaria de D. João II, liv. 15, fl. 48^v.

[92] Mons. José Augusto Ferreira, *Fastos episcopais da igreja primacial de Braga (sec. III — sec. XX)*, vol. 2, Famalicão, Tip. Minerva, 1931, p. 351.

[93] ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 34, fl. 25.

[94] ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 39, fl. 114^v.

[95] *Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela...* em ANTT, Códices e documentos de proveniência desconhecida, n.º 159, fl. 109, onde se lhe regista “alcayde moor pero gomez dabreu”. Manuscrito publicado pela primeira vez pelo general João de Almeida como *Reprodução anotada do livro das fortalezas de Duarte Darnas*, Lisboa, Editorial Império, Lda., 1943, e com edições posteriores.

[96] ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 21, fl. 36.

[97] ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mc. 29, doc. 110.

[98] ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mc. 64, doc. 8.

[99] ANTT, Leitura Nova, liv. 1 de Além-Douro, fl. 28^{r-v}.

[100] *Vd.* o nosso artigo “A capela de São Brás...”.

[101] BNP, Fundo Almada Lencastre Basto, Av. Roma, pac. 87, n.º 109, cx. 87 A, cap. 1.

[102] ANTT, Genealogias Manuscritas, n.º 110, fl. 5^v.

[103] BNE, Recoletos, Ms. 3339, fl. 396^v.

[104] *Vd.* Manuel Abranches de Soveral, *Ensaio sobre a origem dos Mesquita*, edição *on-line*, 2006, disponível em: <https://www.soveral.info/mas/Mesquita.htm> [consultado a 20/08/2025] e também o seu *Ensaio sobre a origem dos Magalhães*, edição *on-line*, 2007, disponível em: <https://www.soveral.info/mas/Magalhaes.pdf> [consultado a 20/08/2025].

[105] ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-E-14, fl. 186.

[106] O 3.º conde de Regalados registou no seu nobiliário que Pedro Gomes de Abreu era lembrado pelos seus descendentes como “o dos fantasmas” por causa de um castigo divino devido a esta relação ilícita e pecaminosa. De facto, Pedro Gomes sentia nos seus derradeiros anos de vida uma presença maligna nas ancas do cavalo em que andava pela ferocidade com que trepava quando o espírito o cavalgava. E, certo dia, quando regressava de Valadares a Monção, passando a ponte do Mour, em Barbeita, o maligno fez-se sentir tanto que ele e o cavalo foram arremessados pela ponte abaixo, de notável altura por ir o rio ainda hoje muito profundo. Deste apuro conseguiu Pedro Gomes de Abreu livrar-se por ter bradado por São Tiago e o cavalo imediatamente ter saltado para a outra margem, aterrando são e salvo numa rocha. Por considerar o caso miraculoso, Pedro Gomes mandou embutir as ferraduras do cavalo nessa penha, onde ainda se encontravam por volta de 1650, no tempo do dito 3.º conde de Regalados (ANTT, Genealogias Manuscritas, n.º 110, fl. 5). Outra memória acrescenta: “dizem delle que nos dous annos ultimos da sua vida andava hũa vós sempre chamando por elle, sem elle lhe responder, e que duvidandosse no fim delles, o fez, e logo se achou mal, que morreo dahi a poucos dias” (ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-E-14, fl. 187).

[107] BNE, Requetes, Ms. 3339, fl. 396^v; BNP, Manuscritos, Pombalina, Ms. 325, fl. 304, e Cod. 13147, fl. 102.

[108] Costa, *Corografia portuguesa...*, vol. 1, p. 243. Na freguesia de Atães havia o legado anual de “hua misa de defuntos rezada com hum responso pellas almas de Antonio d’Abreu e Lima e de Dona Britis sua molher”, dita na capela de Santo Amaro, pertença da quinta de Atães.

[109] Maria Augusta d’Alpoim, *O palácio da Carreira*, Viana do Castelo, s.n., 1991.

[110] Manuel de Faria e Sousa, *Africa portuguesa*, Lisboa, Antonio Craesbeek de Mello, 1681, p. 109.

[111] ANTT, Genealogias Manuscritas, n.º 110, fl. 5.

[112] ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 44, fl. 32, e Leitura Nova, liv. 5 de Além-Douro, fl. 124 não trazem a data completa, mas poderá ter sido no mesmo dia da confirmação da terra de Regalados.

[113] ANTT, Leitura Nova, liv. 5 de Além-Douro, fl. 124^v; não é indicado o dia e mês.

[114] ANTT, Chancelaria de D. João III, liv. 39, fl. 50.

[115] Sousa, *Africa portuguesa*, pp. 78, 80 e 109.

[116] ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 25, doc. 2.

[117] *Ibid.*, mç. 19, doc. 12.

[118] D. António Caetano de Sousa, *Provas da história genealógica da Casa Real...*, t. 2, Lisboa, Regia Officina Sylviana, 1742, p. 356.

[119] ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 27, n.º 84.

[120] *Ibid.*, n.º 25.

[121] ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-E-14, fl. 243; BNP, Reservados, Cod. 13147, fl. 102 e Pombalina, Ms. 408 (nobiliário de José Freire Monterroio), fl. 435^v.

[122] Afonso Mexia, “Livro das Tenças del Rei”, in *Arquivo Historico Portuguez*, vol. 2, 1904, pp. 90-111: 107, correspondendo ao traslado deste documento de 1523, onde lemos: “[i]tem [no Porto] — A Lionel d’Abreu allcaide moor de Lapella de temça em quanto for merçe delrei pola despesa que tem com a dita fortaleza, 15:000 reis”.

[123] ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 10, fl. 118.

[124] ANTT, Chancelaria de D. João III, liv. 48, fls. 116^v, 117^v, 129^v-131^v.

[125] Joaquim Romero Magalhães, “Padrões de juro, património e vínculos no século XVI”, in *Mare Liberum*, n.º 21-22, 2001, pp. 9-24.

[126] Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da sala de Sintra* [2.ª ed.], vol. 3, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, pp. 99-101.

[127] ANTT, Chancelaria de D. João III, liv. 34, fl. 28^v.

[128] BNP, Fundo Almada Lencastre Basto, Av. Roma, pac. 87, n.º 109, cx. 87 A, cap. 1.

[129] ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-E-14, fl. 231.

[130] P.º Avelino de Jesus Costa, *A comarca eclesiástica de Valença do Minho (antecedentes da diocese de Viana do Castelo)*, Ponte de Lima, Colóquio Galaico-Minhoto, 1981, pp. 212-217.

[131] *Livro das confirmações de Tui* para 1353-1442, em ADB, Registo Geral da Mitra, liv. 313, fl. 139.

[132] P.º Francisco de Santa Maria, *O ceo aberto na terra: historia das sagradas congregações dos conegos seculares de S. Jorge em Alga de Venesa...*, Lisboa, Manoel Lopes Ferreyra, 1697, p. 540; Aqui se refere que António de Lima de Abreu, fidalgo da Casa de Regalados, abade de Rossas por volta de 1528, quis dela fazer doação à Congregação do Evangelista para edificar um novo convento, o que, todavia, não teve qualquer efeito. De facto, apenas o padroeiro poderia dispor da abadia e, decerto, o mesmo não deve ter concordado.

[133] ADB, Colégio das Artes de Coimbra, Igrejas, SJ-42, doc. 1481.

[134] Coronel José Baptista Barreiros, “Delimitação da fronteira luso-espanhola”, in *O distrito de Braga; boletim cultural de etnografia e história*, ano 1, fasc. I-II, 1961, pp. 60-149: 93 *et seq.*; no seu testamento, de 27 de janeiro de 1540, Fr. João d’Espindo encarrega a sua consciência, dizendo que fizera o foro perpétuo da insua por temor de Leonel de Abreu, a quem devia um favor por antes ele lhe ter concertado uma situação difícil, e que “ouverão de vir de Roma Juizes para o apegarem, nunca ninguém veio apegar, nem eu nunca soube a penção que havia de pagar, por

quanto eu vivia com elle e nunca lha desman-dei, e elle não tem mais de um Alvará que me mandou que lhe desse dos annos trespassados até á quella éra que elle quiz porque tudo fazia quanto elle me mandava como Senhor com quem eu vivia”. Narra, também, que Leonel de Abreu comprara “a pregão uma fazenda do Mosteiro de Sanfins de Rodrigo Alves que era cazeiro do dito Mosteiro, sem eu ser citado nem frontado a qual fazenda é a metade da Veiga da Capella que é do dito Mosteiro e assim a foi vender ao Senhor Marquez sem me frontar, nem fazer menção de mim, como Senhor poderoso que elle é, que mais valia que mim, e eu não ouzava de lhe contradizer”, entre outras peripécias.

[135] Fr. Agostinho de Santa Maria, *Sanctuario mariano*, t. 4, Lisboa, Antonio Pedro Galram, 1712, pp. 97-101; Esperança, *Historia serafica...*, t. 2, pp. 438-442. Fr. Pedro de Jesus, Maria e José, *Chronica da santa e real provincia da Immaculada Conceição de Portugal da mais estreita e regular observancia do serafim chagado S. Francisco...*, Lisboa, M. Manescal da Costa, 1760, vol 1, p. 313.

[136] Fr. Martinho do Amor de Deus, *Escola de penitencia, caminho de perfeição, estrada segura para a vida eterna. Chronica da santa provincia de S. Antonio da regular, e estreita observancia da Ordem do Seráfico Patriarca S. Francisco, no instituto capucho neste reyno de Portugal*, Lisboa, Herdeiros de António Pedrozo Galram, 1740, p. 49.

[137] *Ibid.*; Jesus, Maria e José, *Chronica...*, p. 313.

[138] ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mc. 200, doc. 45.

[139] ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mc. 80, doc. 108.

[140] ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-E-14, fl. 243, onde se declara as idades dos filhos.

[141] Isabel Maria Tavares de Pinho, *Os mosteiros beneditinos femininos de Viana do Castelo*, Porto, s.n. [ed. do autor], 2010, vol. 2, anexos, p. 474.

[142] ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-E-14, fl. 189.

[143] ANTT, Genealogias Manuscritas, n.º 110, fl. 6^{r-v}.

[144] ANTT, Chancelaria de Filipe I, liv. 24, fl. 23.

[145] ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-E-14, fls. 188, 211 e 214; padreados estes que seu descendente, o 1.º duque de Soutomaior, trocou com Gonçalo Afonso Pereira de Sotomaior, alcaide de Caminha e senhor da Casa de Barbeita, pela abadia de Taboexa, na Galiza, confirmado pelo ordinário e pelo papa em setembro de 1681.

[146] BNP, Fundo Almada Lencastre Bastos, Av. Roma, pac. 87, n.º 109, cx. 87 A, cap. 2.

[147] ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-E-14, fl. 190.

[148] Ernesto Português, *São Tiago de Pias: história e cultura*, Monção, Câmara Municipal de Monção / Fábrica da Igreja de Pias, 2008, p. 198.

[149] ANTT, Chancelaria de D. João III, liv. 62, fl. 16.

[150] ANTT, Chancelaria de D. João III, liv. 53, fl. 230^v.

[151] ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-E-14, fls. 191-192 e 230.

[152] *Ibid.*, fls. 191.

[153] *Ibid.*, fl. 164.

[154] Visconde de Santarém, *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo...*, Paris, J. P. Aillaud, 1843, vol. 3, p. 454.

[155] João Carlos Feio de Cardoso Castelo Branco e Torres e visconde de Sanches de Baêna, *Memorias historico-genealogicas dos duques portugueses do seculo XIX*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1883, p. 32.

[156] ANTT, Genealogias Manuscritas, n.º 110, fl. 6.

[157] ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, liv. 40, fls. 242-249.

[158] BNP, Reservados, Pombalina, Ms. 279, fl. 226^v.

[159] ANTT, Genealogias Manuscritas, n.º 110, fl. 6; 21-E-14, fl. 165; ADB, Manuscritos, ms. 875, fl. 10. Esta carta deve ter sido expedida officiosamente, pois que não se acha registada na chancelaria.

[160] ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-E-14, fl. 191.

[161] ANTT, Chancelaria de Filipe I, liv. 9, fl. 50.

[162] ANTT, Fundo Família Siqueira, condes de São Martinho, cx. 103, doc. 20 e cx. 62, doc. 11.

[163] Note-se que estas quintãs constavam da avaliação feita aquando da composição com Antão Gomes de Abreu em 1468, pelo que talvez por posterior partilha tivessem sido herdadas pela sua irmã, mãe de Francisca da Silva Coelho. Tratava-se, aliás, de duas propriedades muito antigas: a do Outeiro era herdade de João Soares Coelho em 1288; a quinta do Lameiro tinha sido honra de D. Egas Fafes (vd. nota 18, acima).

[164] ANTT, Fundo..., cx. 99, doc. 26, segundo caderno, fl. 2^o, e quarto caderno, fl. 13.

[165] ANTT, Genealogias Manuscritas, n.º 110, fl. 7.

[166] Este Manuel Rebelo era casado com Margarida de Abreu, prima segunda de Leonel de Abreu, por ser filha natural de João Gomes de Abreu, abade de Prado e Lordelo, primo direito de Francisco de Abreu, senhor de Regalados, que o tinha apresentado. Manuel Rebelo e sua mulher morreram em 1623, em Prado.

[167] Este Cristóvão Rebelo, escudeiro fidalgo, era filho do tabelião Francisco Rebelo, ao qual sucedeu no ofício de tabelião público e judicial e escrivão da câmara e almotaçaria do concelho de Regalados por carta de 30 de maio de 1566. Esta sucessão foi um tanto tortuosa, pois não aceitou a renúncia que seu pai nele fez dos ofícios por então ser criado de Fr. António de Lisboa, Dom Prior do Convento de Cristo de Tomar, e pretender tomar o estado de clérigo, desistindo deles em sua irmã mais velha, Margarida Rebelo (casada com João Vaz Angulo) em 26 de abril de 1548. Depois, como o marido desta também não quis servir os ofícios, desistiram a 31 de outubro de 1553 em sua outra irmã, Inês de Abreu, que casou com António Filgueira e viveram no termo de Monção, os quais acabariam por renunciar e trespassar a 5 de abril de 1561 os ofícios em Cristóvão Rebelo, que então os aceitou, foi examinado e passou a servir (ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, liv. 20, fl. 141 *et seq.*). Deles teve alvará para nomear num seu filho ou para quem casasse com uma sua filha a 10 de julho de 1593 (Chancelaria de Filipe I, liv. 24, fl. 278). Além do mais, pagava foro à Casa de Regalados, pois teve prazo de parte da quintã da Torre, em São Cristóvão de Regalados. Seu filho, o doutor Gregório Rebe-

lo de Abreu, abade de Santa Eulália de Sande, nomeou a 22 de fevereiro de 1629 Maria Tinoco na vida do prazo que Lopo Gomes de Abreu lhe fizera da quarta parta da quintã da Torre, assim como a tinha possuído Mécia de Abreu, irmã de Gregório Rebelo, em que naquele tempo estava possuidor Fernão Lopes, seu marido, de sorte que por morte deste entrasse Maria Tinoco nas terras. E por morte desta ficariam os filhos do abade, a saber: Cristóvão Rebelo (legitimado em 1620), Feliciano de Abreu e Manuel de Abreu (ANTT, Fundo Família Siqueira, condes de São Martinho, cx. 99, doc. 26, segundo caderno, fl. 6v). Estes Rebelos eram também parentes próximos de Manuel de Abreu Rebelo, casado com Isabel Sá Sotomaior, com descendência na Casa de Nossa Senhora d'Aurora, no Arrabalde de Ponte de Lima, e noutras.

[168] Francisco Rebelo da Silva, morador na quinta do Tojal, em Coucieiro, era filho de Rodrigo Rebelo, do lugar de Lamoso, em Caldelas. Casou, em 1598, em Coucieiro com Maria Figueira, filha de Miguel de Barros, da casa de Linhares, cunhada de Fradique Lopes, estando – curiosamente – presentes os senhores Leonel de Abreu e seu irmão Manuel de Lima. Teve o cargo de recebedor das sisas a 27 de setembro de 1597 (ANTT, Chancelaria de Filipe I, liv. 30, fl. 246^v). Foi perdoado pelo rei Filipe II a 21 de março de 1612 (Chancelaria de Filipe II, liv. 11, fl. 181^v).

[169] Sebastião Vilela sucedeu a seu pai, Gonçalo Vilela, num dos ofícios de tabelião do concelho de Regalados por carta de 19 de outubro de 1590. Sua mãe, Guiomar de Araújo, tivera pouco antes alvará de segurança do ofício para quando atingisse a maioridade (ANTT, Chancelaria de Filipe I, liv. 24, fl. 46). Era casado com Filipa de Alvim de Sousa, que morreu dia 2 de maio de 1631, tendo ele próprio falecido no dia 13 de dezembro de 1645, em São Miguel de Prado.

[170] Consta tudo de uns curiosos *Artigos de suspeição interpostos por Pedro Gomes de Abreu contra os oficiais de justiça da vila da Pica de Regalados* em 1626. Desses autos saíram recusados Miguel Barbosa da Lomba e Belchior de Abreu Filgueira, que se confessaram suspeitos e assim se assinaram no dia 22 de agosto de 1626 (ANTT, Fundo Família Siquei-

ra, condes de São Martinho, cx. 101, doc. 17). Consta ainda que Luzia da Rocha e seu genro, Gregório Dias, cobravam as rendas da Casa de Regalados, havendo, por exemplo, nota de quitação de 100 rasas de pão meado e 40 alqueires do mesmo dada em Vila do Conde, a 25 de abril de 1604, onde pousava Francisca da Silva, viúva do 7.º senhor de Regalados (ADP, Cartório de Vila do Conde, 1.º ofício, liv. 4, fls. 181^v-183^v).

[171] ANTT, Chancelaria de Filipe I, liv. 5, fl. 108.

[172] ANTT, Chancelaria de Filipe I, liv. 8, fls. 226^v-227.

[173] ANTT, Chancelaria de Filipe I, liv. 19, fl. 271.

[174] O sítio da casa de Castro vem inteiramente narrado nas *Memórias juvenis de Félix Machado da Silva Castro e Vasconcelos*, 1.º *marquês de Montebelo*, recentemente publicadas por António Sousa Guedes e Miguel Ayres de Campos Tovar, in *Forum limicorum: caderno de estudos limianos*, n.º 1, 2024, pp. 209-238; *vd.* também ACC, Papéis do morgado de Castro, mc. 6, doc. 8.

[175] O Sr. João de Azevedo, de Barreiros, um dos caseiros da quinta do paço de Coucieiro já no século XX, tinha exato conhecimento desta obrigação, zelando pela feitura e entrega do azeite para alumiar e assinalar a presença de Nosso Senhor Jesus Cristo no Santíssimo Sacramento do Altar.

[176] ADB, Registo Geral da Mitra, liv. 6, fls. 315v-316.

[177] *Auto do juramento que el rey Dom Phelippe nosso senhor, segundo deste nome, fez aos tres estados deste reyno...*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1619, p. 9.

[178] Teve vários filhos fora do matrimónio que se omitem para abreviar este estudo.

[179] ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-E-21, fls. 612-613; BNP, Reservados, Pombalina, Ms. 322, fl. 38^v.

[180] BNP, Reservados, Pombalina, Ms. 322, fl. 65.

[181] ADB, Manuscritos, Ms. 876, fl. 289.

[182] Estando já casada com Baltazar Pereira outorgou a revogação de uma doação em 12 de abril de 1625. E em 1632 seu irmão António concertou-se com as freiras de Santa Ana de Viana em nome de Baltazar Pereira. Catarina de Lima já não viveria em 1644, pois não figura entre o

nome de seus irmãos quando estes embargaram a mercê da vila da Pica de Regalados feita a Gastão Coutinho. Pelo exposto, parece ser incompatível com uma Catarina de Abreu da Silva registada como filha de Leonel de Abreu e Inês de Lima, que se casou em Torres Vedras, dia 2 de agosto de 1621, com Pedro Francês, natural de Vila Verde, dito como filho de Nicolau Francês de Vilhena e Jacinta de Castro de Noronha.

[183] ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-E-14, fl. 247.

[184] ANTT, Genealogias Manuscritas, n.º 110, fl. 12^v.

[185] ANTT, Genealogias Manuscritas, n.º 110, fl. 13, e 21-E-14, fl. 209.

[186] ANTT, Chancelaria de Filipe III, liv. 15, fl. 221.

[187] ANTT, Chancelaria de Filipe III, liv. 31, fl. 58^v, e liv. 25, fl. 394.

[188] ANTT, Chancelaria de Filipe III, liv. 12, fl. 277.

[189] ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-E-14, fl. 197.

[190] ANTT, Genealogias Manuscritas, n.º 110, fl. 8.

[191] Assim refere o alvará de 22 de novembro de 1645: “Pero Gomes de Abreu donatario della em se passar para Galiza depois de minha aclamação” (ANTT, Mercês da Torre do Tombo, liv. 12, fls. 120-120^v).

[192] Pedro Vaz Cirne de Sousa, *Relaçam do que fez a villa de Guimaraens no tempo da felice aclamação de sua majestade, ate ao mes de Outubro de 1641*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1641, pp. 2-3.

[193] “Documentos relativos à Guerra da Restauração existentes na Câmara Municipal de Braga”, in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 10, 1940, pp. 229-281: 250.

[194] Este Fernão de Araújo morava no lugar de Cela, em Valdreu, no extremo levante do senhorio de Regalados, e morreu em 1648. Bartolomeu Lomba era seu compadre, tendo depois vindo a ser seu genro.

[195] AGS, Dirección General del Tesoro, inv. 1, liv. 15, fl. 43.

[196] O valido, ou primeiro-ministro, Luis Méndez de Haro era “señor del estado de Sorbas y Lobrín, marqués del Carpio, conde-duque de Olivares; Alcaide perpetuo de los Alcázares y Torres de la ciudad de Córdoba;

Caballerizo Mayor perpetuo de los Reales Alcázares y Atarazanas de la ciudad de Sevilla; Gran Canciller de las Indias y Registrador perpetuo de ellas; Caballerizo Mayor de su Majestad; Comendador Mayor de la Orden de Alcántara, y Presidente del Capítulo General por su Majestad”.

[197] Fr. Felipe de la Gándara, *Nobiliario, armas y triunfos de Galicia: hechos heroicos de sus hijos, y elogios de su nobleza, y de la mayor de España, y Europa...*, Madrid, Iulian de Paredes, 1677, pp. 226-227.

[198] Fr. Antonio Seyner, *Historia del levantamiento de Portugal*, Saragoça, Pedro Lanaja y Lamarca, impressor, 1644, p. 138.

[199] AHN, Órdenes Militares, Caballeros de Montesa, exp. 529.

[200] José Pellicer de Ossau y Tovar, “Avisos historicos, que comprehenden las noticias y sucesos mas particulares ocurridos en nuestra monarquia, desde el año de 1639”, manuscrito publicado in *Semanario Erudito*, vol. 32, 1790, pp. 3-287: 64.

[201] Gándara, *Nobiliario...*, p. 227; ANTT, Genealogias Manuscritas, n.º 110, fl. 8º.

[202] Saliente-se a opulência do dote de Ana de Brito pela seguinte comparação: D. Maria de Castro, filha do 8.º senhor de Unhão, Rui Teles de Meneses, fora dotada com 20.000 cruzados, por volta de 1610, para se casar com João da Silva Telo de Meneses, 1.º conde de Aveiras e filho dos senhores de Vagos; *vd.* a este respeito Luís Teixeira de Sampaio, *Estudos históricos*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1983, p. 61.

[203] Enumeram-se os filhos com algumas notas não definitivas.

[204] O tratamento de *Dom* (por extenso) aparece nas suas provanças para o hábito de Avis, bem como nas de seus irmãos Francisco e Gaspar. Mas já não assim com seus outros irmãos, pelo que se entende tratar-se de uma mercê.

[205] Pedro Mexia, *Historia imperial y cesarea, en que sumariamente se contienen las vidas, y hechos de todos los emperadores, desde Julio Cesar, hasta Maximiliano primero*, Madrid, Melchor Sanchez, 1655, p. 707.

[206] AGS, Sección de Secretarías Provinciales, legajo 2666, exp. 8.

[207] ANTT, Chancelaria de D. Afonso VI, liv. 5, fl. 138.

[208] British Library, Manuscripts, Eg. 481; vem intitulado na dedicatória como “Leonel de Abreu, Segundo Conde de Regalados, Alcayde mayor de el Castillo de Lapela, Señor de el Solar de Abreu, y Valadares y Coutos de Villa Garcia”.

[209] ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-E-14, fl. 200, e outros traslados.

[210] AGS, Sección de Secretarías Provinciales, legajo 2666, exp. 15.

[211] António Domínguez Ortiz, *La sociedad española em el siglo XVII*, vol. 2, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Universidad de Granada, 1992, p. 166.

[212] *Description genealogica y historial...*, pp. 160, 392 e 393. Desconhece-se o paradeiro do nobiliário, muito embora subsista um caderno sobre os Abreus na Torre do Tombo (Genealogias Manuscritas, n.º 110) que presumimos lhe pertencesse.

[213] Faleceu a 24 de abril de 1662 na paróquia de San Martín, em Madrid, deixando por testamenteiro seu filho Diego Gomez de Sandoval, duque de Lerma, e foi sepultada em San Bernardino (ADM, Paróquia de San Martín, Óbitos, liv. 7, fl. 242).

[214] AGS, Sección de Secretarías Provinciales, legajo 2666, exp. 16; *vd.* Fr. José Maria Pou y Martí e Luciano Serrano, *Archivo de la embajada de España cerca de la Santa Sede: índice analítico de los documentos del siglo XVII*, vol. 2, Roma, Embajada de España, 1917, p. 249.

[215] AGS, Escribanía Mayor de Rentas, Quitaciones de Corte, 20, 970-973.

[216] AHN, Órdenes Militares, Caballeros de Santiago, exp. 7778, fls. 39-43.

[217] Dele, em verdade, foi filho Pedro Gomes de Abreu e Lima, batizado em Coucieiro a 5 de julho de 1639 e havido em Paula Martins, solteira, que se ordenou e foi abade de Rossas, onde partiu sem geração aos 86 anos de idade, a 19 de abril 1726, após um abadiado impecável e tendo renunciado por bula pontificia nos seus sobrinhos da casa do Tanque, em São Vitor, Braga (ADB, Patrimónios, proc. 25217).

[218] AGS, Sección de Secretarías Provinciales, legajo 2662, exp. 1.

[219] ANTT, Genealogias Manuscritas, n.º 110, fl. 10º.

[220] AHN, Órdenes Militares, Caballeros de Calatrava, exp. 10237.

[221] ANTT, Genealogias Manuscritas, n.º 110, fl. 10º.

[222] Francisco de Abreu e Lima, de Pernambuco, parece ter pretendido entroncar-se cavilosamente neste tronco, dizendo-se numa carta de 1671 “neto de Pedro Gomes de Lima [sic], donatario que foi da Caza de Regalados”, mais tarde reformulado numa carta de brasão como “filho de António Gomes de Abreu e neto de Pedro Gomes de Lima, conde de Regalados e de Lindoso” (ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 28, n.º 22; também em visconde de Sanches de Baêna, *Arquivo heraldico-genealogico*, vol. 1, Lisboa, Tipografia Universal de Tomás Quintino Antunes, 1873, p. 469, tratando-se da carta de brasão n.º 1859). Ora esta alegação é falsa, porque esse Francisco de Abreu e Lima era recordado em inquirições como natural da vila da Pica de Regalados e provavelmente parente do cônego Manuel de Lima de Abreu, da quinta de Mós. Além do mais, ao ter assentado praça no Brasil em 1667, mesmo que o tivesse feito aos 20 anos (e era costume fazê-lo com menos idade), isso significaria que teria nascido em 1647, muitos anos depois da morte de António de Abreu e Lima, filho do conde.

[223] Paróquia de San Pablo (Saragoça), Arquivo paroquial, Óbitos, liv. 8, fl. 218.

[224] AGS, Sección de Secretarías Provinciales, legajo 2662, exp. 3.

[225] AHN, Órdenes Militares, Caballeros de Calatrava, exp. 2468.

[226] ANTT, Genealogias Manuscritas, n.º 110, fl. 12.

[227] BNP, Reservados, Pombalina, Ms. 292, fl. 122.

[228] AHN, Órdenes Militares, Caballeros de Calatrava, exp. 1062.

[229] AGP, Personal, cx. 550, exp. 11.

[230] AGP, Real Capilla 237, exp. 46; Personal, cx. 550, exp. 11.

[231] Paz Lloret Gómez de Barreda, *Ser noble en la València del segle XVII: el llinatge dels Vilaragut*, Valencia, Diputació de València / Institució Alfons el Magnànim, 2005, p. 138 *et seq.*, etc.

[232] Diego Crespí de Valldaura Cardenal, *Nobleza y corte en la regencia de Mariana de Austria (1665-1675)*, dissertação de doutoramento em História apresentada à Facultad de Filosofía y Letras da Universidad Autónoma de Madrid, 2013, vol. 1, p. 153.

[233] AGP, Personal, cx. 585, exp. 4.

[234] Tamar Herzog, *Fronteiras da posse: Portugal e Espanha na Europa e na América*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2018, p. 288 *et seq.*; *vd.* a p. 301 sobre ser a condessa de Regalados dona da ilha de Verdoejo, então administrada por Rodrigo Antonio Falcón de Ulloa, marquês de Bendaña.

[235] Paróquia de San Sebastián (Madrid), Arquivo paroquial, Óbitos, liv. 8, fl. 202º.

[236] BNP, Reservados, Pombalina, Ms. 322, fls. 38 e 44; Diogo Rangel de Macedo estriba-se num processo judicial, que cita, dizendo: “tudo isto consta das demandas que correrão no Juízo da Coroa, sobre a Igreja de Rossas”. As informações que recolhe são coerentes com as indagações constantes do processo de habilitação sacerdotal de António de Abreu e Lima, neto de Catarina de Abreu (ADB, Processos de Habilitação Sacerdotal, pasta 690, 1702).

[237] Assim nos conta o abade de Pêra, João Salgado de Araújo, nos *Successos militares das armas portuguesas em suas fronteiras depois da real aclamação contra Castella*, Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1644, fl. 12º.

[238] ANTT, Chancelaria, D. Afonso VI, liv. 5, fl. 135 *et seq.*; depois de embargos interpostos pelos filhos e irmãos do confiscado, o senhorio acabaria por ser confirmado a Luís Gonçalves Coutinho, sobrinho de Gastão, por sentenças de 3 de dezembro de 1661 e 8 de fevereiro de 1674, como se lê em Manuel Álvares Pegas, *Commentaria ad ordinationes Regni Portugalliae seu tractatus de lege mentali Regni Portugalliae...*, t. 10, Lisboa, Sumptibus Antonii Leyte Pereyra, 1689, p. 392 *et seq.* Aproveita-se para repudiar o teor do opúsculo de José Augusto Carneiro intitulado *Notícia histórica e genealógica dos Abreus de Regalados*, Barcelos, Typ. Barcellense de Augusto Soucasaux, 1905, que não passa de um infeliz catálogo de mentiras que nada trouxe de relevante sobre os Abreus e Limas, senhores de Regalados, e que trata atabalhoadamente da questão dos Coutinhos.

[239] De modo muito diferente se passou com seus parentes D. João Fernandes de Lima, marquês de Tenório e António Félix Machado da Silva, marquês de Montebelo, ambos em situações muito semelhantes. O primeiro, sendo filho primogénito e morgado da Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, contratou-se amigavelmente com o irmão segun-

do (que ficara em Portugal) com vista a que este lhe pagasse certa quantia anual a troco de desistir dos direitos que tinha à Casa, no dia 24 de abril de 1670 (ANTT, Viscondes de Vila Nova de Cerveira, cx. 32, doc. 50). Já o segundo regressou efetivamente a Portugal e conseguiu a restituição de toda a Casa de Entre-Homem-e-Cávado.

Abreviaturas utilizadas

ACC — Arquivo [particular] do Castelo de Castro
 ACSC — Archivo de la Catedral de Santiago de Compostela
 ADVC — Arquivo Distrital de Viana do Castelo
 ADB — Arquivo Distrital de Braga
 ADM — Archivo Diocesano de Madrid
 ADP — Arquivo Distrital do Porto
 AGP — Archivo General de Palacio
 AGS — Archivo General de Simancas
 AHN — Archivo Histórico Nacional
 ANTT — Arquivo Nacional Torre do Tombo
 AUC — Arquivo da Universidade de Coimbra
 BNE — Biblioteca Nacional de España
 BNP — Biblioteca Nacional de Portugal
 PMH-Inq. 1258 — *Portugaliæ monumenta historica a sæculo octavo post Christum usque ad quintum decimum. Inquisitiones*, vol. 1, fasc. 3, Lisboa, Academia das Ciências, 1891

Fontes e bibliografia

Fontes manuscritas

ACC, Papéis do morgado de Castro, mç. 6, doc. 8.
 ADB, Coleção Cronológica, pasta 30, doc. 1076; pasta 41, doc. 1307
 —, Colégio das Artes de Coimbra, Igrejas, SJ-42, doc. 1481
 —, Manuscritos, Mss. 875, 876
 —, Patrimónios, proc. 25217
 —, Registo Geral da Mitra, livs. 6, 313
 ADM, Paróquia de San Martín, Óbitos, liv. 7
 ADP, Cartório de Vila do Conde, 1.º ofício, liv. 4

AGP, Personal, cx. 550, exp. 11; cx. 585, exp. 4
 —, Real Capilla 237, exp. 46
 AGS, Dirección General del Tesoro, inv. 1, liv. 15
 —, Escribanía Mayor de Rentas, Quitaciones de Corte, 20, 970-973
 —, Sección de Secretarías Provinciales, legajo 2662, exp. 1 e 3; legajo 2666, exp. 16
 AHN, Órdenes Militares, Caballeros de Calatrava, exp. 1062, 2468, 10237
 —, —, Caballeros de Montesa, exp. 529
 —, —, Caballeros de Santiago, exp. 7778
 ANTT, Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 16
 —, Chancelaria de D. Afonso IV, liv. 1
 —, Chancelaria de D. Afonso V, livs. 1, 2, 4, 13, 15, 18, 19, 25
 —, Chancelaria de D. Afonso VI, livs. 4, 5, 8, 28, 31
 —, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3
 —, Chancelaria de D. Fernando, livs. 1, 2
 —, Chancelaria de Filipe I, livs. 8, 9, 19, 24, 30
 —, Chancelaria de Filipe II, liv. 11
 —, Chancelaria de Filipe III, livs. 12, 15, 25, 31
 — Chancelaria de D. João I, livs. 1, 2
 —, Chancelaria de D. João II, livs. 3, 15
 —, Chancelaria de D. João III, livs. 18, 34, 39, 48 53, 62
 —, Chancelaria de D. Manuel I, livs. 10, 19, 21, 30, 34, 39, 44
 —, Chancelaria de D. Pedro I, liv. 1
 —, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, livs. 20, 40
 —, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 19, doc. 12; mç. 25, doc. 2; mç. 27, doc. 84; mç. 80, doc. 108; mç. 200, doc. 45
 —, —, Parte II, mç. 29, n.º 110; mç. 64, doc. 8; mç. 112, doc. 3

—, Fundo Família Siqueira, condes de São Martinho, cx. 99, doc. 26; cx. 101, doc. 17

—, Genealogias Manuscritas, n.º 110, 21-E-14 e 21-E-21

—, Leitura Nova, livs. 1, 2, 4, 5 de Além-Douro; liv. 3 de Místicos; liv. 48

—, Mercês da Torre do Tombo, liv. 12

—, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 28, n.º 22

—, Viscondes de Vila Nova de Cerveira, cx. 32, doc. 50

AUC, Pergaminhos, gav. 10, maço 1, doc. 33

BNE, Recoletos, Ms. 3339

BNP, Fundo Almada Lencastre Basto, Av. Roma, pac. 87, n.º 109, cx. 87 A, cap. 1.

—, Reservados, Cod. 13147, 13176

—, Reservados, Pombalina, Mss. 279, 292, 322, 325, 408

British Library, Manuscripts, Eg. 481

Paróquia de San Pablo (Saragoça), Arquivo paroquial, Óbitos, liv. 8

Paróquia de San Sebastián (Madrid), Arquivo paroquial, Óbitos, liv. 8

Fontes impressas

Amor de Deus, Fr. Martinho do, *Escola de penitencia, caminho de perfeição, estrada segura para a vida eterna. Chronica da santa provincia de S. Antonio da regular, e estreita observancia da Ordem do Seráfico Patriarca S. Francisco, no instituto capucho neste reyno de Portugal*, Lisboa, Herdeiros de António Pedrozo Galram, 1740

Almeida, general João de, ed., *Reprodução anotada do livro das fortalezas de Duarte Darmas*, Lisboa, Editorial Império, Lda., 1943

Argote, Jerónimo Contador de, *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga*, t. 3, Lisboa, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1744

Auto do juramento que el rey Dom Phelippe nosso senhor, segundo deste nome, fez aos tres estados deste reyno..., Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1619

Azevedo, Rui de, *Documentos de D. Sancho I*, vol. 1, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 1979

Costa, P.º António Carvalho da, *Corografia portugueza, e descripçam topografica do*

famoso reyno de Portugal..., vol. 1, Lisboa, Valentim da Costa Deslandes, 1706

Description genealogica y historial de la illustre casa de Sousa, con todas las reales, y muchas de las grandes..., Madrid, Francisco Xavier Garcia, 1770

“Documentos relativos à Guerra da Restauração existentes na Câmara Municipal de Braga”, in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 10, 1940, pp. 229-281

Esperança, Fr. Manuel da, *Historia serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na provincia de Portugal*, t. 1, Lisboa, Officina Craesbekiana, 1656

—, —, t. 2, Lisboa, Officina de Antonio Crasbeeck de Melo, 1666

Fernandes, Maurício Antonino, *Matrículas dos ordinandos da Mitra de Braga (1430-1588)*, tomo 1, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, 2002

Gándara, Fr. Felipe de la, *Nobiliario, armas y triunfos de Galicia: hechos heroicos de sus hijos, y elogios de su nobleza, y de la mayor de España, y Europa...*, Madrid, Iulian de Paredes, 1677

Guerra, Luís de Figueiredo da, “Fernão Anres de Lima”, in *Archivo historico portuguez*, vol. 5, n.ºs 1-2, 1905, pp. 266-271

Jesus, Maria e José, Fr. Pedro de, *Chronica da santa e real provincia da Immaculada Conceição de Portugal da mais estreita e regular observancia do serafim chagado S. Francisco...*, Lisboa, M. Manescal da Costa, 1760, 2 vols.

Leão, Duarte Nunes de, *Crónicas dos reis de Portugal*, intr. e rev. Manuel Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão Editores, 1975

Lima, D. Luís Caetano de, *Geografia historica de todos os estados soberanos da Europa...*, Lisboa, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734

Lopes, Fernão, *Chronica de el-rei D. João I*, vol. 1, Lisboa, Escriptorio, 1897

Mascarenhas, D. Jerónimo de, *Viage de la serenissima reyna Doña Maria Ana de Austria, segunda muger de Don Philipe quarto deste nombre, rey catholico de Hespaña, hasta la real corte de Madrid, desde la imperial de Vienna*, Madrid, Diego Diaz de la Carrera, 1650

Mexia, Afonso, “Livro das Tenças del Rei”, in *Archivo Historico Portuguez*, vol. 2, 1904, pp. 90-111

- Mexia, Pedro, *Historia imperial y cesarea, en que sumariamente se contienen las vidas, y hechos de todos los emperadores, desde Julio Cesar, hasta Maximiliano primero*, Madrid, Melchor Sanchez, 1655
- Ossau y Tovar, José Pellicer de, “Avisos historicos, que comprehenden las noticias y sucesos mas particulares ocurridos en nuestra monarquia, desde el año de 1639”, manuscrito publicado in *Semanario Erudito*, vol. 32, 1790, pp. 3-287
- Pegas, Manuel Álvares, *Commentaria ad ordinationes Regni Portugalliae seu tractatus de lege mentali Regni Portugalliae...*, t. 10, Lisboa, Sumptibus Antonii Leyte Pereyra, 1689
- Pina, Rui de, *Chronica de el-rei D. Affonso V*, Lisboa, Escritorio, 1901, 3 vols.
- Rey, Antonio del, *Epitalamio a las felizes bodas de los señores condes de Regalados, el señor Don Juan Gomez de Abreu y Lima y la señora D. Ines de Vilaragud y Abreu, hija de los muy ilustres señores marqueses de Llaneras, y condes de Olocau, que consagra, y pone a sus pies, Juan Antonio del Rey*, s.l. [Madrid?], s.n., s.d.
- Sá, Artur Moreira de, dir. *Chartularium universitatis portugalsensis (1288-1537)*, vol. 5, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1978
- Sanches de Baêna, visconde de, *Arquivo heraldico-genealogico*, vol. 1, Lisboa, Tipografia Universal de Tomás Quintino Antunes, 1873
- Santa Maria, Frei Agostinho de, *Santuario mariano*, t. 4, Lisboa, Antonio Pedrozo Galram, 1712
- Santa Maria, P.^e Francisco de, *O ceo aberto na terra: historia das sagradas congregações dos conegos seculares de S. Jorge em Alga de Venesa...*, Lisboa, Manoel Lopes Ferreyra, 1697
- Seyner, Fr. Antonio, *Historia del levantamiento de Portugal*, Saragoça, Pedro Lanaja y Lamarca, impressor, 1644
- Sousa, D. António Caetano de, *Provas da história genealógica da Casa Real...*, t. 2, Lisboa, Regia Officina Sylviana, 1742
- , *História genealógica da Casa Real portuguesa, desde a sua origem até o presente...*, t. 12, Lisboa, Officina de Joseph Antonio da Silva, 1747
- Sousa, Manuel de Faria e, *Africa portuguesa*, Lisboa, Antonio Craesbeek de Mello, 1681
- Sousa, Pedro Vaz Cirne de, *Relaçam do que fez a villa de Guimaraens no tempo da felice aclamação de sua majestade, ate ao mes de Outubro de 1641*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1641
- Zurara, Gomes Eanes de, *Chronica do conde Dom Pedro de Menezes*, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1792

Bibliografia

- Almeida, Manuel Lopes de; Brochado, Idalino Ferreira da Costa; Dinis, António Joaquim Dias, coord., *Monumenta henricina*, vols. 10, 13, 14, 15, Coimbra, Oficinas Gráficas da “Atlântida”, 1969-1974
- Alpoim, Maria Augusta d’, *O palácio da Carreira*, Viana do Castelo, s.n., 1991
- Costa, Domingos de Sousa, “Bispos de Lamego e de Viseu no século XV. 13 — João Gomes de Abreu...”, in *Itinerarium*, ano 36, n.º 136/137, pp. 169-296
- Cruz, Abel dos Santos, *A nobreza portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)*, Porto, s.n. [ed. do autor], 1995
- Barreiros, coronel José Baptista, “Delimitação da fronteira luso-espanhola”, in *O distrito de Braga; boletim cultural de etnografia e história*, ano 1, fasc. I-II, 1961, pp. 60-149
- Barros, Henrique da Gama, *História da administração pública em Portugal* [2.^a ed.], vol. 8, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1949
- Carneiro, José Augusto, *Notícia histórica e genealógica dos Abreus de Regalados*, Barcelos, Typ. Barcellense de Augusto Soucaux, 1905
- Ferreira, mons. José Augusto, *Fastos episcopales da igreja primacial de Braga (sec. III — sec. XX)*, vol. 2, Famalicão, Tip. Minerva, 1931
- Freire, Anselmo Braamcamp, “Povoação de entre Doir e Minho no XVI secolo”, in *Arquivo historico portuguez*, vol. 3, n.ºs 7-8, 1905, pp. 241-273
- , *Brasões da sala de Sintra* [2.^a ed.], vol. 3, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930
- Bernardino José de Sena, *Memorias de Braga*, Braga, Imprensa Catholica, 1890, 2 vols.
- Gómez de Barreda, Paz Lloret, *Ser noble en la València del segle XVII: el llinatge dels*

- Vilaragut, Valencia, Diputació de València / Institució Alfons el Magnànim, 2005
- Herzog, Tamar, *Fronteiras da posse: Portugal e Espanha na Europa e na América*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2018
- Lima, Nuno de Abreu e, “A capela de São Brás, em Longos Vales (Monção): panteão da Casa de Abreu”, in *Revista de Estudos Regionais*, 2.^a série, n.º 17, 2023, pp. 43-63
- Magalhães, Joaquim Romero, “Padrões de juro, património e vínculos no século XVI”, in *Mare Liberum*, n.º 21-22, 2001, pp. 9-24
- Moreno, Humberto Baquero, *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*, vol. 1, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1979
- Palmeira, Gonçalo; Tovar, Miguel Ayres de Campos, “Gerações medievais do paço de Curutelo: dos Curutelos aos Viegas (séculos XII a XIV)”, in *Atas do 6.º Congresso Internacional Casa Nobre – um património para o futuro*, Arcos de Valdevez, Município dos Arcos de Valdevez, 2024, pp. 304-322
- Pinho, Isabel Maria Tavares de, *Os mosteiros beneditinos femininos de Viana do Castelo*, Porto, s.n. [ed. do autor], 2010
- Portugal, Tomás António de Vilanova, “Memória ao programma. Qual foi a origem, e quaes os progressos, e as variações da jurisprudencia dos morgados em Portugal”, in *Memorias de litteratura portugueza*, vol. 3, Academia Real das Sciencias de Lisboa, Oficina da Academia, 1792, pp. 374-470
- Português, Ernesto, *São Tiago de Pias: história e cultura*, Monção, Câmara Municipal de Monção / Fábrica da Igreja de Pias, 2008
- Pou y Martí, Fr. José Maria; Serrano, Luciano, *Archivo de la embajada de España cerca de la Santa Sede: indice analítico de los documentos del siglo XVII*, vol. 2, Roma, Embajada de España, 1917
- Rocha, Manuel António Coelho da, *Instituições de direito civil portuguez* [8.^a ed.] Lisboa, 1917, vol. 2
- Sampaio, Luís Teixeira de, *Estudos históricos*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1983
- Santarém, visconde de, *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo...*, Paris, J. P. Aillaud, 1843
- Schwartz, Stuart B., *Sovereignty and society in colonial Brazil: the high court of Bahia and its judges, 1609-1751*, Oakland, CA, University of California Press, 2024
- Soveral, Manuel Abranches de, *Ensaio sobre a origem dos Mesquita*, edição on-line, 2006, disponível em: <https://www.soveral.info/mas/Mesquita.htm> [consultado a 20/08/2025]
- , *Ensaio sobre a origem dos Magalhães*, edição on-line, 2007, disponível em: <https://www.soveral.info/mas/Magalhaes.pdf> [consultado a 20/08/2025]
- Torres, João Carlos Feio de Cardoso Castelo Branco; Sanches de Baêna visconde de, *Memorias historico-genealogicas dos duques portuguezes do seculo XIX*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1883
- Valldaura Cardenal, Diego Crespí de, *Nobleza y corte en la regencia de Mariana de Austria (1665-1675)*, dissertação de doutoramento em História apresentada à Facultad de Filosofia y Letras da Universidad Autónoma de Madrid, 2013